

ESTUDOS
AVALIATIVOS
MULTIDISCIPLINARES

ORGANIZADORAS

Ligia Gomes Elliot
Nilma Gonçalves Cavalcante

Leandro da Silva Fernandes
Ovidio Orlando Filho
Elaine Maria de Andrade Senra

Programa Esporte e Lazer da UFRJ

AVALIAÇÃO DE UMA POLÍTICA
DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

FUNDAÇÃO
← cesgranrio

FACULDADE
← cesgranrio

pimenta
cultural

ESTUDOS
AVALIATIVOS
MULTIDISCIPLINARES

ORGANIZADORAS

Ligia Gomes Elliot
Nilma Gonçalves Cavalcante

Leandro da Silva Fernandes
Ovidio Orlando Filho
Elaine Maria de Andrade Senra

Programa Esporte e Lazer da UFRJ

AVALIAÇÃO DE UMA POLÍTICA
DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

F363p

Fernandes, Leandro da Silva -
Programa Esporte e Lazer da UFRJ: avaliação de uma
política de assistência estudantil / Leandro da Silva
Fernandes, Ovidio Orlando Filho, Elaine Maria de Andrade
Senra. - São Paulo: Pimenta Cultural, 2023.

Organizadoras: Ligia Gomes Elliot, Nilma Gonçalves
Cavalcante.

Coleção Estudos Avaliativos Multidisciplinares.

Livro em PDF

ISBN 978-65-5939-920-8

DOI 10.31560/pimentacultural/2023.99208

1. Programa Esporte e Lazer. 2. Assistência e Permanência
Estudantil. 3. Avaliação. 4. Universidade Federal do Rio de
Janeiro. I. Fernandes, Leandro da Silva. II. Orlando Filho,
Ovidio. III. Senra, Elaine Maria de Andrade. IV. Título.

CDD: 371.3028

Índice para catálogo sistemático:

I. Avaliação do ensino

Simone Sales - Bibliotecária - CRB ES-000814/0

Copyright © Pimenta Cultural, alguns direitos reservados.

Copyright do texto © 2023 os autores e a autora.

Copyright da edição © 2023 Pimenta Cultural.

Esta obra é licenciada por uma Licença Creative Commons:

Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional - (CC BY-NC-ND 4.0).

Os termos desta licença estão disponíveis em:

<<https://creativecommons.org/licenses/>>.

Direitos para esta edição cedidos à Pimenta Cultural.

O conteúdo publicado não representa a posição oficial da Pimenta Cultural.

Direção editorial	Patricia Biegging Raul Inácio Busarello
Editora executiva	Patricia Biegging
Coordenadora editorial	Landressa Rita Schiefelbein
Assistente editorial	Bianca Biegging
Estagiária	Júlia Marra Torres
Diretor de criação	Raul Inácio Busarello
Assistente de arte	Naiara Von Groll
Editoração eletrônica	Andressa Karina Voltolini
Imagens da capa	GarryKillian, Pikisuperstar, tj-rabbit - Freepik.com
Tipografias	Acumin, Geometos, Sofia Pro
Revisão	Ligja Gomes Elliot Ovidio Orlando Filho
Autores	Leandro da Silva Fernandes Ovidio Orlando Filho Elaine Maria de Andrade Senra
Organizadoras	Ligja Gomes Elliot Nilma Gonçalves Cavalcante

PIMENTA CULTURAL

São Paulo • SP

+55 (11) 96766 2200

livro@pimentacultural.com

www.pimentacultural.com



2 0 2 3

CONSELHO EDITORIAL CIENTÍFICO

Doutores e Doutoradas

Adilson Cristiano Habowski
Universidade La Salle, Brasil

Adriana Flávia Neu
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Adriana Regina Vettorazzi Schmitt
Instituto Federal de Santa Catarina, Brasil

Aguimario Pimentel Silva
Instituto Federal de Alagoas, Brasil

Alaim Passos Bispo
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Alaim Souza Neto
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Alessandra Knoll
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Alessandra Regina Müller Germani
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Aline Corso
Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Brasil

Aline Wendpap Nunes de Siqueira
Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Ana Rosângela Colares Lavand
Universidade Federal do Pará, Brasil

André Gobbo
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Andressa Wiebusch
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Andreza Regina Lopes da Silva
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Angela Maria Farah
Universidade de São Paulo, Brasil

Anísio Batista Pereira
Universidade Federal de Uberlândia, Brasil

Antonio Edson Alves da Silva
Universidade Estadual do Ceará, Brasil

Antonio Henrique Coutelo de Moraes
Universidade Federal de Rondonópolis, Brasil

Arthur Vianna Ferreira
Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Ary Albuquerque Cavalcanti Junior
Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Asterlindo Bandeira de Oliveira Júnior
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Bárbara Amaral da Silva
Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

Bernadette Beber
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Bruna Carolina de Lima Siqueira dos Santos
Universidade do Vale do Itajaí, Brasil

Bruno Rafael Silva Nogueira Barbosa
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Caio Cesar Portella Santos
Instituto Municipal de Ensino Superior de São Manuel, Brasil

Carla Wanessa de Amaral Caffagni
Universidade de São Paulo, Brasil

Carlos Adriano Martins
Universidade Cruzeiro do Sul, Brasil

Carlos Jordan Lapa Alves
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Brasil

Caroline Chioquetta Lorenset
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Cássio Michel dos Santos Camargo
Universidade Federal do Rio Grande do Sul-Faced, Brasil

Christiano Martino Otero Avila
Universidade Federal de Pelotas, Brasil

Cláudia Samuel Kessler
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Cristiana Barcelos da Silva
Universidade do Estado de Minas Gerais, Brasil

Cristiane Silva Fontes
Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

Daniela Susana Segre Guertzenstein
Universidade de São Paulo, Brasil

Daniele Cristine Rodrigues
Universidade de São Paulo, Brasil

Dayse Centurion da Silva
Universidade Anhanguera, Brasil

Dayse Sampaio Lopes Borges
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Brasil

Diego Pizarro
Instituto Federal de Brasília, Brasil

Dorama de Miranda Carvalho
Escola Superior de Propaganda e Marketing, Brasil

Edson da Silva
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Brasil

Elena Maria Mallmann
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Eleonora das Neves Simões
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Eliane Silva Souza
Universidade do Estado da Bahia, Brasil

Elvira Rodrigues de Santana
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Éverly Pegoraro
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Fábio Santos de Andrade
Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Fabrcia Lopes Pinheiro
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Felipe Henrique Monteiro Oliveira
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Fernando Vieira da Cruz
Universidade Estadual de Campinas, Brasil

Gabriella Eldereti Machado
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Germano Ehlert Pollnow
Universidade Federal de Pelotas, Brasil

Geymeesson Brito da Silva
Universidade Federal de Pernambuco, Brasil

Giovanna Ofretorio de Oliveira Martin Franchi
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Handerson Leylton Costa Damasceno
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Hebert Elias Lobo Sosa
Universidad de Los Andes, Venezuela

Helciclever Barros da Silva Sales
*Instituto Nacional de Estudos
e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, Brasil*

Helena Azevedo Paulo de Almeida
Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil

Hendy Barbosa Santos
Faculdade de Artes do Paraná, Brasil

Humberto Costa
Universidade Federal do Paraná, Brasil

Igor Alexandre Barcelos Graciano Borges
Universidade de Brasília, Brasil

Inara Antunes Vieira Willerding
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Ivan Farias Barreto
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Jaziel Vasconcelos Dorneles
Universidade de Coimbra, Portugal

Jean Carlos Gonçalves
Universidade Federal do Paraná, Brasil

Jocimara Rodrigues de Sousa
Universidade de São Paulo, Brasil

Joelson Alves Onofre
Universidade Estadual de Santa Cruz, Brasil

Jónata Ferreira de Moura
Universidade São Francisco, Brasil

Jorge Eschriqui Vieira Pinto
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil

Jorge Luís de Oliveira Pinto Filho
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Juliana de Oliveira Vicentini
Universidade de São Paulo, Brasil

Julierme Sebastião Morais Souza
Universidade Federal de Uberlândia, Brasil

Junior César Ferreira de Castro
Universidade de Brasília, Brasil

Katia Bruginski Mulik
Universidade de São Paulo, Brasil

Laionel Vieira da Silva
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Leonardo Pinheiro Mozdzenski
Universidade Federal de Pernambuco, Brasil

Lucila Romano Tragtenberg
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

Lucimara Rett
Universidade Metodista de São Paulo, Brasil

Manoel Augusto Polastreli Barbosa
Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Marcelo Nicomedes dos Reis Silva Filho
Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Brasil

Marcio Bernardino Sirino
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Marcos Pereira dos Santos
Universidade Internacional Iberoamericana del Mexico, México

Marcos Uzel Pereira da Silva
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Maria Aparecida da Silva Santandel
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil

Maria Cristina Giorgi
*Centro Federal de Educação Tecnológica
Celso Suckow da Fonseca, Brasil*

Maria Edith Maroca de Avelar
Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil

Marina Bezerra da Silva
Instituto Federal do Piauí, Brasil

Mauricio José de Souza Neto
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Michele Marcelo Silva Bortolai
Universidade de São Paulo, Brasil

Mônica Tavares Orsini
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Nara Oliveira Salles
Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Neli Maria Mengalli
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

Patricia Biegging
Universidade de São Paulo, Brasil

Patricia Flavia Mota
Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Raul Inácio Busarello
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Raymundo Carlos Machado Ferreira Filho
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Roberta Rodrigues Ponciano
Universidade Federal de Uberlândia, Brasil

Robson Teles Gomes
Universidade Católica de Pernambuco, Brasil

Rodiney Marcelo Braga dos Santos
Universidade Federal de Roraima, Brasil

Rodrigo Amancio de Assis
Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Rodrigo Sarruge Molina
Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Rogério Rauber
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil

Rosane de Fatima Antunes Obregon
Universidade Federal do Maranhão, Brasil

Samuel André Pompeo
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil

Sebastião Silva Soares
Universidade Federal do Tocantins, Brasil

Silmar José Spinardi Franchi
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Simone Alves de Carvalho
Universidade de São Paulo, Brasil

Simoni Urnau Bonfiglio
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Stela Maris Vaucher Farias
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Tadeu João Ribeiro Baptista
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno
Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Brasil

Taíza da Silva Gama
Universidade de São Paulo, Brasil

Tania Micheline Miorando
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Tarcísio Vanzin
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Tascieli Feltrin
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Tayson Ribeiro Teles
Universidade Federal do Acre, Brasil

Thiago Barbosa Soares
Universidade Federal do Tocantins, Brasil

Thiago Camargo Iwamoto
Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Brasil

Thiago Medeiros Barros
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Tiago Mendes de Oliveira
Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, Brasil

Vanessa Elisabete Raue Rodrigues
Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil

Vania Ribas Ulbricht
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Wellington Furtado Ramos
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil

Wellton da Silva de Fatima
Instituto Federal de Alagoas, Brasil

Yan Masetto Nicolai
Universidade Federal de São Carlos, Brasil

PARECERISTAS E REVISORES(AS) POR PARES

Avaliadores e avaliadoras Ad-Hoc

Alessandra Figueiró Thornton
Universidade Luterana do Brasil, Brasil

Alexandre João Appio
Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Brasil

Bianka de Abreu Severo
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Carlos Eduardo Damian Leite
Universidade de São Paulo, Brasil

Catarina Prestes de Carvalho
Instituto Federal Sul-Rio-Grandense, Brasil

Elisiene Borges Leal
Universidade Federal do Piauí, Brasil

Elizabeth de Paula Pacheco
Universidade Federal de Uberlândia, Brasil

Elton Simomukay
Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil

Francisco Geová Goveia Silva Júnior
Universidade Potiguar, Brasil

Indiamaris Pereira
Universidade do Vale do Itajaí, Brasil

Jacqueline de Castro Rimá
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Lucimar Romeu Fernandes
Instituto Politécnico de Bragança, Brasil

Marcos de Souza Machado
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Michele de Oliveira Sampaio
Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Pedro Augusto Paula do Carmo
Universidade Paulista, Brasil

Samara Castro da Silva
Universidade de Caxias do Sul, Brasil

Thais Karina Souza do Nascimento
Instituto de Ciências das Artes, Brasil

Viviane Gil da Silva Oliveira
Universidade Federal do Amazonas, Brasil

Weyber Rodrigues de Souza
Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Brasil

William Roslindo Paranhos
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Parecer e revisão por pares

Os textos que compõem esta obra foram submetidos para avaliação do Conselho Editorial da Pimenta Cultural, bem como revisados por pares, sendo indicados para a publicação.

SUMÁRIO

<i>Ligia Gomes Elliot</i>	
A série em 2023	13
Apresentação.....	13
Referências	16
CAPÍTULO 1	
O estudo.....	17
CAPÍTULO 2	
Acesso e permanência no ensino superior:	
o que diz a legislação brasileira	21
CAPÍTULO 3	
Contextualizando a assistência	
estudantil na UFRJ	27
CAPÍTULO 4	
Atividade física, desportiva e de lazer:	
do que queremos falar?	34
CAPÍTULO 5	
Esporte e permanência estudantil	40
CAPÍTULO 6	
Programa esporte e lazer na UFRJ.....	52

CAPÍTULO 7

Procedimentos metodológicos da avaliação.....	62
Abordagem avaliativa.....	63
As questões do estudo	66
Estudo exploratório do campo e quadro de dimensões, indicadores e padrões de julgamento	67
Observação sistemática e participante na exploração do campo	68
A literatura e o instrumento qualitativo na exploração do campo	69
Seleção dos participantes na exploração do campo	71
Estabelecimento dos critérios: dimensões e indicadores	73
Instrumentos: os questionários e as entrevistas.....	79
Validação dos instrumentos avaliativos	82
Aplicação dos instrumentos.....	86
Critérios para classificação do nível de atendimento das dimensões nos questionários	87
Dimensão: favorecimento do acesso às atividades físicas, esportivas e de lazer.....	88
Dimensão: atendimento das demandas discentes.....	90
Dimensão: contribuição para o bem-estar e/ou para a qualidade de vida	91
Dimensão: resultado para a permanência estudantil.....	91
Dimensões incluídas no Questionário 2	92
Limitação do estudo.....	97

CAPÍTULO 8

Resultados.....98

**Caracterização dos respondentes
dos questionários 99**

Discentes beneficiados 100

Faixa etária e sexo 100

Cor da pele ou raça e pessoa com deficiência.....101

Renda familiar bruta.....102

Forma de ingresso103

Auxílio financeiro recebido..... 104

Nível de ensino e campus.....105

Centro acadêmico e turno 106

Procura por atendimento psicológico.....107

Dificuldades que interferiram significativamente
na sua vida e/ou no seu contexto acadêmico.....107

Dificuldades emocionais que interferiram na sua vida acadêmica 109

Pensamento em abandonar o curso.....110

Realização de trancamento geral de matrícula..... 111

Discentes Monitores..... 112

Faixa etária e sexo 112

Cor da pele ou raça 112

Renda familiar bruta 113

Forma de ingresso 114

Auxílio financeiro recebido..... 114

Curso e campus..... 115

Centro acadêmico e turno 116

Procura por atendimento psicológico..... 117

Dificuldades que interferiram significativamente
na sua vida e/ou no seu contexto acadêmico.....118

Dificuldades emocionais que interferiram na sua vida acadêmica	119
Pensamento em abandonar o curso.....	121
Trancamento geral de matrícula	122
Local de atuação.....	122
Resultados do questionário dos discentes beneficiados	125
Resultados referentes à Dimensão Favorecimento do acesso às atividades físicas, esportivas e de lazer	125
Resultados referentes à Dimensão Atendimento das demandas discentes.....	128
Resultados referentes à Dimensão Contribuição para o bem-estar e/ou para a qualidade de vida.....	131
Resultados referentes à Dimensão Resultado para a permanência estudantil.....	134
Resultados do questionário dos discentes monitores	137
Resultados referentes à Dimensão Favorecimento do acesso às atividades físicas, esportivas e de lazer	137
Resultados referentes à Dimensão Atendimento das demandas discentes.....	139
Resultados referentes à Dimensão Contribuição para o bem-estar e/ou para a qualidade de vida.....	140
Resultados referentes à Dimensão Resultado para a permanência estudantil.....	142
Resultado dos questionários aplicados	143
Análise das entrevistas	144

CAPÍTULO 9

Considerações finais do estudo	156
Recomendações	159

Ovidio Orlando Filho

Elaine Maria de Andrade Senra

Mérito do estudo 167

Análise do estudo avaliativo
programa esporte e lazer da UFRJ170

Mérito do Estudo Avaliativo de acordo
com os critérios de Davidson (2005).....173

Leandro da Silva Fernandes

Experiência do autor 176

Referências..... 178

Sobre os autores e a autora 187

Índice remissivo 189

A SÉRIE EM 2023

APRESENTAÇÃO

A Série Estudos Avaliativos Multidisciplinares tem sido publicada pelo Mestrado Profissional em Avaliação desde 2015. Uma de suas finalidades é divulgar os estudos desenvolvidos pelos egressos do Mestrado em Avaliação da atual Faculdade Cesgranrio, em co-autoria com seus orientadores ou orientadoras. Essas publicações, contudo, não se restringem apenas a versões resumidas das dissertações originais.

No primeiro ano, 2015, foram preparados 12 livros, abrangendo não só a versão mais compacta de um estudo, mas um capítulo adicional relevante: a análise do relatório, elaborada a partir da aplicação de um instrumento específico. Para isto, foi disponibilizada uma lista de verificação abrangendo as principais características que devem estar presentes na utilização dos procedimentos metodológicos e resultados do estudo analisado, de acordo com a literatura relacionada. Assim, a aplicação do instrumento embasou a análise e se tornou um verdadeiro processo de validação da dissertação, ao ser cotejada com as recomendações que os autores da área consideraram imprescindível ao gênero estudo avaliativo.

A seguir, em 2016, 13 livros foram organizados e os estudos foram submetidos a uma meta-avaliação, isto é, a avaliação da qualidade do estudo avaliativo concluído. Como quadro de referência conceitual foram adotados os padrões criados e validados pelo *Joint Committee on Evaluation Standards for Educational Evaluation* (1994 *apud* Yarbrough; Shulha; Hopson; Caruthers, 2011), internacionalmente adotados na área da avaliação. Esse referencial, em sua 3ª edição, é um dos mais antigos e reuniu centenas de avaliadores internacionais empenhados na construção e validação de normas e critérios para a avaliação, sendo largamente aplicado entre os avaliadores.

Em 2018, foi publicada a terceira série de estudos, totalizando 13 livros. O capítulo de conclusão foi construído a partir de referencial variado. A inovação foi a inclusão da palavra dos *stakeholders*, ou os principais interessados no tema do estudo. Assim, alguns desses *stakeholders* responderam a um instrumento exclusivo - um roteiro de entrevista que contém os atributos essenciais para dar suporte à qualidade do estudo. Aqueles egressos que não puderam retomar o contacto com os *stakeholders*, aplicaram a lista de verificação de qualidade da dissertação, utilizada em 2015. Outros se valeram dos padrões de avaliação do *Joint Committee on Evaluation Standards for Educational Evaluation* (1994 *apud* Yarbrough; Shulha; Hopson; Caruthers, 2011), ou a outras obras da área que possibilitaram realizar meta-avaliações, como as *Diretrizes para Avaliação para a América Latina e o Caribe* (Rodríguez Bilella; Martinic Valencia; Soberón Alvarez; Klier; Guzmán Hernández; Tapella, 2016), concebidas para estudos provenientes de países latinos e caribenhos, e inspiradas em outros referenciais existentes. Trabalhos clássicos como a Lista de Verificação de Scriven (2007) e as dimensões da avaliação recomendadas por Davidson (2005) foram também adotados para algumas das análises, dando margem a enriquecê-las.

Em 2020, a publicação de 15 estudos multidisciplinares foi totalmente realizada na modalidade digital de *e-book*. Esses estudos foram integrados a um projeto desenvolvido e financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ). As diversas possibilidades de análise foram mantidas e contribuíram para ampliar a compreensão dos estudos.

Em 2023, são nove os estudos publicados sob a forma de *e-book*. A análise de cada estudo avaliativo, como anteriormente, provocou os novos Mestres em Avaliação, o que conduziu ao crescimento profissional. A variedade de referenciais para análise de estudos ou dissertações e, conseqüentemente, para sua meta-avaliação, é um elemento proveitoso para quem precisa garantir a presença de indicadores de qualidade em suas produções.

Como já mencionado em textos anteriores, é relevante lembrar que a avaliação se transformou em componente fundamental e indispensável ao acompanhamento e julgamento de uma gama qualitativamente diferenciada e quantitativamente numerosa de objetos. Nomeá-los objetos de avaliação não lhes reduz a importância. Esta é uma denominação genérica que abrange uma diversidade notável de fenômenos, projetos, programas, processos, produtos, eventos, materiais, testes, instrumentos, procedimentos, lembrando apenas alguns tipos e categorias que coexistem nos vários contextos humanos, sociais e culturais. Como se observa, é a configuração de um verdadeiro mosaico avaliativo. Saber-lhe a qualidade, quão adequados ou afinados são os estudos e sua finalidade, o grau de atendimento fornecido a seus usuários, o nível de satisfação que proporcionam a quem os julga ou deles se utiliza, a coerência dos seus conteúdos para determinado propósito, constituem, sem dúvida, essência para a avaliação.

Como tão bem afirmou o filósofo da avaliação, Michael Scriven (1991), avaliar é julgar o mérito ou valor de algo. De fato, avaliar tem seu sentido chave na busca do mérito ou valor de um dado objeto. E esta tem sido uma preocupação presente nos estudos avaliativos aqui apresentados quanto a seus respectivos objetos.

Ao apresentar a Série 2023 de Estudos Avaliativos Multidisciplinares como um produto acadêmico profissional do Mestrado em Avaliação, espera-se continuar a oferecer, aos leitores interessados, publicações que tenham utilidade para outros estudos, demonstrem respeito às normas de executar apropriadamente um estudo avaliativo, revelem ter viabilidade e precisão no emprego de procedimentos metodológicos, e ainda conduzam os estudos com ética e respeito a todos os envolvidos, participantes e interessados nos estudos. Os estudos contemplam, assim, os atributos imprescindíveis a uma avaliação.

Ligia Gomes Elliot

REFERÊNCIAS

DAVIDSON, E. Jane. *Evaluation methodology basics: the nuts and bolts of sound evaluation*. Thousand Oaks, California: Sage, 2005.

RODRIGUEZ BILELLA, Pablo D.; MARTINIC VALENCIA, Sergio; SOBERÓN ALVAREZ, Luis; KLIER, Sarah Desirée; GUZMÁN HERNÁNDEZ, Ana Luisa; TAPELLA, Esteban. *Diretrizes para avaliação para a América Latina e o Caribe*. Buenos Aires: Akian Grafica Editora S.A., 2016. Disponível em: <https://docplayer.com.br/71575551-Diretrizes-para-avaliacao-deval-german-institute-fordevelopment-evaluation-para-a-america-latina-e-o-caribe.html>. Acesso em: 21 set. 2018.

SCRIVEN, Michael. *Evaluation checklists*. 2007. Disponível em: www.wmich.edu/evalctr/checklists. Acesso em: 21 set. 2018.

YARBROUGH, Donald L.; SHULHA, Lyn M.; HOPSON, Rodney K.; CARUTHERS, Flora A. *The program evaluation standards: a guide for evaluators and evaluation users*. 3rd. ed. Califórnia: Sage, 2011.



1

O ESTUDO

Conhecer o perfil do corpo discente e suas necessidades é imprescindível para o cumprimento da missão das Instituições Federais de Ensino Superior. Na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), em particular na Pró-Reitoria de Políticas Estudantis, conhecer o perfil dos alunos é de extrema relevância frente às recentes políticas de ações afirmativas e às suas consequências para a permanência desses jovens em seus processos de formação acadêmica. Esse aspecto ganha ainda mais relevância quando consideramos o processo em curso de mudança do perfil dos estudantes universitários, especialmente no contexto das universidades federais.

Assim, o objetivo do presente estudo foi avaliar o Programa Esporte e Lazer da UFRJ, que faz parte da Política de Assistência Estudantil da universidade. Este programa é responsável por atender a diversos grupos sociais de estudantes que participam dos cursos oferecidos pela instituição à sociedade.

A Pró-Reitoria de Políticas Estudantis da UFRJ tem na sua estrutura cinco divisões, sendo uma delas a Divisão de Esporte, Cultura e Lazer, na qual, o autor da dissertação que deu origem a este livro desenvolve suas atividades profissionais. Esse setor da Pró-reitoria possui como preocupação maior a formação integral do discente universitário, buscando transcender a formação profissional. Nesse sentido, promove ações voltadas à saúde física e mental, viabilizando a socialização do corpo discente, na tentativa de facilitar a convivência desses na sua totalidade com a comunidade e os espaços da universidade (Pró-Reitoria de Políticas Estudantis, 2020). Dedicar-se à formulação e realização de atividades nas áreas esportivas, culturais e de lazer, de forma a contribuir para a permanência dos discentes no Ensino Superior público.

Ressalta-se que o objeto deste estudo, o Programa Esporte e Lazer, foi instituído desde o ano de 2016, ou seja, antes mesmo da própria regulamentação da recente Política de Assistência Estudantil, tendo sua relevância sustentada pela necessidade de avaliação

dessa política e de seus programas a partir dos novos indicadores acadêmicos, financeiros e sociais instituídos por meio do art. 60 da Resolução nº 02, de 2019 (Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2019a). Cabe salientar, que durante este período, o Programa passou por adequações nas atividades desenvolvidas, no número de vagas ofertadas, na ampliação para outros locais da UFRJ, e, inclusive, no seu próprio nome.

Considera-se de fundamental importância procurar estabelecer indicadores que viabilizem a avaliação desses diferentes programas, no intuito de se consolidar a visão mais abrangente a respeito da permanência estudantil concebida na política institucional, considerando as múltiplas dimensões que atravessam o que é ser discente universitário. Busca-se com isso chamar a atenção para as diretrizes sinalizadas pelo Ministério da Educação (MEC) em relação ao Plano Nacional de Assistência Estudantil por meio do Ofício Circular nº 16/2019 (Ministério da Educação, 2019), destinado às universidades federais, e que orienta sobre inconformidades, boas práticas de gestão, otimização e eficiência do gasto dessa política pública. No item 15 desse documento recomenda-se a adoção de controles mais rígidos e de medidas de eficiência e otimização de gastos. Nesse aspecto, os subitens 15.4 e 15.14 merecem especial atenção:

15.4 priorizar, entre as ações de assistência estudantil relacionadas no § 1º do art. 3º do Decreto nº 7.234/2010, a concessão de benefícios essenciais à permanência do estudante na educação superior, notadamente aqueles destinados à alimentação, transporte e moradia, sem prejuízo de oportunizar uma maior participação do corpo discente nas decisões envolvendo as áreas de assistência estudantil em que os recursos do PNAES devam ser aplicados; [...] 15.14 investir no desenvolvimento de ferramentas informatizadas corporativas destinadas à melhoria dos processos de gestão, monitoramento, controle e avaliação das ações do programa (Ministério da Educação, 2019).

Observa-se uma preocupação do MEC com as questões de ordem orçamentária no sentido do uso de ferramentas que possam monitorar e avaliar as ações do Plano Nacional de Assistência Estudantil em cada uma das instituições, fornecendo assim informações para a tomada de decisão. Ao mesmo tempo em que este documento orienta pela restrição das ações no campo da permanência, priorizando as áreas de alimentação, transporte e moradia. Fica uma questão a ser respondida: será que todo e qualquer discente possui as mesmas necessidades para se manter no Ensino Superior?

Com isso, o presente estudo se justifica ao avaliar o Programa Esporte e Lazer, considerando sua própria perspectiva de ser um dos elementos da Política de Assistência Estudantil da UFRJ que visa à permanência de seu corpo discente, contribuindo para a qualidade de vida e o bem-estar dos estudantes, além de estimular sua promoção em relação a aspectos positivos de sua socialização no ambiente da Universidade (Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2019b). Destaca-se, também, que o estudo possui potencialidades de ser uma relevante fonte de sugestões e recomendações para o aperfeiçoamento do Programa, que possui periodicidade semestral e uma crescente demanda dos discentes interessados em participar de suas atividades, superando, inclusive, o aumento na oferta de vagas.

2

**ACESSO E PERMANÊNCIA
NO ENSINO SUPERIOR:
O QUE DIZ A LEGISLAÇÃO BRASILEIRA**

A educação é um direito social previsto na Carta Magna brasileira. Constitui-se em direito de todos, dever do Estado e da família, devendo ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para a cidadania e sua qualificação para o trabalho. A Constituição assegura ainda que o ensino deve ser ministrado com base no princípio da igualdade de condições para o acesso e permanência na escola em seus diferentes níveis e modalidades (Brasil, 1988).

O Brasil, nas últimas décadas, a partir da instituição de políticas e diferentes programas governamentais, vem procurando propiciar condições para a ampliação do acesso e da permanência no Ensino Superior, especialmente em nível de graduação. Objetiva-se assim a ampliação de recursos materiais, humanos e de infraestrutura para que as Instituições Federais de Ensino Superior possam atuar nesta perspectiva.

Dentre esses programas, pode-se destacar: o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), voltado para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação. Com isso, a administração pública federal busca o melhor aproveitamento da estrutura física e dos recursos humanos existentes nas universidades que se encontram sob a sua órbita de responsabilidade (Brasil, 2007); e o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), que se preocupa com a ampliação das condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal (Brasil, 2010).

O acesso e a permanência no âmbito escolar, em seus diferentes níveis de ensino, estão presentes em diferentes legislações existentes em nosso país. Buscou-se assim realizar um levantamento acerca desses documentos oficiais. As Diretrizes e Bases da Educação Nacional, instituída pela Lei nº 9.394 (Brasil, 1996), contém dispositivos que amparam tais questões, entre os quais se destaca o art. 3º "o ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I - igualdade de condições para acesso e permanência na escola [...]” (Brasil, 1996).

Pensando na concepção do Decreto PNAES quanto à ampliação das condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal, pode-se salientar igualmente a Lei nº 12.582 (Brasil, 2013) que institui o Estatuto da Juventude e que dispõe sobre os direitos dos jovens. Consideram-se como jovens as pessoas com idade entre 15 e 29 anos de idade. Neste estatuto, na seção Do Direito à Educação, está previsto que o jovem tem direito à educação superior, seja em instituições públicas ou privadas (Brasil, 2013, art. 8º) e que cabe ao poder público promover programas de expansão da oferta de educação superior nas instituições públicas, de financiamento estudantil e de bolsas de estudos nas instituições privadas. Reforça ainda que: “As escolas e as universidades deverão formular e implantar medidas de democratização do acesso e permanência, inclusive programas de assistência estudantil, ação afirmativa e inclusão social para os jovens estudantes” (Brasil, 2013, art. 13).

O Plano Nacional de Educação, aprovado pela Lei nº 13.005 (Brasil, 2014) e com vigência decenal, tem como uma de suas finalidades “definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação para assegurar a manutenção e o desenvolvimento do ensino em seus diferentes níveis [...]” (Brasil, 1988). A meta 12 deste documento versa sobre o aumento da taxa bruta e líquida de matrícula na educação superior, especialmente no segmento público, por meio de diferentes estratégias. Pode-se destacar a estratégia 12.5, que propõe:

Ampliar as políticas de inclusão e de assistência estudantil dirigidas aos (às) estudantes de instituições públicas da educação superior, de modo a reduzir as desigualdades étnico-raciais e ampliar as taxas de acesso e permanência de estudantes egressos da escola pública, afrodescendentes e indígenas e de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, de forma a apoiar seu sucesso acadêmico neste nível de ensino (Brasil, 2014).

O Ensino Superior no Brasil foi instituído tardiamente se comparado com outros países. Inicialmente, a preocupação era atender aos membros da corte real portuguesa e a outros integrantes das classes mais abastadas. Sendo assim, o elitismo em seu âmbito é marca característica. A Lei nº 12.711 (Brasil, 2012a), mais conhecida como Lei de Cotas, busca modificar tal panorama, oportunizando um quantitativo de vagas, em cada universidade federal, aos estudantes das classes menos favorecidas.

A Lei de Cotas abarca estudantes: (i) que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas da rede pública de ensino; (ii) que sejam oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo per capita; e (iii) que se autodeclaram pretos, pardos e indígenas e por pessoas com deficiência (Brasil, 2016a). Esses grupos sociais são contemplados com a reserva de vagas em cada processo seletivo das universidades federais, por curso e turno, em percentuais definidos pela própria Lei nos dois primeiros casos, e, no terceiro caso, proporcionalmente aos dados consolidados dessa população no último censo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

As mudanças no corpo discente das universidades federais são fruto das iniciativas de democratização do acesso ao Ensino Superior, conforme ressaltado nas pesquisas realizadas a respeito do perfil dos estudantes de graduação das IFES, realizadas pela Associação Nacional de Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior com auxílio do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (Associação Nacional de Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior, 2019).

Neste ponto, deve-se considerar a relevância do trabalho realizado pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis desde a sua criação no final da década de 1980. As discussões e reflexões de seus participantes constituíram um esforço coletivo em nível regional e nacional que subsidiaram a

elaboração do Plano Nacional de Assistência Estudantil, aprovado em julho de 2007. Nele, foi definido conceitos, base legal, princípios, objetivos, diretrizes, áreas estratégicas e acompanhamento para a assistência estudantil nas IFES (Associação Nacional de Dirigentes das Instituições de Ensino Superior, 2007).

A quinta edição da Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das IFES, realizada em 2018, apresenta informações interessantes sobre os discentes ingressantes por cotas, tendo em vista o percentual ter saído de 3,1% em 2005 para 48,3% no ano de 2018. Além disso, os discentes inseridos na faixa de renda mensal familiar per capita até 1,5 salário-mínimo saltou de aproximadamente 44,3% em 2003 e 2010 para 70,2% no mesmo ano de 2018 (Associação Nacional de Dirigentes das Instituições de Ensino Superior, 2019).

Os avanços relacionados à possível democratização do acesso ao Ensino Superior estão intimamente ligados às políticas e aos programas implementados, de forma que o sucesso das ações se dá pela continuidade, transformando políticas de governo em políticas de estado. Por outro lado, a democratização do acesso deve ser acompanhada pelas ações de permanência neste nível de ensino, buscando equacionar as demandas materiais e simbólicas do corpo discente universitário (Associação Nacional de Dirigentes das Instituições de Ensino Superior, 2007).

O PNAES tem como finalidade a ampliação das condições de permanência dos discentes de graduação presencial na educação superior pública federal (Brasil, 2010). O referido programa deve ser implementado de forma articulada com as atividades de ensino, pesquisa e extensão, considerando igualmente as necessidades identificadas no corpo discente por cada instituição.

As ações de assistência estudantil do PNAES devem ser desenvolvidas em diversas áreas, como:

I) moradia; II) alimentação; III) transporte; IV) atenção à saúde; V) inclusão digital; VI) cultura; VII) esporte; VIII) creche; IX) apoio pedagógico; X) acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtorno globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação. (Brasil, 2010, art. 3º, § 1º).

Por fim, o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior, instituído pela Lei nº 10.861 (Brasil, 2004), afirma que a avaliação das instituições nesse nível de ensino terá por objetivo “identificar o seu perfil e o significado de sua atuação, por meio de suas atividades, cursos, programas, projetos e setores, considerando sempre as dimensões institucionais” (Brasil, 2004, art. 3º), dentre as quais, a responsabilidade social da instituição com relação à inclusão social e às políticas de atendimento aos estudantes.

Diante do arcabouço legal apresentado e para fins deste estudo, lança-se às universidades federais o imenso desafio de viabilizar a igualdade de oportunidades, entendendo a complexidade das necessidades do ser humano; e de contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico, agindo de maneira preventiva nas situações de evasão e retenção decorrentes das condições financeiras, materiais e simbólicas de seu corpo discente.

3

**CONTEXTUALIZANDO
A ASSISTÊNCIA
ESTUDANTIL NA UFRJ**

A UFRJ é uma instituição centenária, reconhecida pela sua longevidade, excelência e dimensão. Dentre seus objetivos, destaca-se “proporcionar à sociedade brasileira os meios para dominar, ampliar, cultivar, aplicar e difundir o patrimônio universal do saber humano, capacitando todos os seus integrantes a atuar como força transformadora” (Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006).

A temática da assistência estudantil na UFRJ tem seu histórico na década de 1970 por meio da Divisão de Assistência ao Estudante, sendo essa, por muito tempo, o único órgão na instituição com o compromisso de implementar ações de assistência aos discentes. Destaca-se que nesse período, não existiam diretrizes orientadoras comuns às universidades federais, sendo que tais ações dependiam dos gestores de cada instituição de ensino. A prestação de benefícios compreendidos por bolsa auxílio financeiro, moradia e atendimento na área da Psicologia caracterizavam a sua existência e de outros setores que a antecederam, conforme Ferraz (2010 *apud* Gil, 2012) expuseram no Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis, realizado em 2012 na Universidade Federal de Uberlândia no Estado de Minas Gerais:

A Divisão vem, há pelo menos duas décadas, atuando nos processos de seleção e renovação dos benefícios de Bolsa Auxílio e Benefício Moradia. [...] O seu objetivo é atender estudantes de graduação que, face às condições socioeconômicas de sua família, possui comprovada dificuldade de garantir sua permanência na Universidade.

Apesar de sua longa história no âmbito do Ensino Superior brasileiro e de suas ações na área da assistência estudantil, foi em 14 de julho de 2011 que o Conselho Universitário da UFRJ (CON-SUNI), órgão máximo de função normativa, deliberativa e de planejamento nos planos acadêmico, administrativo, financeiro, patrimonial e disciplinar, presidido pelo Reitor, aprovou a criação de uma instância específica nessa área, a Superintendência Geral de Políticas Estudantis, na tentativa de consolidar a política de atendimento e

assistência do seu corpo discente, “visando à disponibilização de condições adequadas para acesso, permanência, para o bem-viver na universidade, bom aproveitamento, aprendizado e excelência acadêmica” (Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2012, p. 3).

Cabe ressaltar que o Plano Nacional de Assistência Estudantil (Associação Nacional de Dirigentes das Instituições Federais do Ensino Superior, 2007) em seus objetivos específicos já sinalizava a necessidade de as universidades federais viabilizarem uma estrutura organizacional, em nível de Pró-Reitoria, com as finalidades de definir e gerenciar os programas e projetos de assistência estudantil.

Na UFRJ, a implantação de uma estrutura organizacional com tal status na área da assistência estudantil, ocorreu em 08 de março de 2018, com a aprovação pelo mesmo Conselho Universitário. Dessa forma, a Pró-Reitoria de Políticas Estudantis nasce com a missão de ampliar ações na seara da assistência estudantil. Almejou-se com sua criação, permitir o melhor planejamento das atividades culturais, esportivas e de saúde dos estudantes (Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2018a).

Consoante a nova estrutura, percebeu-se como necessidade a revisão de sua política institucional de assistência estudantil, regulamentada até então pela Resolução nº 01 do Conselho de Ensino de Graduação da UFRJ, datada de 27 de fevereiro de 2008, que estabelecia as normas de concessão e renovação de auxílio ao estudante, tendo como modalidades o benefício moradia e a bolsa auxílio. A primeira modalidade diz respeito ao direito de uma vaga na residência estudantil e uma bolsa manutenção; enquanto a segunda modalidade se refere apenas a uma bolsa auxílio (Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2008).

É importante destacar que o Conselho de Ensino de Graduação é o órgão colegiado responsável por deliberar sobre questões

pedagógicas da graduação e traçar as diretrizes para a orientação e normatização das atividades acadêmicas. Define, ainda, a política acadêmica dos cursos, fixando, dentre outras, as normas de ensino e as propostas referentes às formas de ingresso na UFRJ. Até então, era sua atribuição estabelecer as normas para concessão e renovação de auxílio ao estudante.

Essa regulamentação da política de assistência estudantil na UFRJ era anterior à instituição do PNAES em 2010, fato que pode justificar o seu dimensionamento estar voltado exclusivamente às questões financeiras, proporcionando ao seu corpo discente auxílios na forma de bolsas assistenciais, além da vaga na residência estudantil, sempre em acordo com os critérios socioeconômicos estabelecidos. Outras ações já desenvolvidas, e, de acordo com as áreas previstas no PNAES, não constavam ainda nos documentos institucionais.

Os auxílios mencionados cumprem um papel fundamental na assistência estudantil no tocante às condições materiais dos estudantes de classes menos favorecidas. No entanto, o PNAES elenca outras áreas importantes, nas quais devem ser desenvolvidas ações de assistência estudantil, pensando na formação ampliada do corpo discente que transborda a formação técnica e profissional. Dentre as áreas existentes, têm-se as atividades físicas e esportivas, foco deste estudo.

O Conselho Universitário, por meio da Resolução nº 02 (Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2019a), estabeleceu a nova Política de Assistência Estudantil da UFRJ, entendendo a necessidade de reformulação do antigo programa de auxílio ao estudante para adequação à nova realidade de perfil discente e as diretrizes estabelecidas no Decreto que instituiu o PNAES. Destaca-se nesta resolução que a Política de Assistência Estudantil compreende:

O conjunto dos benefícios concedidos pela Pró-Reitoria de Políticas Estudantis, sendo composta por programas, serviços e auxílios financeiros sob gestão desta Pró-Reitoria,

direcionados para a permanência e conclusão de curso na perspectiva da inclusão social, formação ampliada, produção de conhecimento, melhoria do desempenho acadêmico e da qualidade de vida (Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2019a, art. 6º).

A recente Política de Assistência Estudantil da UFRJ elenca dez programas, a saber: I) Programa de Acolhimento em Saúde; II) Programa de Alimentação; III) Programa de Apoio a Estudantes Mães e Pais; IV) Programa de Apoio Pedagógico; V) Programa de Combate à Opressão e Violência; VI) Programa Esporte e Lazer; VII) Programa de Incentivo à Cultura; VIII) Programa de Moradia Estudantil; IX) Programa de Transportes; X) Programa de Atendimento a Situações Emergenciais (Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2019a). Esses dialogam com as áreas contidas no próprio PNAES, mas também procuram avançar para outros temas que se apresentam no contexto da sociedade e, por conseguinte, da própria instituição.

A assistência estudantil foi fundamentada como uma política que garanta a permanência dos discentes nos seus aspectos mais básicos, historicamente pautados nas ações para moradia, alimentação, transporte e auxílios financeiros, “mas também de estratégias que permitam uma efetiva inserção social por meio de uma formação ética e cidadã” (Associação Nacional de Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior, 2007, p. 13).

Nesta perspectiva, assistência e permanência estudantil parecem ter o mesmo significado. Entretanto, o pensamento de Heringer (2014, p. 27-28) corrobora para a tentativa de esclarecer a linha tênue existente entre essas duas concepções, quando a autora ressalta que

As políticas de permanência devem ser pensadas para todo e qualquer estudante universitário, enquanto as políticas de assistência se destinam àqueles em situação de maior vulnerabilidade, vivenciando situações que possam comprometer sua permanência, incluídas aí as

dificuldades de ordem financeira. Entretanto, na prática e nos diferentes arranjos institucionais para a implantação destas políticas, as ações de permanência e assistência estudantil são integradas, às vezes, superpostas ou mesmo confundidas.

Conforme Dutra e Santos (2017) e Magalhães (2012), a política de assistência estudantil deve ultrapassar a lógica apoiada em programas de repasse financeiro, sendo necessário pensar na formulação de projetos e ações que atendam os discentes em suas diferentes necessidades e demandas, oferecendo assim condições que beneficiem a trajetória acadêmica. É nessa direção que o Programa Esporte e Lazer se apresenta, podendo ser encarado como um dos elementos que visa auxiliar a permanência do corpo discente na UFRJ.

Zago (2006) desenvolveu um estudo sobre o percurso do acesso à permanência de discentes universitários de camadas populares na Universidade Federal de Santa Catarina. O referido estudo, sustentado em uma análise sociológica, de natureza predominantemente qualitativa, possibilitou conhecer a dinâmica da vida universitária daqueles que procuram permanecer no sistema de ensino diante das condições adversas. As diferenças apresentadas, em especial, quanto à composição social dos cursos e ao exercício da vida acadêmica, tentam revelar a condição de ser discente, sobretudo, “como à sobrevivência material associam-se outros custos pessoais, mas nem por isso, menos dolorosos” (Zago, 2006, p. 236).

As questões de permanência e de evasão possuem estreita relação. Nesse sentido, Gaioso (2005) considera a evasão como um fenômeno social complexo, tendo por definição a interrupção no ciclo de estudos. A evasão vem preocupando as instituições públicas e privadas de ensino de todos os níveis, pois “a saída de alunos provoca graves consequências sociais, acadêmicas e econômicas” (Santos Baggi; Lopes, 2011, p. 356). Frequentemente, a falta de recursos financeiros é apontada como a principal causa para a interrupção dos estudos.

Nesse mesmo estudo, Gaioso (2005) procura ampliar a reflexão sobre a evasão, abarcando problemas das mais diversas ordens, como a falta de orientação vocacional, a imaturidade dos discentes, as reprovações sucessivas, a ausência de laços afetivos na universidade, entre outros. Tal complexidade exige de cada instituição processos avaliativos que, segundo Dias Sobrinho (Santos Baggi; Lopes, 2011, p. 365) “ultrapassam largamente a mera medição ou quantificação e se esforça para compreender os significados das redes de relações cuja tessitura constrói a universidade”.

De igual maneira, as atividades físicas, esportivas e de lazer desenvolvidas no Programa Esporte e Lazer parecem percebidas de muitas maneiras e apresentam uma pluralidade de significados para seus participantes, constituindo-se em possíveis caminhos para uma permanência com qualidade no sentido de se reconhecer as particularidades e subjetividades de cada indivíduo.

Deve-se citar que a consolidação de políticas em instituições do setor público é tema extremamente delicado, por envolver diversas etapas, desde a sua criação até a aprovação pelos órgãos colegiados. No âmbito das universidades federais e, por conseguinte, em assuntos pertinentes à trajetória acadêmica de discentes, é fundamental que para além da implementação dos programas, projetos e ações, eles sejam constantemente avaliados, pensando que a avaliação é a tentativa de descobrir o valor de algo e que se deve associá-la à utilidade (Penna Firme, 2010). Ou seja, até que ponto a avaliação pode ser útil para subsidiar a ação e a tomada de decisão por parte dos interessados.

4

**ATIVIDADE FÍSICA,
DESPORTIVA E DE LAZER:
DO QUE QUEREMOS FALAR?**

A Educação Física é uma área que saiu de um empirismo pedagógico e passou a merecer certo destaque no sistema educacional recentemente (Oliveira, 1987). Na Europa, mais precisamente no fim do século XIX, essa disciplina passou a integrar os bancos escolares pelo entendimento dos benefícios que o exercício físico pode trazer para a saúde. As controvérsias sobre o papel desse profissional e o que a sociedade espera dele ainda permeiam algumas discussões.

Pode-se dizer que foi na escola que o professor de Educação Física mais foi insuficiente, assumindo inicialmente um papel de educador do físico e, assim, desconsiderando a integralidade do homem e suas necessidades (Oliveira, 1987). Identificado por hábitos militares, tornou-se um verdadeiro disciplinador, fato que muitas das vezes marca a vida das pessoas e causa um sentimento negativo em relação à prática de qualquer atividade física. Mas como definir o que é Educação Física?

Esta ciência que trata do movimento humano contém uma gama de práticas corporais em suas diversas formas de codificação e significação social, que podem ser entendidas como manifestações das possibilidades expressivas dos sujeitos em seus respectivos grupos sociais (Oliveira, 1987). Tais práticas corporais podem e devem ser abordadas como fenômeno cultural dinâmico, diverso, singular e contraditório. As ginásticas; os esportes; as danças; as lutas; e as brincadeiras e jogos são possibilidades de tematização da variedade de práticas corporais existentes.

Pensando nessa diversidade, é possível lançar alguns questionamentos que acompanham há muito tempo a Educação Física acerca do seu papel. É novamente na obra de Oliveira (1987) que se busca a reflexão sobre os caminhos e descaminhos desta área, julgando o que seria mais importante. A técnica ou a pessoa? Disciplinar ou participar? Padronizar ou formar?

Estabelece-se aqui um recorte sobre a história da Educação Física, tratando exclusivamente como ela se deu no Brasil. Consoante ao processo histórico de colonização vivido pelo nosso país, o campo da educação e, conseqüentemente, o da Educação Física sofreu, conforme Oliveira (1987) “um processo de transplantação cultural, não nos deixando sair de uma desconfortável situação de subdesenvolvimento” (Oliveira, 1987, p. 49). Assim as atividades físicas dos primeiros habitantes do Brasil eram semelhantes àquelas analisadas na Pré-História, ou seja, atividades físicas na luta pela sobrevivência realizada pelos indígenas (Oliveira, 1987).

É no período imperial que a história da Educação Física tem um início efetivo, a partir da chegada dos primeiros livros que tratavam a matéria. A criação do Ginásio Nacional (atual Colégio Pedro II), como uma instituição modelo, incluiu em seus currículos a ginástica. Em seguida, a legislação referente à matéria, datada de 1851, obriga a prática da ginástica nas escolas primárias do município do Rio de Janeiro. Porém, foi neste período, que os estímulos pedagógicos significativos para os exercícios físicos foram deixados de lado, prevalecendo a influência de duas áreas: a médica e a militar, sendo duas tendências que marcaram o desenvolvimento da Educação Física brasileira (Oliveira, 1987).

Ghiraldelli Junior (2003) reforça a ideia acima em sua obra *Educação Física Progressista*, quando trata das tendências da Educação Física: a Higienista, que enfatiza a questão da saúde, formando homens e mulheres sadios, fortes e dispostos à ação, não se responsabilizando somente pela saúde individual, mas agindo como protagonista de um projeto de “assepsia social”; a Militarista, que busca a imposição de padrões de comportamento estereotipados, em acordo com a conduta disciplinar instituída na caserna, na tentativa de se obter uma juventude capaz de combater e suportar a luta e a guerra.

Acrescenta-se ainda a tendência Pedagógicista, sendo a responsável por encarar a Educação Física para além de uma prática

que promove saúde ou disciplina, mas sim como uma prática essencialmente educativa; a tendência Competitivista, como o próprio nome diz, advoga pela competição e pela superação individual como valores fundamentais em uma sociedade moderna, cultuando o atleta-herói. E, por fim, apresenta-se a tendência Popular, que se baseia na teorização oral transmitida entre as gerações de trabalhadores do nosso país, que tem como elementos balizadores a ludicidade e a cooperação (Ghiraldelli Junior, 2003).

Apesar de tudo que foi apontado em torno da Educação Física e de suas múltiplas possibilidades, chega o momento que se recai sobre uma questão central: o próprio homem. Este pode ser dividido em partes (mente e corpo), ou é um ser uno? É possível analisá-lo sob diferentes aspectos - afetivo, psicomotor, intelectual - mas admitindo-o sempre como um todo? Sendo assim, o professor de Educação Física pode ser encarado como educador do físico? Essas indagações permitem a reflexão acerca do fazer deste professor, considerando que sua ação é sobre o corpo, mas seus benefícios extrapolam esse mesmo corpo.

Não se pretende aqui excluir o desenvolvimento de aptidões físicas dos holofotes da Educação Física, muito menos a evolução de habilidades motoras por intermédio de atividades como os jogos e os esportes, por exemplo. "O fundamental é que se compreenda que essas atividades são meios e não fins" (Oliveira, 1987, p. 89). Essa linha tênue deve ser vigiada a todo tempo para não incorrer numa possível cegueira pedagógica, na qual o desrespeito às características e limitações individuais é regra. A atenção voltada para os níveis de maturidade motora, de capacidade física e, principalmente, para os interesses e necessidades individuais legitimam o que é e o que deve ser a Educação Física (Oliveira, 1987).

Seguindo esse pensamento, Daolio (2004, p. 8) afirma que "cai por terra a visão tradicional da Educação Física como uma ação sobre o corpo físico, pois não há dimensão física isolada de uma

totalidade biológica, cultural, social e psíquica. O mesmo autor, a partir dessa ideia, afasta-se do estudo do movimento humano, do corpo físico ou do esporte na sua dimensão técnica, para algo que considera o ser humano cultural, que continuamente constrói sua cultura relacionada aos aspectos corporais. A perspectiva cultural aqui explicitada faz avançar a Educação Física na aceitação de aspectos simbólicos, que incitam estudos e reflexões sobre a estética, a beleza, mas também sobre a expressividade, a subjetividade, enfim, o significado (Daolio, 2004).

Daolio (2004), entendendo a centralidade da dimensão cultural para a Educação Física, percorre livros clássicos de diferentes autores brasileiros renomados na área em sua obra *Educação Física e o Conceito de Cultura*, buscando analisar as discussões da cultura e suas relações com a Educação Física.

Nesse trajeto, o autor evidenciou nas obras analisadas diferentes perspectivas sobre o ser humano, traduzidas como: *ser motor* (Go Tani, 1988) a partir da abordagem desenvolvimentista, na qual o indivíduo é tomado primeiramente pela dimensão biológica; *ser psicológico* (Freire, 1989), que amplia o conceito de desenvolvimento abarcando os aspectos cognitivo e afetivo conjuntamente ao motor; *ser social* (Coletivo de Autores, 1992) que tem na abordagem crítico-superadora a fundamentação da expressão "cultura corporal" como patrimônio da humanidade no que diz respeito ao acúmulo de conhecimentos e às produções humanas sem considerar a dimensão simbólica dos seres humanos; e, por fim, *ser cultural* (Kunz, 1991; 1994; Bracht, 1992; 1999; Betti, 1991), que enxerga o ser humano como a totalidade indissociável das dimensões física, psicológica e social.

Na mesma obra, o autor indica a semelhança das perspectivas acima descritas com a abordagem stratigráfica que Geertz (1989) apresenta, quando o ser humano é dividido em camadas, tendo o nível biológico como núcleo, justaposto pelos estratos psicológico, social e cultural. Desta forma, a compreensão do ser humano se dava

pelo estudo de cada um dos níveis. No entanto, o mesmo Geertz propõe uma visão mais ampliada, que refuta tal concepção estratigráfica para adotar uma concepção sintética, “na qual os fatores biológicos, psicológicos, sociológicos e culturais possam ser tratados como variáveis dentro dos sistemas unitários de análise” (Geertz, 1989, p. 56).

Utiliza-se o modelo de Geertz, a partir de sua concepção sintética, para entender o processo pelo qual a Educação Física está passando e deve continuar a passar. Ao considerar o ser humano de forma holística e dinâmica, pode-se assumir igualmente uma visão ampliada da Educação Física, constituindo-se em área que não trata apenas do corpo e do movimento, mas que trata do ser humano em sua totalidade. Aqui, inclui-se o princípio da alteridade, emprestado pela Antropologia Social, e defendido por Daolio (2004, p. 71) como fundamental, pois “pressupõe a consideração do outro a partir de suas diferenças e também levando em conta a intersubjetividade intrínseca às mediações que acontecem na área de Educação Física”.

As atividades físicas, esportivas e de lazer, bem como outras práticas corporais que fazem parte da Educação Física devem levar em conta elementos como a intersubjetividade, a individualidade e a historicidade. Assim, olhar o outro como um indivíduo socializado, que possui uma história, que tem necessidades e interesses particulares, que traz manifestações corporais que são eminentemente culturais e que, sobretudo, devem ser respeitadas e assumidas, passa a ser o grande exercício.

5

**ESPORTE
E PERMANÊNCIA
ESTUDANTIL**

As questões que perpassam a permanência estudantil, em especial nas universidades federais, são bastante complexas e de diversas ordens. Segundo os estudos apresentados por Gaioso (2005), Zago (2006) e Dutra e Santos (2017), os fatores que se relacionam ao acesso, à evasão e à permanência no Ensino Superior podem e devem ser analisados sob múltiplos olhares, de forma que se procure entender as diferentes demandas do ser humano e, conseqüentemente, do discente universitário em suas individualidades e subjetividades.

O esporte é considerado por muitos autores um dos fenômenos socioculturais mais importantes do final do século XX. Tubino (1999) afirma que o número crescente de praticantes, além da quantidade cada vez maior de espaço ocupado na grade de programação das mídias nacional e internacional, justifica a sua relevância social. Acrescenta-se, ainda, que o esporte possui características inter e transdisciplinar, pois mantém relações próximas com diferentes áreas significativas para a humanidade, como a saúde, a educação, o turismo, o meio-ambiente, entre tantas outras.

Segundo Diem (1966), a história do esporte está ligada intimamente a da cultura humana. Por meio dela se compreendem épocas e povos, tendo em conta que cada período histórico retrata o seu esporte e a essência de cada povo nele se reflete. Nesta mesma linha de raciocínio, pode-se dizer que para entender a origem do esporte, é necessário vinculá-lo ao jogo. As próprias definições de esporte transitam pelo jogo, demonstrando assim que é este o elemento que estabelece o vínculo entre a cultura e o esporte.

Por outro lado, o fenômeno esportivo, na visão de alguns autores, é definido como a antítese do jogo, enquanto outros defendem que o esporte é o jogo institucionalizado, ou seja, o jogo regulado por códigos e regras, sendo comandado por entidades dirigentes, como as confederações e federações. Quanto à origem do esporte, existem duas interpretações bem distintas, conforme ressaltado por Tubino (1999):

A primeira vincula o surgimento do esporte a fins educacionais desde os tempos primitivos, e a segunda, entende o esporte como um fenômeno biológico, e não histórico. [...] As duas teorias apresentam um ponto em comum, que acabou se tornando o aspecto essencial do fenômeno esporte: a competição. Assim, para que haja esporte, é preciso haver competição (Tubino, 1999, p. 13).

Cronologicamente, antes mesmo do surgimento do esporte, existiam atividades físicas de caráter utilitário-guerreiro, higiênicas, rituais e educativas na Antiguidade. Os homens primitivos, na Pré-História, praticavam exercícios físicos exclusivamente para a sobrevivência, como saltar, lançar, atacar e defender (Tubino, 1999). Posteriormente, foram praticadas por diferentes povos, atividades físicas com um caráter higiênico. Os gregos de Atenas introduziram uma finalidade educativa aos exercícios físicos, embora aqueles de Esparta continuassem atribuindo aos exercícios físicos o objetivo de preparação para a guerra.

É na sociedade moderna, especialmente na Inglaterra do século XIX, que o esporte moderno surge. Concebido por Thomas Arnold, o fenômeno esportivo foi reconhecido a partir de três características: é um jogo; é uma competição; e é uma formação. Esta última, novidade até então, tinha o sentido de que “o corpo era um meio para a moralidade, definindo o esporte como um auxiliar do corpo” (Tubino, 1999, p. 17-18).

A incorporação das atividades físicas pela burguesia e pela aristocracia inglesas ao processo educativo possibilitou que os alunos dirigissem os jogos, criassem suas próprias regras e códigos, a partir do clima de *fair play*, termo que denota a atitude respeitosa na disputa esportiva perante os adversários, as regras, os códigos e os árbitros. Assim, a necessidade de criar entidades que coordenassem tais disputas fez surgir federações e clubes, trazendo a reboque outro elemento efetivo da ética e do movimento esportivo: o associacionismo.

No final do século XIX, pelas mãos do Barão de Coubertin, ressurgem os Jogos Olímpicos. Acreditava-se que o esporte seria uma ferramenta poderosa contra os conflitos internacionais, podendo estimular a convivência humana, como visto na interrupção de guerras durante a realização das Olimpíadas da Antiguidade. Coloca-se, igualmente, conforme Peil, Cavalcanti, Pestana, Vasconcelos, Mattos e Fernandes (2018) a forte evidência do esporte como um meio educacional, partindo do pressuposto que o ser humano deve obrigatoriamente ser educado sob os pontos de vista intelectual, moral, artístico e atlético. “Um ser humano completo não poderia prescindir da educação pelo e para o exercício/esporte” (Peil; Cavalcanti; Pestana; Vasconcelos; Mattos; Fernandes, 2018, p. 167).

O esporte moderno cresceu gradativamente com o surgimento de novas modalidades e, conseqüentemente, com o maior número de praticantes. A autonomia das federações internacionais criadas aliada à pequena e permanente intervenção do Estado na maioria dos países contribuíram para tal crescimento. No entanto, após a Segunda Guerra Mundial, pode-se afirmar, de forma sintética, que a perspectiva pedagógica do esporte moderno foi pouco a pouco abandonada em detrimento da perspectiva do rendimento. Neste ideário, os grandes nomes internacionais do esporte, os grandes atletas, eram exaltados e denominados, conforme assevera Tubino (1999), como os “deuses dos estádios”.

Posteriormente, mais precisamente nos anos de 1930, o esporte foi percebido como fator de apelo popular e utilizado como instrumento de propaganda política. Os Jogos Olímpicos de Berlim (1936) se constituíram como um exemplo clássico, tendo em vista que as competições foram organizadas no sentido de representar um ato internacional de constatação da supremacia da raça ariana sobre as demais. Reconhecidos líderes políticos da época usaram as práticas esportivas para a formação de agrupamentos de jovens, constituindo um “primeiro ensaio do mau uso do fenômeno esportivo como mecanismo de controle de massas” (Tubino, 1999, p. 21).

Por outro lado, foi durante a Guerra Fria que as nações transformaram o esporte em palco efetivo do dualismo de dois regimes políticos: o socialismo e o capitalismo. Ambos os regimes consolidaram fortes estruturas na busca de obter vitórias esportivas internacionais, que foram operacionalizadas também como propaganda ideológica de superioridade de cada regime. O esporte aqui passou a ser mais um dos controles do Estado, fazendo surgir o chamado “chauvinismo da vitória”, que pode ser entendido como a intenção da vitória a qualquer custo em detrimento do *fair play*. Tal fenômeno, explicado por Tubino (1999), pode representar parcialmente o aparecimento do suborno e do doping no ambiente esportivo, considerados como flagelos do esporte contemporâneo.

Pode-se dizer que foi longínquo o período no qual o esporte foi entendido apenas pela ótica do rendimento ou da performance. Apesar de algumas modalidades já profissionalizadas e estabilizadas, além do crescente progresso técnico e do maior interesse por parte da população, o fenômeno esportivo precisava romper com aquela perspectiva e abranger outras possibilidades de atuação, haja vista a sua relevância social para toda a humanidade como um elemento de vinculação à cultura de povos e nações.

São três os movimentos mais expressivos contrários à lógica do rendimento ou da performance: a intelectualidade internacional que se encontrava inconformada com os rumos tomados pelo esporte; a publicação de manifestos por parte dos organismos internacionais ligados ao esporte; e o movimento Trimm na Noruega, que logo depois recebeu o nome de Esporte para Todos (Tubino, 1999). É neste sentido que, após os Jogos Olímpicos de Tóquio (1964), foi assinado o Manifesto do Desporto. O referido documento reconhece pela primeira vez outras manifestações esportivas, admitindo a existência do esporte escolar e do esporte do homem comum.

O movimento Esporte para Todos, presente em diversos países e com diferentes nomes, contribuiu consideravelmente para a

tentativa de democratizar a prática esportiva, buscando assim permitir que pessoas comuns e sem grande talento esportivo pudessem ter a oportunidade de acessá-lo e praticá-lo. Entretanto, a ampliação do conceito de esporte acontece de forma mais impactante após a publicação da Carta Internacional de Educação Física e do Esporte em 1978 pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Tal documento reconhece que o acesso à educação física e ao esporte deve ser assegurado e garantido a todos (Organização das Nações Unidas para a Educação a Ciência e a Cultura, 1978).

A Carta Internacional passou por uma revisão recentemente. Em seu preâmbulo, apresenta-se a ideia de que a preservação e o desenvolvimento de aptidões físicas, intelectuais e morais do ser humano melhoram a qualidade de vida. E, ainda, afirma que “é evidente que a educação física e o esporte não se limitam somente ao bem-estar físico e à saúde, mas também contribuem para o pleno e equilibrado desenvolvimento do ser humano” (Organização das Nações Unidas para a Educação a Ciência e a Cultura, 1978).

Torna-se assim, um grande desafio colocar o desenvolvimento da educação física e do esporte a serviço do progresso humano, por parte dos governos, das instituições públicas e privadas, das organizações não governamentais e de outras instâncias ligadas a tais questões. Ainda na Carta da UNESCO, evidencia-se no seu art. 3º, que trata dos programas de educação física e esporte, a preocupação em serem satisfeitas as necessidades individuais e sociais, como é sinalizado no item 3.1:

Os programas de educação física e de esporte devem ser elaborados de forma a satisfazerem as necessidades e as características pessoais de seus praticantes, assim como as condições institucionais, culturais, socioeconômicas e climáticas de cada país. Deve ser dada prioridade às necessidades de grupos sociais desfavorecidos (Organização das Nações Unidas para a Educação a Ciência e a Cultura, 1978).

Outro aspecto relevante, no que diz respeito a esse documento, é o que consta no art. 6º, que contempla a pesquisa e a avaliação como componentes indispensáveis para o desenvolvimento da educação física e do esporte, conforme se pode constatar nos itens 6.1 e 6.2:

A pesquisa e a avaliação na educação física e no esporte devem ter em vista o progresso de todas as modalidades esportivas, auxiliando-as a propiciar melhoras na saúde e na segurança de seus praticantes, bem como nos métodos de treinamento e nos procedimentos de organização e de gestão. [...] As implicações sociais da pesquisa científica neste campo não devem ser ignoradas, mas orientadas de forma a não permitirem aplicações inadequadas dentro da educação física e do esporte (Organização das Nações Unidas para a Educação a Ciência e a Cultura, 1978).

De tal modo, pode-se destacar que a ampliação do conceito de esporte passa a oferecer um conjunto maior de aspectos socialmente relevantes, o que reverbera em inúmeros estudos sociológicos. Paralelamente, a importância dada ao esporte pela mídia prova, de forma inequívoca, o interesse das pessoas pelo fenômeno esportivo. Alguns autores justificaram o significado social do esporte pelos aspectos nele envolvidos. Cotta (1981, *apud* Tubino, 2011) retrata socialmente o esporte sob as seguintes concepções: a) é um meio de socialização; b) favorece pela atividade coletiva, o desenvolvimento da consciência comunitária; c) é uma atividade de prazer, ativa para os praticantes e passiva para os que assistem; d) exerce uma função de coesão social, favorecendo a identificação social; e) desempenha um papel de compensação, pelo prazer, contra o excesso da industrialização.

Outros autores, igualmente, iniciaram os estudos referentes à Sociologia do Esporte, como Cagigal (1979) que concebeu a interpretação do fenômeno esporte em dois universos: o esporte-espetáculo e o esporte-práxis, sendo neste último o grande alcance social

do esporte, ao possibilitar o aumento da participação. Nessa mesma linha de pensamento, Clayes (1984) atribui o entendimento da razão principal do esporte quando tal prática esportiva pode chegar a um número maior de pessoas.

Após todo o processo de revisão conceitual do fenômeno esporte, considerando a discussão exaustiva do esporte de rendimento, a perspectiva pedagógica trazida pelas concepções de esporte na modernidade, bem como a sua amplitude para o campo social que vinculou a prática esportiva ao conjunto de direitos sociais do homem contemporâneo, pode-se dizer que este novo quadro exige conteúdos e estratégias que deem conta das novas dimensões atribuídas ao esporte, ou seja, o esporte na educação e o esporte na vida do homem comum.

Conforme expressa Tubino (2011), o esporte passa a ser entendido a partir de três manifestações: o esporte-educação; o esporte-participação; e o esporte-performance. Tais dimensões sociais do esporte compreendem um leque de situações sociais específicas, que fazem os seus contornos. Desta forma, ao analisar as dimensões sociais do esporte deve fazê-la considerando as três manifestações apresentadas, na busca por uma abordagem mais completa e suficiente do fenômeno em questão.

O esporte-educação constitui-se no processo educativo de formação de jovens, numa espécie de preparação para o exercício da cidadania, evitando a seletividade e a competição exacerbada (Tubino, 2011). Com isso, o esporte-educação deve se vincular as três áreas de atuação pedagógica, tomando como base as ideias de Lima (1987) e sendo elas: (i) a da integração social, assegurando uma participação autêntica dos educandos sobre as decisões na organização das atividades acrescida da possibilidade crescente de intervenção nas atividades esportivas extra escolares; (ii) a do desenvolvimento psicomotor, ofertando atividades que atendam as necessidades de movimento, como também situações de juízo crítico e autoavaliação;

(iii) e a de atividades educativas, direcionando-as para a concretização das aptidões em capacidades e, posteriormente, na aquisição dessas em níveis superiores.

Já o esporte-participação está apoiado no princípio do prazer lúdico, no lazer e no aproveitamento do tempo livre, tendo por objetivo a promoção do bem-estar dos praticantes. Esta manifestação se alinha a propósitos como a descontração, a diversão, o desenvolvimento pessoal e as relações entre as pessoas. Seu valor social fica evidenciado, sendo aspecto fundamental para qualquer processo de democratização. O quadro de desigualdade de oportunidades tende a ser equilibrado, pois o esporte-participação favorece o prazer a todos que dele se tornarem parte (Tubino, 2011).

Por último, o esporte-performance é definido como o esporte de alto nível ou alta competição, sendo a manifestação que norteou o conceito de esporte durante muito tempo e que tem sua centralidade na disputa sob regras rígidas e específicas de cada modalidade esportiva. Por exigir uma organização complexa e custosa, essa manifestação cada vez mais passa a ser responsabilidade da iniciativa privada. Para Tubino (2011), a prática nesta dimensão privilegia os chamados “talentos esportivos”, impedindo uma relação com os preceitos democráticos. Ao mesmo tempo em que propicia os espetáculos esportivos, onde é possível ocorrer uma série de possibilidades sociais positivas e negativas.

Especificamente, o esporte universitário pode ser definido como toda e qualquer prática de esporte realizada dentro de uma Instituição de Ensino Superior por discentes matriculados em cursos de graduação ou pós-graduação, podendo ser de caráter obrigatório ou voluntário. Ressalta-se que aqui o esforço será direcionado para o entendimento do esporte universitário praticado nas IFES.

A legislação a respeito do esporte, incluindo aquele restrito ao âmbito universitário, é escassa. Encontra-se apenas uma única

legislação que estabelece as bases de organização dos desportos universitários, o Decreto-Lei nº 3.617 (Brasil, 1941) que institui a Confederação dos Desportos Universitários, atualmente Confederação Brasileira do Desporto Universitário.

No referido documento, a organização do esporte universitário é atribuída às associações atléticas acadêmicas, conforme consta em seu art. 2º, inciso I: "haverá em cada estabelecimento de Ensino Superior, uma associação atlética acadêmica, constituída por alunos, e destinada à prática de desportos e à realização de competições desportivas" (Brasil, 1941). Consta ainda que as diferentes associações atléticas estão anexas aos seus respectivos diretórios acadêmicos.

Percebe-se que o esporte universitário, naquele momento, alijava qualquer representação institucional para o desenvolvimento de ações, projetos e programas nessa área e que as federações atléticas de todo o país, constituídas em cada universidade, deveriam formar a Confederação dos Desportos Universitários, papel hoje desempenhado pela Confederação Brasileira. Ainda analisando o Decreto-Lei nº 3.617 (Brasil, 1941), é importante notar a preocupação com a construção e montagem de praças esportivas para uso pelo corpo discente, sendo atribuída tal responsabilidade às universidades e aos estabelecimentos isolados de Ensino Superior. Ressalta-se que esse aspecto se tornou uma obrigação, se constituindo, à época, em uma condicionante para a autorização e o reconhecimento federal das respectivas instituições (Brasil, 1941).

Outro dado relevante é que o Decreto-Lei menciona a concessão de uma subvenção federal anual às associações atléticas acadêmicas dos estabelecimentos federais de Ensino Superior e que uma mesma subvenção poderá ser concedida à Confederação dos Desportos Universitários e às federações atléticas acadêmicas, não exigindo parecer de órgão colegial opinativo. A partir dessa informação, observa-se que o repasse de recursos era entendido como obrigatório por parte do Governo Federal a tais instituições.

Os Jogos Universitários Brasileiros ficam, então, instituídos como competições nacionais (Brasil, 1941), devendo ser realizado a cada dois anos. Inicialmente, são realizadas a Primeira Olimpíada Universitária Brasileira em São Paulo (1935); os Jogos Universitários de Minas Gerais (1938); e a Segunda Olimpíada Universitária Brasileira também ocorrida em São Paulo (1940).

A Confederação Brasileira do Desporto Universitário, nos dias atuais, é uma entidade vinculada ao Comitê Olímpico Brasileiro e constituída pelas 27 entidades filiadas à administração estadual do desporto universitário - Federações Universitárias Estaduais. No seu estatuto de funcionamento, é reconhecido que a prática desportiva formal é regulada por normas nacionais e internacionais, como também pelas regras de cada modalidade esportiva aceita pelas respectivas entidades nacionais de administração do desporto (Confederação Brasileira do Desporto Universitário, 2020).

Dentre as finalidades da Confederação Brasileira, duas delas merecem destaque, já que relacionam o seu fazer de acordo com o sistema nacional do desporto e seus respectivos comitês e confederações, sendo ambas relativas ao desenvolvimento do esporte brasileiro:

I- administrar, planejar, organizar, coordenar, dirigir, controlar, difundir e incentivar em todo o território brasileiro e fora dele, a prática do desporto e do paradesporto universitário, em consonância com o sistema nacional do desporto em todas as suas manifestações [...];

X- trabalhar em consonância, sempre que possível, com as entidades municipais, estaduais e federais de administração do desporto, com o Comitê Olímpico Brasileiro (COB), Comitê Paraolímpico Brasileiro (CPB) e Confederação Brasileira de Clubes (CBC), no que se concerne o desenvolvimento do esporte brasileiro como um todo (Confederação Brasileira do Desporto Universitário, 2020).

Assim, é possível verificar que o esporte fomentado e desenvolvido pela principal entidade brasileira no ambiente universitário, possui alinhamento mais próximo à manifestação do esporte-performance. Ou seja, o esporte federado, que possui regras rígidas, é hipercompetitivo, é seletivo, e pouco alinhado aos princípios democráticos. Tal ideário remete a outra corrente de estudos e pensadores que compartilham da concepção de que o esporte universitário deve ser parte ou extensão desse esporte institucionalizado.

6

**PROGRAMA
ESPORTE E LAZER
NA UFRJ**

O esporte no âmbito das universidades federais e, em especial, na UFRJ, é disseminado em diferentes ações, projetos e programas que são desenvolvidos na hélice - ensino, pesquisa e extensão. Em seu Estatuto, no título que versa sobre as atividades universitárias, tem-se a indicação nas áreas abrangidas pela graduação e pela extensão, o planejamento e a supervisão do programa de atividades culturais, desportivas e recreativas e de outras atividades extracurriculares (Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2019c).

Pode-se dizer que o lócus propulsor e adequado para o desenvolvimento de grande parte das atividades desportivas e recreativas descritas é a unidade acadêmica Escola de Educação Física e Desportos. Em sua estrutura existe um parque esportivo com quadras poliesportivas, piscinas, ginásios multiusos, pista de corrida, entre outros equipamentos utilizados para o desenvolvimento de atividades dessa natureza.

No entanto, existem limitações quanto ao seu uso, não somente pelas atividades acadêmicas dos cursos ali existentes, mas também considerando a distribuição territorial das unidades e *campi* da UFRJ bem como os números relacionados ao seu corpo discente, que totalizam aproximadamente 67.000 discentes de graduação e pós-graduação (Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2019d).

Destaca-se a existência de equipes representativas, em diferentes modalidades esportivas, que são compostas somente por discentes e que disputam competições universitárias organizadas pela Confederação Brasileira e pela Federação de Esportes Universitários do Rio de Janeiro. Essas equipes ficam sob a supervisão da Coordenação de Esportes da Escola de Educação Física e Desportos. Por último, as associações atléticas, organizadas e geridas pelos próprios discentes dos diferentes cursos na instituição cumprem papel importante na disseminação das atividades esportivas, apesar de seu funcionamento se alinhar a uma lógica de mercado e, de certa

forma, elitizar a participação desse público, tendo em vista que a sua sustentabilidade se dá por meio do pagamento de mensalidade. São entidades “que carecem de uma representatividade efetiva e não gozam de concreto reconhecimento institucional” (Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2019e, p. 43).

Recentemente, o Estatuto da UFRJ sofreu atualizações em virtude da criação da Pró-Reitoria de Políticas Estudantis, que passou a integrar as atividades universitárias, na Seção VIII - Da Área de Políticas Estudantis (Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2019c). Nesta seção, o esporte se apresenta como uma das ações relacionadas à garantia da permanência com qualidade de seu corpo discente. Todo o esforço em sistematizar minimamente a presença de termos como esporte, atividades desportivas e de lazer nos documentos institucionais visa oportunizar o leitor a perceber como tais fenômenos são entendidos e, conseqüentemente, desenvolvidos na referida instituição.

No ano de 2013, ainda sob a responsabilidade da extinta Superintendência Geral de Políticas Estudantis, foi criada a Divisão de Esporte, Cultura e Lazer, tendo como finalidades:

Estímulo à prática de esportes com intuito de integração e qualidade de vida objetivando a participação dos estudantes atletas e ‘não-atletas’ da universidade; apoio logístico e administrativo aos cursos que desejem organizar competições entre os períodos, servindo de etapa seletiva e treinamento para competições de caráter local, regional, nacional ou internacional; pretensão de participação em olimpíadas universitárias; promoção de práticas de atividades físicas com intuito de integração social e melhoria na qualidade de vida para a comunidade estudantil (Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2013, p. 25).

Nota-se que a Divisão de Esporte, Cultura e Lazer nasce com objetivos grandiosos e desafiadores. Termos como atletas, etapa seletiva, treinamento, competições, olimpíadas universitárias,

se relacionam diretamente com as já mencionadas equipes representativas e as associações atléticas. Pode-se imaginar, até certo ponto, um conflito de responsabilidades ou uma sobreposição de atribuições. Por outro lado, aparece no final a promoção de atividades físicas com finalidades de integração social e de melhoria na qualidade de vida voltadas para o corpo discente (Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2013).

No documento Relatório de Gestão da mesma Superintendência Geral de Políticas Estudantis (Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2015), na seção Esporte e Lazer, apresenta-se o apoio financeiro por parte do Parque Tecnológico, que consiste num conglomerado de empresas de grande porte, nacionais e multinacionais, localizado no interior do *campus* Cidade Universitária/Fundão. O referido apoio subsidiava as equipes representativas da UFRJ no que diz respeito à aquisição de materiais esportivos, uniformes, pagamento de inscrições em diferentes competições, hospedagem e transporte. A atuação da Divisão de Esporte, Cultura e Lazer consistia na gestão e execução desse recurso para as ações desenvolvidas junto às respectivas equipes pela Coordenação de Esportes da Escola de Educação Física e Desportos.

Paralelamente, nos anos de 2014 e 2015, desenvolveu-se o Programa Segundo Tempo Universitário, por meio de um convênio com o extinto Ministério do Esporte, hoje Secretaria Especial do Esporte, vinculada ao Ministério da Cidadania. Esse programa é uma iniciativa do Governo Federal no sentido de democratizar o acesso à prática e à cultura do esporte, tendo como objetivo “promover o desenvolvimento integral de crianças, adolescentes e jovens como fator de formação da cidadania e melhoria da qualidade de vida [...]” (Brasil, 2011, p. 9). Após problemas entre concedente (Ministério do Esporte) e conveniente (UFRJ), o Programa Segundo Tempo Universitário teve suas atividades encerradas no segundo semestre do ano de 2015.

A Divisão de Esporte, Cultura e Lazer, pensada e criada como estrutura auxiliar da Superintendência Geral de Políticas Estudantis (atual, Pró-Reitoria de Políticas Estudantis, no tocante ao desenvolvimento de ações na área do esporte, da cultura e do lazer, em concordância com os objetivos do PNAES de “minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão [...]”; e contribuir para a promoção da inclusão social pela educação” (Brasil, 2010), parecia caminhar a pequenos e vagarosos passos. Pode-se perceber até aquele momento que o repasse de recursos para as equipes representativas da UFRJ e a gestão do Programa Segundo Tempo Universitário constituem as primeiras iniciativas, mas ainda insuficientes se relacionarmos aos objetivos precípuos do Decreto PNAES.

A partir do ano de 2016, a Divisão de Esporte, Cultura e Lazer passa por uma reestruturação em nível de recursos humanos. Naquele momento, a Divisão em questão contava apenas com um servidor, do cargo Secretário Executivo, com formação em Letras e que respondia pela direção. Quatro novos servidores passaram a integrar a equipe ao longo daquele ano, sendo um do cargo Técnico Desportivo, com formação em Educação Física e a outra do cargo Técnica em Assuntos Educacionais, com formação em História. Cabe mencionar que esses profissionais foram convocados por meio de concurso público para provimento efetivo nos respectivos cargos, a partir do Edital nº 70, de 31 de março de 2014 e do Edital nº 390, de 21 de outubro de 2014 (Pró-Reitoria de Pessoal, 2014). Em seguida, outro Técnico Desportivo e uma Produtora Cultural juntaram-se à equipe.

Após tomar parte do trabalho realizado pela Divisão de Esporte, Cultura e Lazer desde a sua criação, por meio do acesso aos relatórios de gestão dos anos compreendidos entre 2012 e 2015, bem como da leitura dos documentos oficiais que versavam a respeito da assistência estudantil no âmbito nacional e institucional, foi possível inferir, na área do esporte como parte integrante da

assistência estudantil, que a gestão e a execução dos recursos provenientes do Parque Tecnológico para as equipes representativas consistiam em atividade meramente administrativa. Nesse ponto, é importante observar que o projeto das equipes representativas era conduzido por instância externa à estrutura e, identicamente, a gestão do Programa Segundo Tempo junto ao Ministério do Esporte, também era uma atividade burocrática, sendo que tais atividades nele desenvolvidas ficavam, igualmente, a cargo da mencionada Coordenação de Esportes.

Ademais, ao se aproximar um pouco mais do contexto das equipes representativas, percebeu-se que esse projeto está totalmente alinhado à manifestação do esporte-performance ou de rendimento (Tubino, 2011). Os discentes participantes das diferentes modalidades contempladas são selecionados a partir de critérios técnicos, privilegiando o talento esportivo e promovendo uma participação restrita e não democrática. Em relação ao Programa Segundo Tempo, a principal questão foi a relação submissa ao Ministério do Esporte com relação ao repasse dos recursos e, portanto, da continuidade das atividades, já que essas possuem relação de proximidade com as manifestações, explicitadas por Tubino (2011), do esporte-educação e do esporte-participação.

Neste contexto, surgiu no segundo semestre de 2016, o Programa Esporte e Lazer, que inicialmente foi chamado de Programa Esporte Participação, pois ofertava apenas práticas esportivas tendo como seu princípio maior a participação irrestrita do corpo discente da UFRJ, contemplando a graduação e a pós-graduação (Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2017). Todas as atividades eram desenvolvidas no campus Cidade Universitária/Fundão, nas instalações da Escola de Educação Física e Desportos. Foram abertas 140 vagas distribuídas em turmas das modalidades Basquete, Handebol, Judô, Karatê, Natação, Tênis de Quadra e Voleibol. Nessa primeira edição, foram recebidas 315 inscrições, número que superou o de vagas ofertadas.

No ano seguinte, o Programa continuou recebendo um número crescente de inscrições nos dois semestres. Paralelamente, as vagas ofertadas também foram aumentadas no primeiro semestre (2017:1). Porém, no semestre seguinte, houve uma pequena redução na oferta de vagas, que acompanhou o corte do quantitativo de bolsas disponíveis para os estudantes do curso de Educação Física, que participavam como monitores das atividades desenvolvidas, reduzindo assim a capacidade de atendimento do programa. A partir desse momento, o grande desafio era manter e/ou aumentar o número de bolsas concedidas, fazer crescer a oferta de vagas e expandir o Programa para os demais *campi* da UFRJ.

O ano de 2018 representou um verdadeiro divisor de águas, pois o Programa passou por reformulação conceitual e estrutural quando iniciou o movimento de expansão pretendido. A questão que imperava no momento era: como atingir os demais discentes em seus respectivos locais de estudo se não existem instalações apropriadas para as atividades esportivas? Foi, então, necessário um grande esforço da equipe da Divisão de Esporte, Cultura e Lazer, no sentido de sensibilizar os servidores desses outros espaços em concordar com a adaptação de salas de aula, auditórios, para que pudessem receber outras atividades que começavam a ser pensadas e incluídas no programa.

A sensibilidade mencionada estava, então, atrelada ao reconhecimento por parte desses servidores, que neste trabalho são chamados de servidores parceiros, a respeito da importância das atividades físicas, esportivas e de lazer para o bem-estar e para a qualidade de vida dos discentes no ambiente universitário durante suas respectivas trajetórias acadêmicas. Cabe explicar, no que se refere aos objetivos do Programa Esporte e Lazer, que a qualidade de vida é entendida a partir do binômio subjetividade e multidimensionalidade (Seidl; Zannon, 2004). A subjetividade expressa na percepção do indivíduo sobre o seu estado de saúde e outros aspectos do contexto de vida, podendo somente o próprio indivíduo avaliá-la.

Quanto à multidimensionalidade, refere-se ao reconhecimento de que tal constructo é composto por diferentes dimensões, podendo-se destacar: fatores físicos, fatores psicológicos, fatores de relacionamento social e fatores ambientais.

É a partir da atuação desses servidores parceiros que o Programa expandiu sua capacidade de atendimento para os *campi* Praia Vermelha e Duque de Caxias, com a oferta de novas práticas corporais, como o Treinamento Funcional, o Pilates Solo e o Yoga, atividades que facilmente conseguem ser adaptadas a qualquer um dos espaços anteriormente citados (Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2018c). Considera-se que essa ampliação para além dos esportes, inevitavelmente remeteu a uma modificação no nome do programa, passando de Programa Esporte Participação para Programa Esporte e Lazer (Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2018b). O termo lazer aqui apresentado deveu-se pela sua relação histórica de proximidade com o esporte, demonstrada inclusive no próprio texto constitucional brasileiro.

A mudança concebida no nome do Programa projetou a ideia ampla acerca do lazer. Castellani Filho (2013) demonstra preocupação ao afirmar que esporte e lazer são conceitos distintos. Para o referido autor é essencial que ações, projetos e programas de lazer sejam incorporados a uma política específica que não se limite, exclusivamente, ao desenvolvimento do lazer por meio dos conteúdos físico-esportivos. É fundamental “abrir-se à inevitável necessidade de contemplar a imensa gama de interesses que se apresentam em nosso quadro cultural” (Castellani Filho, 2013, p. 14). Assim, a inclusão de atividades artísticas e culturais no escopo do Programa Esporte e Lazer já permeavam as discussões da Divisão de Esporte, Cultura e Lazer.

Outra argumentação a favor da inclusão do termo lazer se alinhou ao conceito defendido por Marcellino (2004) em seus estudos sobre lazer e educação, quando o descreve como “cultura vivenciada (praticada, fruída ou conhecida), no tempo disponível das obri-

gações profissionais, escolares, familiares, sociais, combinando os aspectos tempo e atitude” (Marcellino, 2004, p. 31). Entende-se que a participação por parte do corpo discente da UFRJ nas atividades do Programa acontece em seu tempo livre disponível durante a jornada acadêmica, tempo esse que cada indivíduo tenta aproveitar da melhor forma para si. Nesta direção, o funcionamento do Programa nas instalações da própria instituição buscou favorecer o acesso às atividades físicas, esportivas e de lazer.

De tal forma, o processo de expansão do Programa Esporte e Lazer avançou consideravelmente no ano de 2019 quando o *campus* Macaé foi inserido, juntamente com a unidade acadêmica Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, localizada no centro da Cidade do Rio de Janeiro (Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2019f), ressaltando aqui mais uma vez a contribuição dos servidores parceiros. A Tabela 1 expõe uma representação numérica do Programa em questão no período de 2016 a 2019.

Tabela 1 - Programa Esporte e Lazer

Semestres	2016.2	2017.1	2017.2	2018.1	2018.2	2019.1	2019.2
Turmas	7	11	9	15	28	42	50
Atividades	7	7	7	12	15	21	27
Inscritos	315	346	412	445	1330	2.652	2.001
Vagas	140	202	160	300	777	1.010	1.250

Fonte: Fernandes (2021).

Nota-se que o propósito foi o de atender não somente o corpo discente do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, mas também de outras unidades acadêmicas isoladas que a circunscrevem. No *campus* Cidade Universitária/Fundão, o Programa passou a funcionar na Faculdade de Letras, no Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza e na Residência Estudantil. Tudo isso reverberou na ampliação do número de vagas e na diversidade de atividades ofertadas.

Vale ressaltar que a expressiva ampliação das vagas ofertadas não conseguiu ainda contemplar todos os discentes inscritos e interessados em participar do Programa. Portanto, a cada semestre, vem sendo realizado um sorteio público para o preenchimento das vagas existentes nas diferentes atividades em seus locais de funcionamento.

Por fim, destaca-se que desde o ano de 2018 foram estabelecidos critérios de prioridade para esse preenchimento, sendo do total de vagas, 40% destinado aos inscritos na categoria ampla concorrência e 60% destinado aos inscritos nas categorias de prioridade, subdivididas em: (i) ingressantes por ação afirmativa de escola pública, de renda e/ou de pessoa com deficiência; (ii) beneficiários dos auxílios ofertados pela Pró-Reitoria de Políticas Estudantis e/ou moradores oficiais da Residência Estudantil; (iii) atendidos e/ou indicados pela Divisão de Saúde do Estudante ou outra instância na área da saúde; e (iv) participantes da edição anterior do Programa interessados pela continuidade.

7

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA AVALIAÇÃO

De acordo com Penna Firme (2010) a avaliação busca julgar o valor de algo em determinados contextos, utilizando-se de procedimentos metodológicos de forma sistemática e considerando seus propósitos e finalidades. Assim, entende-se que a avaliação tem como preocupação o aqui e o agora, dando ênfase à atribuição de valor ao objeto de estudo e, ao mesmo tempo, podendo contribuir com recomendações pertinentes. Paralelamente, Worthen, Sanders e Fitzpatrick (2004), afirmam que o objetivo central de todo processo avaliativo é a determinação do mérito ou valor de um projeto, um programa ou parte dele.

Posto isto, na tentativa de alcançar o objetivo proposto neste estudo, estabeleceu-se os seguintes caminhos metodológicos: a definição da abordagem avaliativa; o estudo exploratório do campo, objetivando o estabelecimento das dimensões, indicadores e padrões de julgamento; a elaboração do quadro de dimensões e indicadores, a partir das pesquisas bibliográfica e documental bem como dos insumos advindos da exploração do campo; e a construção dos instrumentos avaliativos com suas respectivas validações e aplicações. São apresentados também aspectos relacionados ao estabelecimento dos critérios utilizados para valorar as dimensões contempladas no estudo, de forma a possibilitar responder às questões avaliativas.

ABORDAGEM AVALIATIVA

Considerando os dados constantes na V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das Instituições Federais de Ensino Superior (Associação Nacional de Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior, 2019), 86,1% dos discentes apresentam alguma dificuldade estudantil.

Das cinco dificuldades que mais afetam o desempenho acadêmico, têm-se a falta de disciplina de estudo (28,4%), as dificuldades financeiras (24,7%), a carga excessiva de trabalhos estudantis e problemas emocionais (23,7%), e por último, o tempo de deslocamento para a universidade (18,9%).

A pesquisa ainda revela que mais da metade (52,8%) dos discentes das Instituições Federais já pensou em abandonar o seu curso. Dificuldades financeiras, nível de exigência acadêmico, dificuldades de conciliar os estudos e o trabalho, problemas de saúde, os relacionamentos no próprio curso, são algumas das razões que mais se apresentaram nas respostas dos discentes participantes.

Nota-se que problemas de saúde são apontados como uma das razões para o pensamento em abandonar o curso universitário e que problemas emocionais são apresentados dentre as dificuldades estudantis enfrentadas, possibilitando inferir relação entre esses fatores. A referida pesquisa de perfil revela que 32,4% dos discentes estiveram ou estão em atendimento psicológico. A mudança de rotina acadêmica quando do ingresso no Ensino Superior potencializa os problemas relativos à saúde, sejam esses de ordem física, mental e/ou emocional, haja vista a exigência de posturas flexíveis e resilientes por parte dos discentes frente aos desafios no âmbito universitário (Associação Nacional de Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior, 2019).

Worthen, Sanders e Fitzpatrick (2004) propõem a classificação das abordagens da avaliação em seis categorias, a saber: (i) abordagens centradas em objetivos; (ii) abordagens centradas na administração; (iii) abordagens centradas nos consumidores; (iv) abordagens centradas em especialistas; (v) abordagens centradas em adversários; (vi) abordagens centradas nos participantes. Essa classificação “se baseia no que consideramos a força motriz da avaliação: as principais questões a serem resolvidas [...]” (Worthen; Sanders; Fitzpatrick, 2004, p. 125).

A partir das situações que impulsionaram a realização do estudo, foi escolhida a abordagem avaliativa centrada nos participantes, abordagem essa que considera como crucial o envolvimento daqueles que são participantes do objeto avaliado, sendo neste estudo os participantes do Programa Esporte e Lazer. O papel do avaliador na mencionada abordagem é descrever “os diferentes valores e necessidades dos indivíduos e grupos atendidos pelo Programa pesando e ponderando essa pluralidade de julgamentos e critérios [...]” (Worthen; Sanders; Fitzpatrick; 2004, p. 224).

Pode-se dizer que, no presente estudo, a abordagem centrada nos participantes enfatiza o Programa avaliado como um empreendimento humano complexo e tenta refletir essa complexidade a partir da experiência e do conhecimento de seus participantes, considerando os diferentes pontos de vista. Chianca, Marino e Schiesari (2001) asseveram que tal abordagem envolve ativamente as pessoas interessadas ou afetadas e que essas:

Influem na determinação das necessidades (foco da avaliação), do tipo de dados a serem coletados e dos critérios e valores a serem utilizados na formação de juízo de valor sobre o objeto avaliado (...). Essa abordagem procura ser mais holística do que as mais clássicas, reconhecendo a importância e incluindo a complexidade do contexto e das pessoas no planejamento e execução de processos avaliativos (Chianca; Marino; Schiesari, 2001, p. 23).

Por outro lado, alguns críticos dessa abordagem ressaltam a sua subjetividade como uma limitação, muito em virtude da dependência humana e da perspectiva individual. Outros apontam ainda que não adotar estratégias de balancear ou combinar padrões individuais que possibilitem julgamentos globais do programa é algo que torna difícil esse tipo de avaliação (Worthen; Sanders; Fitzpatrick, 2004).

Assim, o presente estudo avaliativo buscou revelar se os atores participantes do Programa Esporte e Lazer na UFRJ o reconhecem

como um dos elementos integrantes da Política de Assistência Estudantil da UFRJ, lançando luz aos aspectos mais simbólicos que passam à permanência estudantil na educação superior pública federal, podendo assim consolidar a visão ampliada a respeito da assistência estudantil constante no respectivo documento normativo.

AS QUESTÕES DO ESTUDO

É a partir dessas diferentes concepções acerca das ações de permanência, que as ideias apresentadas por Demo (2010), quanto às duas funções básicas da avaliação no contexto educacional, podem iluminar a condução do referido estudo: a função diagnóstica, no sentido de radiografar a realidade da maneira mais precisa possível, levantando potencialidades e limites; e a função prognóstica, que aqui pode ser entendida como o compromisso de entrar em cena, identificando problemas, propiciando a aprendizagem dos envolvidos no processo e podendo até realizar recomendações.

O estudo pode, igualmente, fomentar outros caminhos para os processos avaliativos dos demais programas integrantes da respectiva Política de Assistência Estudantil, tendo em vista nenhum deles ter sido avaliado até o presente momento. Para atingir tal objetivo, decidiu-se responder às seguintes questões avaliativas:

- a. Em que medida o Programa Esporte e Lazer favorece o acesso às atividades físicas, esportivas e de lazer?
- b. Até que ponto o Programa Esporte e Lazer atende as demandas dos discentes da UFRJ?
- c. Em que medida, a partir de seus resultados, o Programa Esporte e Lazer contribui para a permanência dos discentes da UFRJ?

Ressalta-se que a formulação de questões avaliativas é fundamental, pois complementa e direciona o processo investigativo, permitindo que o autor mantenha o foco da avaliação. Worthen, Sanders e Fitzpatrick (2004) julgam que essas questões possuem o propósito de orientar a avaliação no processo do alcance de seu objetivo, oferecendo assim suporte em relação ao que será investigado e julgado.

ESTUDO EXPLORATÓRIO DO CAMPO E QUADRO DE DIMENSÕES, INDICADORES E PADRÕES DE JULGAMENTO

O estudo proposto consistiu em avaliar o Programa Esporte e Lazer, coordenado por uma equipe na qual este autor é integrante e desenvolve suas atividades profissionais. A situação de familiaridade ou de acesso privilegiado às informações do campo de estudo deve ser uma preocupação permanente, não deixando margem para que o viés do avaliador possa modelar a coleta de dados (Goldenberg, 2004). Assim, o sujeito avaliador deve observar com imparcialidade a realidade, evitando relações que possam obscurecer e até deturpar seus julgamentos e conclusões (Velho, 1981).

No sentido de discutir esse aspecto, Orlando Filho (2018), sustentado em pensamentos formulados por autores estudiosos do tema, acrescenta que:

Torna-se prudente se discutir o posicionamento de Bogdan e Biklen (1994) que se referindo à escolha do estudo, aconselham o investigador a não escolher um tema e um contexto com os quais esteja pessoalmente envolvido, sob o risco do mesmo se constituir no que Woods (1987) classificou como um “observador comprometido”. No entanto, a respeito dessa conceituação, Costa (1996, p. 136) sustenta que “a familiarização com o objecto

de estudo é um contraponto indispensável ao igualmente necessário distanciamento” e Bourdieu (1999) sustenta que para a realização de uma boa pesquisa torna-se necessário uma criteriosa escolha das pessoas que serão investigadas e, na medida do possível, que essas pessoas já sejam conhecidas do investigador ou a ele apresentadas por outras pessoas que possuam relação com as pessoas investigadas.

As reflexões sobre esses pontos de vistas, existência de familiaridade ou proximidade social entre o investigador e os investigados, conduzem ao pensamento de que os respondentes de uma pesquisa se sentem mais à vontade e seguros em cooperar com o estudo, pois “não há maneira mais real e realista de explorar relação de comunicação na sua generalidade que a de se ater aos problemas inseparavelmente práticos e teóricos, o que decorre do caso particular da interação entre o pesquisador e aquele ou aquela que interroga” (Bourdieu, 1999, p. 693).

Buscou-se assim, por meio do estudo exploratório, entender o Programa a partir da experiência vivenciada pelos discentes que participam das atividades nele desenvolvidas. Igualmente, tentou-se confirmar as impressões do sujeito avaliador, neste caso, o autor do presente estudo, pela sua experiência e proximidade com o objeto avaliado, mas também descortinar outros aspectos importantes e não percebidos.

OBSERVAÇÃO SISTEMÁTICA E PARTICIPANTE NA EXPLORAÇÃO DO CAMPO

Realizou-se um processo qualitativo de observação sistemática (Lakatos; Marconi, 2001) e participante (Atkinson; Hammersley, 1994, Serva Júnior, 1995). No primeiro caso o objetivo foi o de alcançar o conhecimento em função de uma experiência ocasional, não tendo sido verificado antecipadamente os aspectos relevantes que

seriam observados e, no segundo caso, o investigador desempenha um papel participante no contexto pesquisado, encontrando-se face a face com as pessoas ou grupos de pessoas que estejam sendo pesquisadas.

Nesse ponto, cabe ressaltar que durante a fase de observação foram respeitados todos os aspectos éticos essenciais em estudos dessa natureza. Considerou-se o pensamento formulado por Brito e Leonardos (2001, p. 31), ao destacarem que a ética está a serviço do “respeito mútuo, não coerção, não manipulação e suporte aos valores democráticos e às instituições”. Assim, os processos de observação tiveram a representação de relações múltiplas e complexas, que envolveram cuidados éticos gerais e a responsabilidade em se preservar, em todos os momentos, diálogos sistêmicos e éticos entre o avaliador e os atores presentes no contexto avaliado.

A LITERATURA E O INSTRUMENTO QUALITATIVO NA EXPLORAÇÃO DO CAMPO

Em sequência, realizou-se um processo de análises bibliográficas, desenvolvidas por meio de um levantamento de referências teóricas previamente estudadas e publicadas em livros e artigos científicos disponíveis em sítios acadêmicos da Internet. Na análise documental, procurou-se estudar a história do Programa avaliado e, acompanhando as reflexões de Foucault (1979), por meio da leitura atenta dos documentos escolhidos, questionando-os sobre todos os aspectos a ele relacionados. Para o citado autor os documentos são o resultado do esforço de indivíduos em expor a ocorrência do próprio objeto que se investiga, considerando a difusão de normas, regulamentos ou leis.

Considerou-se que o Programa Esporte e Lazer devia, inicialmente, ser pensado na ótica de seus beneficiários, ou seja, o corpo discente da UFRJ. Portanto, suas ações deviam ir ao encontro das

demandas existentes, sendo fundamental a escuta ativa e atenta desse público. Creswell (2014) aponta a condução de processos de coletas de dados qualitativos quando é necessário investigar um problema ou questão. Isso se deve “à necessidade de estudar um grupo ou população, identificar variáveis que não podem ser medidas facilmente ou escutar vozes silenciadas” (Creswell, 2014, p. 52).

No processo de exploração do campo e, ao mesmo tempo, identificação de variáveis que pudessem auxiliar a compreensão dos diferentes contextos ou ambientes dos discentes participantes do estudo, abordando-se a questão da permanência, foi utilizado um instrumento qualitativo. Esse instrumento, uma entrevista semiestruturada, consistiu em uma técnica de coleta de dados que prevê um roteiro com perguntas mais ou menos ordenadas, mas também espaço para perguntas adicionais no sentido de “elucidar questões ou ajudar a recompor o contexto” (Colognese; Melo, 1998, p. 144).

A referida técnica investigativa foi projetada como meio de aprofundamento qualitativo do estudo em questão, corroborando com a construção do quadro de dimensões e indicadores. Tratou-se “de explorar o universo cultural próprio de certos indivíduos em referência às capacidades de verbalização específica do grupo ao qual pertencem” (Thiollent, 1987, p. 81), sendo esses componentes do corpo discente participante do Programa Esporte e Lazer nos seus diferentes locais de atuação.

Alguns autores descrevem as diferentes possibilidades referentes às fontes de erro ou de distorção que se apresentam no uso da técnica de entrevista. Influências da percepção recíproca entre entrevistador e entrevistado ligadas à raça, sexo, gênero, forma de ingresso na universidade, bem como a ausência de respostas por causa de fatores como desconfiança e intimidação podem provocar distorções. Da mesma forma, as racionalizações realizadas pelo entrevistado em função de seu grau de envolvimento com o assunto, ou pela sua posição na situação de entrevista merecem atenção.

O processo de seleção dos respondentes possibilitou representar diversas posições e, também, o comportamento permanente do entrevistador “numa situação de atenção flutuante que permite estimular o entrevistado a explorar seu universo cultural sem questionamento forçado” (Michelat; Simon, 1977 *apud* Thiollent, 1987, p. 8).

SELEÇÃO DOS PARTICIPANTES NA EXPLORAÇÃO DO CAMPO

Nesse sentido, a seleção do grupo de entrevistados foi realizada por indicação dos Discentes Monitores atuantes nesses espaços onde as aulas do Programa aconteceram, ou seja, indicação de um discente por *campus* (Praia Vermelha, Cidade Universitária/Fundão, Macaé e Duque de Caxias), e um discente do IFCS. O referido processo se deu em acordo com os seguintes critérios elencados pelo autor: (i) local de estudo; (ii) idade; (iii) gênero; (iv) forma de ingresso; (v) ano de ingresso; (vi) nível de ensino (graduação, preferencialmente); (vii) participação no programa; (viii) modalidade praticada; (ix) frequência nas aulas, sendo considerado no mínimo 50% de participação nas mesmas.

Com isso, tentou-se incluir a maior representatividade possível, não só em relação aos locais de atuação do programa, como também quanto ao perfil dos discentes escolhidos, observando características desses participantes nas atividades realizadas durante o ano de 2019, na tentativa de cobrir a diversidade de interesses e pontos de vista a respeito do Programa avaliado.

A entrevista semiestruturada foi composta de perguntas-chave que definiram a condução desse momento em acordo com os objetivos do estudo e em oposição àqueles roteiros mais fechados em entrevistas estruturadas, permitindo certa flexibilidade ao entrevistador. Inicialmente, foi adotada uma estratégia que possibilitasse o entrevistado se apresentar, falar um pouco de si e de sua chegada à UFRJ, trazendo uma abordagem mais autoral e afetiva.

Por conseguinte, foram abordadas as perguntas selecionadas para o roteiro (APÊNDICE A).

Assim, foram realizadas quatro das cinco entrevistas previstas com os discentes participantes das atividades do Programa Esporte e Lazer, nos *campi* Praia Vermelha, Cidade Universitária/Fundão, Macaé e Duque de Caxias. A discente selecionada para a última entrevista no IFCS não compareceu ao encontro agendado, situação que inviabilizou a realização da entrevista com outro participante do Programa naquele local por causa do tempo disponível para a realização do estudo exploratório.

Os participantes das entrevistas são discentes da UFRJ, sendo três da graduação presencial e um da pós-graduação stricto sensu (Doutorado). Os cursos contemplados nos dois níveis de ensino representados (Medicina, Engenharia, Biotecnologia e Serviço Social) funcionam em tempo integral. Do total de quatro entrevistados, três são oriundos de outros estados da federação (dois de Minas Gerais e uma de Sergipe), sendo apenas um do Rio de Janeiro.

Os anos de ingresso na UFRJ são igualmente variados, tendo ingressantes entre o segundo semestre do ano de 2013 e o primeiro semestre do ano de 2019. Dois entrevistados ingressaram por ampla concorrência e outros dois por algum tipo de ação afirmativa. Em relação à participação desses no Programa Esporte e Lazer, temos as seguintes atividades contempladas: Tênis de Quadra, Judô e Pilates Solo. Dos quatro entrevistados, três participaram das respectivas atividades do Programa durante dois semestres consecutivos.

Quadro 1 - Características dos discentes entrevistados

Características dos Entrevistados	Discente 1	Discente 2	Discente 3	Discente 4
Idade	43 anos	20 anos	33 anos	34 anos
Sexo	Feminino	Masculino	Masculino	Feminino
Estado	Rio de Janeiro	Minas Gerais	Minas Gerais	Sergipe
Local de Estudo (campus)	Duque de Caxias	Macaé	Cid. Univ./ Fundão	Praia Vermelha
Curso	Biotecnologia	Engenharia	Medicina	Serviço Social
Ano de Ingresso	2015/2	2019/1	2013/2	2018/1
Forma de Ingresso	Ampla concorrência	Ação Afirmativa	Ação Afirmativa	Ampla concorrência
Atividade Praticada	Pilates	Judô	Tênis	Pilates
Participação no Programa	2 semestres	1 semestre	2 semestres	2 semestres

Fonte: Fernandes (2021).

ESTABELECIMENTO DOS CRITÉRIOS: DIMENSÕES E INDICADORES

As entrevistas realizadas a partir do roteiro elaborado foram acompanhadas de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (APÊNDICE B), devidamente datado e assinado pelos participantes. Seguindo o pensamento de Thiollent (1987), as entrevistas contribuem para a fase exploratória de um estudo avaliativo, sendo um de seus objetivos, por exemplo, “a descrição dos quadros de referência” (Thiollent, 1987, p. 80). Assim, elas foram devidamente registradas em áudio e, posteriormente, transcritas em sua integralidade, colaborando para a construção do quadro de dimensões e indicadores, confirmando ou revelando possibilidades.

Bardin (2016) ressalta que, diante do material verbal, realizar uma análise de conteúdo clássica, com quadro categorial, privilegiando a repetição de frequência dos temas, pode resultar numa abstração incapaz de dar conta do essencial em relação às significações produzidas pelos entrevistados. Apesar disso, reconhece-se o poder de síntese, a demonstração das constâncias, semelhanças e regularidades quando utilizado este tipo de análise.

No referido estudo exploratório foi também utilizada outra técnica de decifração, proposta por Bardin (2016), no sentido de complementar e enriquecer a análise de conteúdo das entrevistas, tentando, por último, potencializar a produtividade da informação final. O primeiro passo desta técnica consistiu num processo de decifração estrutural, entrevista por entrevista, no qual em cada nova entrevista foi necessário um esforço de abstração de si próprio e das entrevistas anteriores. Em seguida, a utilização do processo de análise transversal sintética permitiu recortar e colar temas, que apareceram e mais a frente reapareceram, em função da progressão de um pensamento que se busca.

Sendo assim, a seguir, a título de informação, são apresentados trechos da entrevista com um dos participantes, discente do curso de Medicina, quando perguntado sobre o Programa Esporte e Lazer:

Entrevistador: Como é que tem sido a sua experiência no Programa Esporte e Lazer?

Discente 3: (...) foi a única oportunidade que eu tive de fazer exercício físico, né?

Entrevistador: Na sua opinião, quais seriam as condições que mantém o aluno na Universidade?

Discente 3: É (...) porque o que te mantém na faculdade..., não é simplesmente a condição financeira que a bolsa está te proporcionando, não é só isso, sabe? Eu acho que tem essa outra parte também, de você ter um senso de comunidade, de pertencimento, coisa que eu nunca tive.

Entrevistador: Como é que você encara o Programa Esporte e Lazer nessa perspectiva da permanência?

Discente 3: (...) eu vi amigos da faculdade, da minha turma, que tinham bolsa e saíram, desistiram, que não (...) conseguiram aguentar, sabe (...) eu acho que ele é (...) da mesma forma que a bolsa é fundamental, eu acho que ele entra nos itens fundamentais (...). É um dos pilares de permanência, com certeza.

Destaca-se que no conteúdo do Quadro de Dimensões e Indicadores (Quadro 2), além das Dimensões e Indicadores, foi retratada a relevância das Dimensões e apresentados os pontos expressivos dos insumos obtidos por meio das entrevistas que serviram de base para a construção dos conjuntos de Indicadores. Nesse ponto, cabe citar que procurou-se correlacionar os dados das entrevistas com outras importantes fontes como as bibliográficas e documentais. O resultado desse conjunto de dados permitiu a partir das fontes citadas, além da elaboração dos Indicadores, um conhecimento mais aprofundado do objeto de estudo, o Programa Esporte e Lazer como elemento da Política de Assistência Estudantil da UFRJ.

Dessa forma, a realização das entrevistas permitiu revelar determinados aspectos do fenômeno estudado a fim de completar as pistas de trabalho sugeridas a partir das leituras iniciais (Quivy; Campenhoudt, 2005). Sobre esse aspecto, houve a preocupação de se seguir o que fundamentou Bourdieu (2004) ao salientar que o investigador deve tomar os cuidados necessários para não ser levado pela ilusão de transparência quando da existência de possíveis desvios e incongruências presentes no material coletado.

Quadro 2 - Dimensões, indicadores, relevância e fontes utilizadas no estudo avaliativo

Dimensões	Indicadores	Relevância	Fontes
Favorecimento do acesso às atividades físicas, esportivas e de lazer.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Prática de atividades físicas, esportivas e de lazer fora da Universidade ▪ Oferta gratuita de atividades físicas, esportivas e de lazer ▪ Oferta de atividades físicas, esportivas e de lazer nos espaços da Universidade e durante a rotina acadêmica ▪ Realização, nos momentos de lazer, de atividades físicas e/ou esportivas ▪ Dificuldades para praticar atividades físicas, esportivas e de lazer 	O Programa Esporte e Lazer pode ser considerado um mecanismo democrático que favorece o acesso às atividades físicas, esportivas e de lazer para o corpo discente.	<p>Dados da entrevista:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ "O PEL pra mim foi a oportunidade de poder é (...) praticar atividade física regular, né (...)" (Estudante 3). ▪ "Inclusive, eu achei muito interessante a proposta do programa né, por ser aqui mesmo na Universidade" (Estudante 4).
Atendimento das demandas discentes.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Divulgação do programa ▪ Adequação das atividades quanto aos dias ▪ Adequação das atividades quanto aos horários ▪ Adequação das atividades quanto aos locais 	O desenvolvimento do Programa Esporte e Lazer atende às demandas do corpo discente.	<p>Dados da entrevista:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ "Os horários, tipo, eles podiam colocar aulas que começam às 5 horas e acabam às 6 (...)" (Estudante 3). ▪ "Principalmente a questão da estrutura física né, e alguns momentos de equipamentos (...)" (Estudante 4).

Dimensões	Indicadores	Relevância	Fontes
	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Diversidade das atividades ofertadas ▪ Adequação de equipamentos/materiais utilizados ▪ Suficiência de equipamentos/materiais utilizados ▪ Satisfação em relação aos professores e/ou monitores por parte dos discentes beneficiados ▪ Atendimentos das expectativas com relação à atividade frequentada 		<ul style="list-style-type: none"> ▪ "Sim (...). Questão de ter mais pessoas a minha volta e a questão também de querer melhorar, de (...)" (Estudante 2).
Contribuição para o bem-estar e/ou para a qualidade de vida.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Motivação na escolha da atividade ▪ Mudanças percebidas de ordem física ▪ Mudanças percebidas de ordem psicológica ▪ Mudanças percebidas de ordem afetiva ou emocional ▪ Interferência no bem-estar e/ou na qualidade de vida 	A participação no Programa Esporte e Lazer proporciona benefícios que contribuem para o bem-estar e/ou para a qualidade de vida do corpo discente.	<p>TUBINO (2011); DAOLIO (2004); SEIDL; ZANNON (2004).</p> <p>Dados da entrevista:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ "Eu vou para o judô... porque é algo que tá me trazendo lazer". (Estudante 2). ▪ "E aí gostei, porque (...), vai me trazendo uma consciência corporal (...)" (Estudante 4). ▪ "Consegui melhorar um pouco a minha autoestima (...)". (Estudante 3).

Dimensões	Indicadores	Relevância	Fontes
Resultado para a permanência estudantil.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Favorecimento da convivência com a comunidade acadêmica ▪ Aumento da frequência nas aulas do curso ▪ Cumprimento das tarefas da rotina acadêmica ▪ Melhora do coeficiente de rendimento ▪ Aprovação das disciplinas cursadas ▪ Favorecimento para o avanço nos níveis de estudo ▪ Contribuição para permanência na Universidade 	O Programa Esporte e Lazer gera resultados que auxiliam a permanência do corpo discente.	GAIOSO (2005); BRASIL (2010); MAGALHÃES (2012); UFRJ (2019b). Dados da entrevista: <ul style="list-style-type: none"> ▪ "Me senti mais motivado. Estudei melhor. Eu rendi melhor também (...)" (Estudante 3). ▪ "É uma diversão também, você tá saindo desse mundo de pressão (...)" (Estudante 2). ▪ "(...) não só ser bem-estar, (...) também como relacionamento pessoal". (Estudante 1).

Fonte: Fernandes (2021).

Na construção dos Indicadores, procurou-se descrever, na coluna referente à relevância, a definição ou a convenção terminológica das Dimensões pensadas. Essa é uma conceituação abstrata que vislumbra dar conta da realidade, seguindo o que se exprime como essencial para essa mesma realidade, a partir da perspectiva do investigador (Quivy; Campenhoudt, 2005). Com relação aos Indicadores, percebeu-se a necessidade de pensar como as respectivas Dimensões poderiam ser medidas neste estudo avaliativo.

Os indicadores, portanto, são considerados manifestações observáveis e mensuráveis das dimensões de forma objetiva.

No entanto, em alguns estudos na área das Ciências Sociais, os conceitos e suas dimensões não são explicitados em termos diretamente observáveis (Quivy; Campenhoudt, 2005). Existem conceitos que para determinados indicadores são menos evidentes, podendo ser apenas uma marca, um indicativo, ou uma expressão da opinião que informa algo sobre o que se deseja captar.

Deve-se observar a premissa de que os insumos gerados por meio das entrevistas exploratórias não constituem um retrato fiel da realidade estudada. Desse modo, se tornou necessária uma análise aprofundada das falas obtidas durante a observação sistematizada e sua relativização com leituras sobre as diferentes concepções de assistência e permanência estudantil. Essas concepções estão relacionadas a diferentes aspectos como: evasão, qualidade de vida, atividade física, esporte e lazer, sendo seu entendimento construído também a partir de pesquisas bibliográfica e documental realizadas pelo autor.

INSTRUMENTOS: OS QUESTIONÁRIOS E AS ENTREVISTAS

Dois dos fatores preponderantes durante o percurso metodológico em estudos avaliativos são a escolha do método e a seleção dos instrumentos que se alinham à respectiva escolha. Neste trabalho, pretendeu-se adotar um método que analisasse tanto os dados quantitativos como os dados qualitativos coletados, buscando a complementaridade explicitada pela integração do estudo que permite, segundo Goldenberg (2004, p. 62), “que o pesquisador faça um cruzamento de suas conclusões de modo a ter maior confiança que seus dados não são produto de um procedimento específico ou de alguma situação particular”.

É imperativo por parte do avaliador a sensibilidade e a imparcialidade durante qualquer processo avaliativo, bem como o uso da triangulação de métodos para que se obtenha uma representação mais acurada a respeito do objeto avaliado. Conforme pensamento de Minayo (2005), a triangulação considera a integração de aspectos objetivos e subjetivos, incluindo em sua proposta os atores do programa avaliado não apenas como objetos de análise, mas principalmente como sujeitos. Leva-se em conta a visão de diferentes informantes e o emprego de uma variedade de técnicas de coleta de dados durante o percurso investigativo (Minayo, 2005).

A construção de um instrumento que permita medir o que se realmente pretende constitui-se em enorme desafio. Transformar as questões avaliativas em Dimensões e Indicadores, ao mesmo tempo em que esses precisam ser convertidos em itens que devem ser entendidos e respondidos pelos participantes do estudo não é tarefa das mais fáceis. Para além disso, as respostas obtidas necessitam ser passíveis de categorização e quantificação, permitindo que “após a coleta e análise dos dados, o investigador esteja em posição de decidir se as hipóteses, no caso da pesquisa, foram confirmadas ou refutadas (May, 2004).

A elaboração de *surveys* para processos avaliativos torna-se igualmente complexo, pois aqui a tentativa é de descobrir o valor de algo por meio de um julgamento. Agrega-se mais significado se esse valor puder ser considerado como de utilidade social (Penna Firme, 2010). Cabe ainda citar que a pesquisa *survey* busca descrever ou explicar características ou opiniões de uma população a partir de uma amostra representativa (May, 2004).

Outras particularidades referentes à avaliação dizem respeito à necessidade de responder as questões avaliativas formuladas, conduzindo seus achados por meio de recomendações rumo à tomada de decisões por parte dos interessados. Ademais, os resultados da avaliação “não podem necessariamente perdurar por certo tempo

nem serem válidos para outras regiões” (Penna Firme, 2010, p. 62), dificultando assim suas possíveis generalizações.

Nesse contexto, pensou-se na aplicação de dois *surveys* ou questionários autoaplicáveis, ou seja, preenchidos pelo próprio corpo discente participante do Programa Esporte e Lazer no segundo semestre de 2019:

1. O primeiro grupo de respondentes, denominado Discentes Beneficiados, se constitui de integrantes do corpo discente da UFRJ que participaram na qualidade de praticante das atividades ofertadas pelo Programa em questão, ou seja, participaram das diferentes atividades desenvolvidas durante o segundo semestre de 2019. Dada a natureza deste estudo, foram considerados apenas os Discentes Beneficiados que frequentaram 50% do total de aulas ofertadas em cada atividade por turma, de forma que esses pudessem realmente perceber ou não alguma mudança significativa no que diz respeito aos diferentes elementos que atravessam a vida de quem é discente universitário na referida instituição.
2. O segundo grupo, denominado Discentes Monitores, é formado igualmente por integrantes do corpo discente da UFRJ. Porém, esses participaram na qualidade de monitores das atividades ofertadas pelo Programa Esporte e Lazer, planejando e desenvolvendo as aulas em cada uma das turmas existentes durante o segundo semestre de 2019. Nesse período, o Programa contava com a participação de 14 discentes monitores que atuavam nos diferentes locais de realização das atividades desenvolvidas. A participação desse grupo no presente estudo foi uma decisão interessante, tendo em vista que esses participantes se constituem como elo entre a equipe coordenadora e aqueles que são impactados pelas ações do referido programa. Para além disso, observou-se uma abertura maior no diálogo entre pares (Discentes

Beneficiados e Monitores) durante as idas e vindas a campo. Talvez esse fato possa ser explicado pelas similaridades do que é ser universitário, independente do grupo ao qual os discentes participantes do Programa pertençam.

Posteriormente à aplicação do instrumento quantitativo, aplicou-se outra entrevista semiestruturada com pequeno grupo de respondentes, composto por servidores parceiros do Programa Esporte Lazer. Destaca-se que “as entrevistas geram compreensões ricas das biografias, experiências, opiniões, valores, aspirações, atitudes e sentimentos das pessoas” (May, 2004, p. 145), objetivando a tentativa de complementar o presente estudo em consonância com a abordagem avaliativa escolhida, considerando inclusive que certas Dimensões e/ou Indicadores são mais aderentes a outro instrumento.

VALIDAÇÃO DOS INSTRUMENTOS AVALIATIVOS

Segundo Scriven (2018) todo instrumento a ser aplicado em processo de coleta de dados de uma avaliação necessita ser validado por especialistas que aferirão tanto seu constructo (avaliação técnica) quanto o seu conteúdo (avaliação de conteúdo). O autor afirma que todo instrumento é válido quando mede com precisão e exatidão o que pretende medir. No entanto, só adquire credibilidade científica depois de validado técnica e cientificamente. Nesse mesmo aspecto, Vilarinho (2018, p. 14), fundamentada em pensamentos formulados por Martins (2006), Paiva Júnior, Souza Leão e Mello (2011), afirma que:

A construção de qualquer instrumento exige a observância de muitos cuidados e o seu sucesso é obtido quando se consegue resultados merecedores de créditos para a solução do problema. Apesar de existirem divergências,

os autores são unânimes em identificar dois critérios fundamentais que vão garantir a qualidade (a credibilidade) do instrumento. São eles: a confiabilidade e a validade. Para Martins (2006), nem todo instrumento de medida que apresenta confiabilidade possui validade; mas todo aquele que tem validade é visto como confiável [...]

Neste estudo, para além das entrevistas realizadas para consecução do quadro de Dimensões e Indicadores, foram aplicados mais três instrumentos de coleta de dados: dois questionários e um roteiro de entrevista semiestruturada. Esses instrumentos foram submetidos aos especialistas por meio de convite (APÊNDICE C) para o processo de validação técnica (APÊNDICE D), realizados por dois especialistas em avaliação, professores doutores da Faculdade Cesgranrio, e, também, para o processo de validação de conteúdo (APÊNDICE E), realizados por três servidores técnicos administrativos em educação da UFRJ, sendo dois Técnicos Desportivos e uma Assistente Social, todos com mestrado e experiência no campo da assistência e permanência estudantil. Em todos os casos foram utilizados instrumentos classificados como preliminares, sujeitos a modificações e sugestões de melhorias, realizadas por esses especialistas.

No processo de validação técnica foram acatadas as seguintes recomendações:

- ✓ Adequação da nomenclatura da quarta Dimensão no Quadro de Dimensões e Indicadores, substituindo Impacto para a permanência estudantil para Resultado para a permanência estudantil, tendo como argumentação a dificuldade de se mensurar o impacto do referido programa, por não existir um grupo controle e um grupo tratamento que permitam afirmar que exclusivamente a participação no Programa Esporte e Lazer garantiu a permanência do discente na universidade (Especialista 1);

- ✓ Desmembramento de duas questões que versam sobre os Indicadores da Dimensão Atendimento das demandas discentes nos dois questionários, sendo as mesmas: Os dias/horários da atividade escolhida atenderam às suas necessidades?; e Os equipamentos/materiais utilizados durante a prática da atividade escolhida atenderam de forma adequada e suficiente?. Tais questões poderiam gerar dúvidas aos respondentes, já que existem dois aspectos a serem avaliados ao responder cada uma delas (Especialista 1);
- ✓ Modificação das opções de resposta da questão Já procurou atendimento psicológico alguma vez desde que ingressou na UFRJ? presentes nos dois questionários, tendo em vista a temporalidade do estudo. Assim, as opções ficaram em: a) Não; b) Sim, durante o ano de 2019; c) Sim, durante o ano de 2020; e d) Sim, estou em acompanhamento (Especialista 1);
- ✓ Elaboração de um texto de apresentação dos instrumentos para os respondentes advertindo sobre a temporalidade do estudo, de forma a sinalizar aos seus participantes o parâmetro de referência para suas respostas, incluindo também o referido parâmetro em algumas questões dos dois questionários (Especialista 2); e
- ✓ Adequação na redação da Questão 7 Em sua opinião, quais são as condições que mantém o discente na Universidade? para Em sua opinião, você identifica relação entre a participação no Programa e o desempenho do discente no curso?; e da Questão 8 Considera o Programa Esporte e Lazer como um dos elementos da política de assistência estudantil na UFRJ? para Você concorda que o Programa contribuiu para a permanência do discente? Poderia justificar sua resposta?. Ambas as questões integram o roteiro de entrevista semiestruturada (Especialista 2).

Quanto ao processo de validação de conteúdo foram acatadas as seguintes recomendações:

- ✓ Alteração das opções de resposta das perguntas da seção Contribuição para o bem-estar e/ou qualidade de vida, ficando as mesmas em: a) Não; b) Sim. Negativamente; c) Sim. Positivamente, de forma parcial; e d) Sim. Positivamente, de forma plena. A intenção foi descartar o direcionamento das respostas apenas na perspectiva positiva, possibilitando vieses no estudo em questão (Especialista 1);
- ✓ Acréscimo de duas opções de resposta quanto às situações de violência contidas na questão Qual(is) dessa(s) dificuldade(s) interferiu/interferiram significativamente na sua vida e/ou no contexto acadêmico desde o seu ingresso até o segundo semestre de 2019?, incluindo assim a violência moral e a violência patrimonial, em conformidade com as tipificações existentes na Lei nº 11.340 (Brasil, 2006), reconhecida como Lei Maria da Penha (Especialista 2);
- ✓ Inclusão no rol de respostas da questão Nível de ensino, tendo como referência o segundo semestre de 2019? a opção Pós-doutorado, já que existem discentes participantes neste nível de ensino. (Especialista 3); e
- ✓ Introdução na questão Centro acadêmico que seu curso estava vinculado, tendo como referência o segundo semestre de 2019? das seguintes opções de resposta: Campus Macaé; Campus Duque de Caxias; e Polos EAD, no sentido de facilitar as respostas dos participantes, tendo em vista as informações disponibilizadas pelo Sistema Integrado de Gestão Acadêmica (SIGA). (Especialista 3).

Em cumprimento à legislação vigente, reguladora desse tipo de atividade acadêmica, realizada em contexto de uma universidade pública federal e, também, considerando a responsabilidade ética

e a deferência aos respondentes, conforme determina as Resoluções 466/2012 (Brasil, 2012b) e 510/2016 (Brasil, 2016b) do Conselho Nacional de Saúde, tanto o estudo avaliativo quanto os instrumentos nele utilizados foram cadastrados na Plataforma Brasil sob o número CAAE 39282020.7.0000.5257 e encaminhados ao Comitê de Ética do Hospital Universitário Clementino Fraga Filho (HUCFF) pertencente à UFRJ para apreciação e aprovação. Dessa forma, assumiu-se o compromisso de seguir todas as orientações constantes na legislação pertinente durante a realização do estudo.

APLICAÇÃO DOS INSTRUMENTOS

Concluída as validações técnica e de conteúdo dos instrumentos supracitados pelos especialistas, iniciaram-se os procedimentos de coleta e análise dos dados. Para isso, os dois questionários foram elaborados integralmente na plataforma *Google Forms* e encaminhados aos respondentes por meio de mensagem eletrônica para os endereços de e-mail registrados na base de dados do Programa Esporte e Lazer.

Foram convidados 809 participantes nas diferentes atividades desenvolvidas pelo Programa Esporte e Lazer no segundo semestre de 2019 para o primeiro questionário, esse direcionado aos Discentes Beneficiados que participaram de pelo menos 50% do total de aulas dessas atividades no respectivo semestre. Para o segundo questionário, receberam o convite 14 discentes que participaram na qualidade de monitores das mesmas atividades no período explicitado. Ambos os questionários ficaram disponíveis para participação durante o período de 27 de janeiro de 2021 a 12 de fevereiro de 2021, sendo acompanhados de um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido no sentido de dirimir quaisquer dúvidas por parte dos respondentes.

As entrevistas com os servidores parceiros do Programa Esporte e Lazer cumpriram com os mesmos procedimentos adotados anteriormente nas entrevistas com os discentes no estudo exploratório do campo, seguindo o roteiro elaborado por este autor e apreciado pelos especialistas. As mesmas ocorreram entre os dias 10 e 16 de fevereiro de 2021 com duração média de 30 a 35 minutos. Foram realizadas por meio do aplicativo *Zoom*, o qual permite a realização e gravação de videoconferências, dada a necessidade de distanciamento social pelas medidas sanitárias vigentes à época. A escolha desse recurso se deu também pela sua gratuidade e facilidade de operacionalização. Nesta etapa, foram convidados três servidores parceiros, sendo dois técnicos administrativos em educação que atuam nos *campi* Duque de Caxias e Macaé e, por último, uma docente que atua na Faculdade de Letras localizada no *campus* Cidade Universitária/Fundão. Todos concordaram em participar a partir da ciência e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Tanto nos questionários, compostos por questões fechadas e abertas, quanto no conteúdo das entrevistas semiestruturadas realizou-se uma análise quantitativa e qualitativa, que está descrita no capítulo a seguir, destinado aos resultados do presente estudo.

CRITÉRIOS PARA CLASSIFICAÇÃO DO NÍVEL DE ATENDIMENTO DAS DIMENSÕES NOS QUESTIONÁRIOS

No sentido de se conferir o nível de atendimento de cada Dimensão presente no Quadro de Dimensões e Indicadores, ficaram estabelecidos os critérios para aferição desses níveis. Acrescenta-se que tais níveis de atendimento serviram de base para o processo

de construção das respostas às questões avaliativas. As Dimensões consideradas nos itens de: Favorecimento do acesso às atividades físicas; esportivas e de lazer; Atendimento das demandas discentes; Contribuição para o bem-estar e/ou para a qualidade de vida; e, Resultado para a permanência estudantil são referentes ao Questionário 1. As dimensões a seguir expostas, mencionadas no Questionário 1 foram, igualmente, consideradas no Questionário 2. No entanto, foram escolhidos aqueles Indicadores que mais se adequavam ao público respondente desse segundo instrumento, ou seja, aos Discentes Monitores.

DIMENSÃO: FAVORECIMENTO DO ACESSO ÀS ATIVIDADES FÍSICAS, ESPORTIVAS E DE LAZER

Nesta Dimensão foram analisados os Indicadores: Oferta gratuita de atividades físicas, esportivas e de lazer; Oferta de atividades físicas, esportivas e de lazer nos espaços da Universidade e durante a rotina acadêmica; Realização, nos momentos de lazer, de atividades físicas e/ou esportivas e Dificuldades para praticar atividades físicas, esportivas e de lazer. Observa-se que o “Indicador Prática de atividades físicas, esportivas e de lazer fora da Universidade” não teve seus dados considerados no processo de classificação, tendo seus resultados sido utilizados como apoio e complemento no entendimento da Dimensão como um todo.

Os demais Indicadores desta Dimensão seguiram o seguinte processo de verificação de seus níveis de atendimento: Critérios para classificar o nível de atendimento dos Indicadores Oferta gratuita de atividades físicas, esportivas e de lazer; Oferta de atividades físicas, esportivas e de lazer nos espaços da Universidade e durante a rotina acadêmica; e Realização, nos momentos de lazer, de atividades físicas e/ou esportivas.

- a. Os Indicadores são classificados como **Atende**, quando o número de ocorrências de respostas Sim, frequentemente for igual ou maior que 40% do total de respostas e seu somatório com as respostas Sim, raramente for igual ou maior que 70% do total de respostas.
- b. Os Indicadores são classificados como **Parcialmente Atende**, quando o número de ocorrências de respostas Sim, frequentemente for menor que 40% do total de respostas e seu somatório com as respostas Sim, raramente for menor que 70% do total de respostas.
- c. Os Indicadores são classificados como **Não Atende** quando o número de ocorrências de respostas Não for maior que 40% do total de respostas.

Para o Indicador Dificuldades para praticar atividades físicas, esportivas e de lazer, dada a particularidade das opções de respostas que buscaram entender quais as principais dificuldades se apresentaram para a prática dessas atividades pelos respondentes, estabeleceu-se critério diferente, considerando dois grandes grupos de respostas: (i) para aqueles que assinalaram a opção Nenhuma, representando o grupo que não apresentou dificuldade; e (ii) para aqueles que assinalaram as demais opções, representando o grupo que apresentou pelo menos uma das dificuldades elencadas.

- a. O Indicador é classificado como **Atende**, quando a diferença percentual entre o total de respostas (100%) e o número de ocorrências de respostas Nenhuma for igual ou maior que 70%.
- b. O Indicador é classificado como **Parcialmente Atende**, quando a diferença percentual entre o total de respostas (100%) e o número de ocorrências de respostas Nenhuma for menor que 70% e maior que 40%.

- c. O Indicador é classificado como Não Atende, quando a diferença percentual entre o total de respostas (100%) e o número de ocorrências de respostas Nenhuma for igual ou menor que 40%.

DIMENSÃO: ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DISCENTES

Nesta Dimensão foram analisados os Indicadores: Adequação das atividades quanto aos dias; Adequação das atividades quanto aos horários; Adequação das atividades quanto aos locais; Diversidade das atividades ofertadas; Adequação de equipamentos/materiais utilizados; Suficiência de equipamentos/materiais utilizados, Satisfação em relação aos professores e/ou monitores por parte dos discentes beneficiados; e Atendimentos das expectativas com relação à atividade frequentada. Também nesta Dimensão, um Indicador, Divulgação do programa, não teve seus dados considerados no processo de classificação, tendo seus resultados sido utilizados como apoio e complemento no entendimento da Dimensão como um todo.

- a. O Indicador é classificado como Atende, quando o número de ocorrências de respostas Sim, plenamente for igual ou maior que 40% do total de respostas e seu somatório com as respostas Sim, parcialmente for igual ou maior que 70% do total de respostas.
- b. O Indicador é classificado como Parcialmente Atende, quando o número de ocorrências de respostas Sim, plenamente for menor que 40% do total de respostas e seu somatório com as respostas Sim, parcialmente for menor que 70% do total de respostas.
- c. O Indicador é classificado como Não Atende quando o número de ocorrências de respostas Não for maior que 40% do total de respostas.

DIMENSÃO: CONTRIBUIÇÃO PARA O BEM-ESTAR E/OU PARA A QUALIDADE DE VIDA

Nesta Dimensão foram analisados os Indicadores: Mudanças percebidas de ordem física; Mudanças percebidas de ordem psicológica; Mudanças percebidas de ordem afetiva ou emocional e Interferência no bem-estar e/ou na qualidade de vida. Da mesma forma, nesta Dimensão, um Indicador, Motivação na escolha da atividade, não teve seus dados considerados no processo de classificação, tendo seus resultados sido utilizados como apoio e complemento no entendimento da Dimensão como um todo.

- a. O Indicador é classificado como Atende, quando o número de ocorrências de respostas Sim. Positivamente, de forma plena for igual ou maior que 40% do total de respostas e seu somatório com as respostas Sim. Positivamente, de forma parcial for igual ou maior que 70% do total de respostas.
- b. O Indicador é classificado como Parcialmente Atende, quando o número de ocorrências de respostas Sim. Positivamente, de forma plena for menor que 40% do total de respostas e seu somatório com as respostas Sim. Positivamente, de forma parcial for menor que 70% do total de respostas.
- c. O Indicador é classificado como Não Atende quando o somatório do número de ocorrências de respostas Sim. Negativamente e Não for maior que 40% do total de respostas.

DIMENSÃO: RESULTADO PARA A PERMANÊNCIA ESTUDANTIL

Nesta Dimensão, todos os seus Indicadores: Favorecimento da convivência com a comunidade acadêmica; Aumento da frequência nas aulas do curso; Cumprimento das tarefas da rotina acadêmica; Melhora do coeficiente de rendimento; Aprovação das

disciplinas cursadas; Favorecimento para o avanço nos níveis de estudo; e Contribuição para permanência na Universidade, possuem os mesmos critérios para classificar os seus níveis de atendimento

- a. O Indicador é classificado como Atende, quando o número de ocorrências de respostas Sim, plenamente for igual ou maior que 40% do total de respostas e seu somatório com as respostas Sim, parcialmente for igual ou maior que 70% do total de respostas.
- b. O Indicador é classificado como Parcialmente Atende, quando o número de ocorrências de respostas Sim, plenamente for menor que 40% do total de respostas e seu somatório com as respostas Sim, parcialmente for menor que 70% do total de respostas.
- c. O Indicador é classificado como Não Atende quando o número de ocorrências de respostas Não for maior que 40% do total de respostas.

DIMENSÕES INCLUÍDAS NO QUESTIONÁRIO 2

Como o total de respondentes nesse segundo questionário é somente de doze monitores, os critérios foram estabelecidos considerando números absolutos. Todos os Indicadores contemplados possuem os mesmos critérios para classificar os seus níveis de atendimento:

- a. O Indicador é classificado como Atende, quando o número de ocorrências de respostas Sim for igual ou maior que 8 do total de respostas e seu somatório com as respostas Em Parte for igual ou maior que 10 do total de respostas.
- b. O Indicador é classificado como Parcialmente Atende, quando o número de ocorrências de respostas Sim for menor que 8 do total de respostas e seu somatório com as respostas Em parte for menor que 10 do total de respostas.

- c. O Indicador é classificado como Não Atende quando o número de ocorrências de respostas Não for maior que 6 do total de respostas.

Para ambos os questionários, foi adotada a pontuação exposta no Quadro 3, referente às possibilidades de classificação dos indicadores em cada uma das quatro dimensões: Favorecimento do acesso às atividades físicas, esportivas e de lazer; Atendimento das demandas discentes; Contribuição para o bem-estar e/ou para a qualidade de vida; e Resultado para a permanência estudantil.

Quadro 3 - Pontuação atribuída para a classificação dos indicadores

Classificação do Indicador	Pontuação
Atende	3
Parcialmente Atende	2
Não Atende	1

Fonte: Fernandes (2021).

Utilizou-se, para julgamento quanto ao nível de atendimento das Dimensões consideradas no presente estudo, a escala de avaliação e padrões de julgamento descritos no Quadro 4, estando os mesmos relacionados aos resultados obtidos junto aos Discentes Beneficiados.

Quadro 4 - Escala de avaliação e Padrões de julgamento quanto aos resultados dos discentes beneficiados

Dimensões	Limites de pontuação das Dimensões	Padrões de julgamento relacionados às pontuações de cada Dimensão
Favorecimento do acesso às atividades físicas, esportivas e de lazer	4 - 12	11-12 pontos: Atendida 8-10 pontos: Parcialmente Atendida 4-7 pontos: Não Atendida

Dimensões	Limites de pontuação das Dimensões	Padrões de julgamento relacionados às pontuações de cada Dimensão
Atendimentos das demandas discentes	8 - 24	21-24 pontos: Atendida 16-20 pontos: Parcialmente Atendida 8-15 pontos: Não atendida
Contribuição para o bem-estar e/ou para a qualidade de vida	4 - 12	11-12 pontos: Atendida 8-10 pontos: Parcialmente Atendida 4-7 pontos: Não Atendida
Resultado para a permanência estudantil	7 - 21	19-21 pontos: Atendida 14-18 pontos: Parcialmente Atendida 7-13 pontos: Não atendida

Fonte: Fernandes (2021).

Posteriormente, no Quadro 5 é apresentada a escala de avaliação e os padrões de julgamento quanto ao nível de atendimento das diferentes dimensões mencionadas anteriormente, considerando os resultados pertinentes aos Discentes Monitores.

Quadro 5 - Escala de avaliação e Padrões de julgamento quanto aos resultados dos discentes monitores

Dimensões	Limites de pontuação das Dimensões	Padrões de julgamento relacionados às pontuações de cada Dimensão
Favorecimento do acesso às atividades físicas, esportivas e de lazer	3 - 9	8-9 pontos: Atendida 6-7 pontos: Parcialmente Atendida 3-5 pontos: Não Atendida
Atendimentos das demandas discentes	7 - 21	19-21 pontos: Atendida 14-18 pontos: Parcialmente Atendida 7-13 pontos: Não atendida

Dimensões	Limites de pontuação das Dimensões	Padrões de julgamento relacionados às pontuações de cada Dimensão
Contribuição para o bem-estar e/ou para a qualidade de vida	4 - 12	11-12 pontos: Atendida 8-10 pontos: Parcialmente Atendida 4-7 pontos: Não Atendida
Resultado para a permanência estudantil	3 - 9	8-9 pontos: Atendida 6-7 pontos: Parcialmente Atendida 3-5 pontos: Não Atendida

Fonte: Fernandes (2021).

Percebeu-se a necessidade de interpretar e sintetizar a pluralidade de subjetividades e particularidades dos participantes nos dois questionários, e, paralelamente, alinhá-las com a abordagem avaliativa centrada nos participantes utilizada neste estudo. Com isso, pensou-se na distribuição de pesos diferentes para as quatro Dimensões contempladas em cada grupo, sendo Peso 2 para os Discentes Beneficiados e Peso 1 para os Discentes Monitores. Tal procedimento se justifica pelo quantitativo maior de respondentes no primeiro questionário e por esse grupo de respondentes ser constituído por discentes diretamente afetados pelos resultados do Programa.

Para cálculo de cada Dimensão mencionada, convencionou-se a pontuação final demonstrada no Quadro 6, a partir de seus resultados individuais por questionário ou grupo de respondentes, respeitados os pesos atribuídos.

Quadro 6 - Pontuação final atribuída para a classificação das dimensões contempladas nos questionários

Dimensão	Pontuação
Atendida	3
Parcialmente Atendida	2
Não atendida	1

Fonte: Fernandes (2021).

Em seguida, para obtenção da nota final das Dimensões Favorecimento do acesso às atividades físicas, esportivas e de lazer; Atendimento das demandas discentes; Contribuição para o bem-estar e/ou para a qualidade de vida; e Resultado para a permanência estudantil utilizou-se a fórmula abaixo:

$$NFD = \frac{(NJ1 \cdot \text{Peso DB}) + (NJ2 \cdot \text{Peso DM})}{(\text{Peso DB} + \text{Peso DM})}$$

Onde:

NFD = nota final da dimensão

NJ1 = nota referente ao julgamento da dimensão no Questionário 1

Peso DB = peso atribuído aos Discentes Beneficiados

NJ2 = nota referente ao julgamento da dimensão no Questionário 2

Peso DM = peso atribuído aos Discentes Monitores

Dessa forma, pode-se exemplificar que para "Dimensão X", os julgamentos obtidos foram: **Atendida** para o Questionário 1 e **Não Atendida** para o Questionário 2. Aplicando-se a fórmula para o cálculo da nota final da "Dimensão X", tem-se:

Portanto, neste exemplo apresentado, a "Dimensão X" obteve nota 2,33. Para alcançar o resultado final da referida Dimensão, quanto ao seu nível de atendimento, empregou-se a relação definida no Quadro 7:

Quadro 7 - Relação Nota Final X Resultado Final

Nota Final	Resultado Final
Maior que 2,25	Atendida
Entre 1,50 e 2,25	Parcialmente Atendida
Menor que 1,50	Não Atendida

Fonte: Fernandes (2021).

LIMITAÇÃO DO ESTUDO

O estudo avaliativo aqui apresentado foi inicialmente pensado para ser desenvolvido durante a realização das atividades do Programa Esporte e Lazer no ano de 2020. No entanto, ressalta-se aqui o grave problema de saúde pública, a pandemia mundial de COVID-19, que fez com que a UFRJ e demais IFES suspendessem suas aulas a partir da segunda quinzena de março de 2020 por tempo indeterminado, seguindo as orientações dos organismos internacionais e nacionais de saúde, o que inviabilizou a coleta de dados no período pensado.

Decidiu-se realizar a coleta dos dados tomando por base a última edição presencial do programa, sendo essa realizada no segundo semestre de 2019. Apesar da existência de uma iniciativa piloto das atividades do Programa Esporte e Lazer no formato remoto, entre os meses de outubro e dezembro de 2020, julgou-se inapropriada a utilização dessa edição como referência para a presente avaliação, tendo em vista que a dinâmica das atividades ofertadas por meio de videoaulas gravadas ou em tempo real e a diminuição considerável no quantitativo de vagas modificaram significativamente características importantes do objeto de estudo.

8

RESULTADOS

No presente capítulo são apresentados os resultados obtidos em função da aplicação dos instrumentos utilizados para a coleta de dados, organizados nas seguintes seções: Caracterização dos Respondentes dos Questionários, Discentes Beneficiados e Discentes Monitores; Resultados e Análises por parte desses mesmos respondentes quanto às Dimensões e Indicadores escolhidos para o presente estudo; Análises das Entrevistas com os servidores parceiros; e Considerações Finais.

Os insumos coletados por meio das respostas dos questionários e dos roteiros das entrevistas estão organizados de acordo com as Dimensões estabelecidas para o cumprimento dos objetivos deste estudo. Para tanto, os resultados dos dois questionários são expostos a partir de quadros, tabelas ou gráficos, sendo complementados por comentários e análises, bem como pelas considerações dos respondentes nas questões abertas existentes nos referidos instrumentos.

As respostas advindas das entrevistas realizadas com os servidores parceiros retratam a perspectiva qualitativa a partir de seus conteúdos analisados, confrontando e/ou complementando, sempre que possível, com os resultados dos questionários. Por fim, cabe salientar que os quadros, tabelas e gráficos neste capítulo foram elaborados pelo autor do estudo.

CARACTERIZAÇÃO DOS RESPONDENTES DOS QUESTIONÁRIOS

A primeira parte dos questionários aplicados procurou caracterizar os dois grupos de discentes participantes do Programa Esporte e Lazer, os Discentes Beneficiados e Monitores. Partiu-se da premissa de buscar entre tais grupos possíveis similaridades

e diferenças, ao analisar tanto os dados sociais quanto aqueles relacionados a determinados aspectos da trajetória acadêmica desses participantes.

DISCENTES BENEFICIADOS

O questionário destinado a esse grupo foi respondido por 111 discentes, número que representa 13,7% do total de indivíduos que receberam por e-mail o convite para participar do estudo. Desses 111 respondentes, 109 (98,2%) são discentes de nacionalidade brasileira e dois (1,8%) são de nacionalidade estrangeira. É importante destacar o atendimento de discentes estrangeiros, pois, como é comum, eles possuem dificuldades diversas de adaptação aos contextos universitários em outro país.

Considerando aqueles de nacionalidade brasileira, 98 (88,3%) são naturais de estados da região Sudeste, com destaque para 89 (80,2%) do Rio de Janeiro, mas também com quatro (3,6%) representantes de São Paulo, quatro (3,6%) de Minas Gerais e um do Espírito Santo (0,9%). Notou-se ainda discentes oriundos de estados das regiões Sul, Centro-Oeste e Nordeste, totalizando 13 (11,7%) dos respondentes. Não houve nenhum respondente da região Norte.

Faixa etária e sexo

Tabela 2 - Distribuição dos discentes beneficiados por faixa etária e sexo

Faixa Etária	Feminino		Masculino		Prefiro não responder	
	Qtde	%	Qtde	%	Qtde	%
18 a 24 anos	48	60	16	57,1	2	66,7
25 a 30 anos	21	26,3	10	35,7	1	33,3
31 a 40 anos	7	8,7	2	7,2	-	-

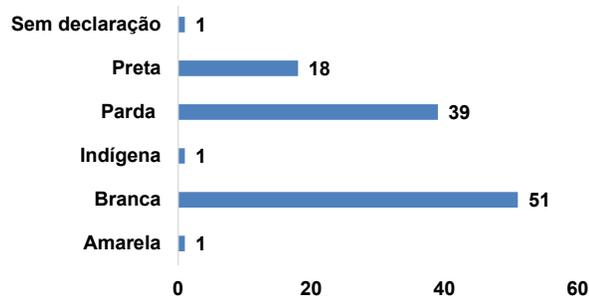
Faixa Etária	Feminino		Masculino		Prefiro não responder	
	Qtde	%	Qtde	%	Qtde	%
41 a 50 anos	2	2,5	-	-	-	-
Mais de 50 anos	2	2,5	-	-	-	-
Total	80	72,1	28	25,2	3	2,7

Fonte: Fernandes (2021).

Um aspecto significativo deste ponto, refere-se à presença predominante de 80 (72,1%) discentes do sexo feminino em relação ao número de 28 (25,2%) do sexo masculino. Três respondentes (2,7%) optaram pela opção “Prefiro não responder”. A maior presença feminina no Ensino Superior vem sendo demonstrada ano a ano nos documentos que tratam do Censo do Ensino Superior, elaborados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Demonstra-se que a maioria dos respondentes (59,5%) estão com idade entre 18 e 24 anos, faixa etária considerada na meta 12 do Plano Nacional de Educação (Brasil, 2014) quanto à elevação das taxas bruta e líquida de matrícula neste nível de ensino.

Cor da pele ou raça e pessoa com deficiência

Gráfico 1 - Distribuição dos discentes beneficiados por cor da pele ou raça



Fonte: Fernandes (2021).

A soma dos autodeclarados pretos, pardos e indígenas alcança 58 respondentes, o que representa 52,2% do total de respondentes, ultrapassando o número de 51 (45,9%) que se autodeclararam brancos. Pode-se inferir que a maior presença desse público possui estreita relação com as tentativas de democratização do acesso ao Ensino Superior, em especial a Política de Cotas.

É fundamental destacar a presença de discentes com deficiência neste nível de ensino, tendo em vista que a partir do final do ano de 2016, essa parcela da sociedade foi igualmente incorporada com um percentual de reserva de vagas nos editais de cada IFES para o acesso por meio do Sistema de Seleção Unificada (SiSU) do MEC. Entende-se que oportunizar programas e projetos para esse público se constitui como um compromisso das IFES para garantir sua inclusão no contexto universitário. Do total, foram identificados cinco discentes com algum tipo de deficiência, sendo: um discente com deficiência física, dois com baixa visão ou visão subnormal, um com transtorno global do desenvolvimento e um com altas habilidades.

Renda familiar bruta

Gráfico 2 - Distribuição dos discentes beneficiados por renda familiar bruta



Fonte: Fernandes (2021).

Observa-se que aproximadamente metade (47,7%) do público respondente está entre as faixas de renda familiar de 0,5 e 1,5 salário-mínimo. Se for tomado como base o texto do Decreto PNAES (Brasil, 2010), o qual normatiza que os recursos destinados às IFES para programas institucionais de assistência estudantil devem atender de forma prioritária os discentes com renda familiar de até 1,5 salário-mínimo, nota-se que uma expressiva parcela dos Discentes Beneficiados pelo Programa Esporte e Lazer se encontra nesse grupo prioritário.

Forma de ingresso

Dentre as possíveis formas de ingresso nas IFES, destaca-se que a cada ano o percentual de discentes que ingressam pelas ações provenientes da Política de Cotas aumenta exponencialmente. No que se relaciona à distribuição dos Discentes Beneficiados pela forma de ingresso, foram obtidos os resultados explicitados no Gráfico 3.

Gráfico 3 - Distribuição dos discentes beneficiados pela forma de ingresso



Fonte: Fernandes (2021).

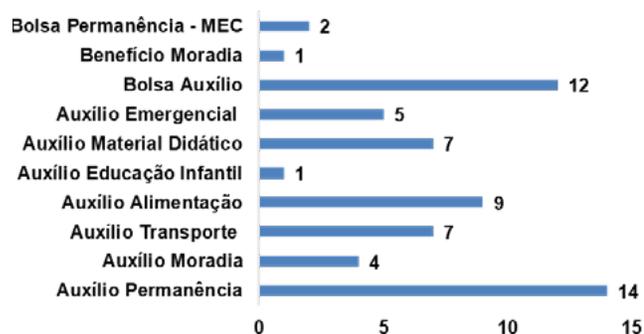
No Gráfico, percebe-se que aqueles que ingressaram por ampla concorrência somam 57 (51,4%), tendo, por outro lado, 54 (48,6%) que ingressaram por cotas. Ressalta-se aqui a possibilidade de ingresso por mais de uma modalidade de cota. Dados da

última Pesquisa Nacional de Perfil Discente (Associação Nacional de Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior, 2019), realizada no ano de 2018, mostram que 41,9% do total de graduandos participantes ingressou por alguma modalidade de cota, ou seja, o quantitativo de Discentes Beneficiados respondentes nesse estudo supera a média nacional da referida pesquisa.

Auxílio financeiro recebido

Evidencia-se aqui que para além de programas, projetos e ações que tenham como objetivo a permanência estudantil qualificada, de forma a contemplar as diferentes dimensões do ser humano, é essencial que se garanta as mínimas condições para que aqueles discentes que se encontrem em situações socioeconômicas desfavoráveis possam continuar frequentando o Ensino Superior. Para tanto, a Pró-Reitoria de Políticas Estudantis da UFRJ procura ofertar por meio de edital específico a oportunidade de acesso a auxílios financeiros que se adequem a tais necessidades materiais, como por exemplo, moradia, alimentação, transporte, material didático, dentre outros.

Gráfico 4 - Distribuição dos discentes beneficiados por tipo de auxílio financeiro recebido



Fonte: Fernandes (2021).

Nível de ensino e campus

Tabela 3 - Distribuição dos discentes beneficiados por nível de ensino e campus

Nível Ensino	Cid. Univ. Fundão		Praia Vermelha		Macaé		Caxias		IFCS		Polos EAD	
	Qtde	%	Qtde	%	Qtde	%	Qtde	%	Qtde	%	Qtde	%
GPRES	76	90,4	13	92,9	4	100	5	100	2	100	-	-
GEAD	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	100
ESP	1	1,2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ME	3	3,6	1	7,1	-	-	-	-	-	-	-	-
DO	4	4,8	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	84	75,7	14	12,6	4	3,6	5	4,5	2	1,8	2	1,8

Legenda: GPRES - Graduação Presencial; GEAD - Graduação à Distância; ESP - Pós-graduação Lato Sensu (Especialização); ME - Pós-graduação Stricto Sensu (Mestrado); DO - Pós-graduação Stricto Sensu (Doutorado).

Fonte: Fernandes (2021).

As atividades desenvolvidas pelo Programa Esporte e Lazer atendem praticamente todo o corpo discente da UFRJ nos diferentes níveis. Registra-se a presença de 84 respondentes (75,7%) em cursos de graduação presencial. Por outro lado, acredita-se que a concentração de Discentes Beneficiados no campus Cidade Universitária/Fundão seja explicada por esse ter sido o primeiro local no qual as atividades do referido Programa foram implementadas e, também, por ser o *campus* com maior quantitativo de vagas ofertadas no período avaliado.

Centro acadêmico e turno

Tabela 4 - Distribuição dos discentes beneficiados por centro acadêmico e turno

Centro Acadêmico	Diurno		Noturno		Integral	
	Qtde	%	Qtde	%	Qtde	%
CLA	2	22,2	2	8,7	20	25,3
CT	2	22,2	4	17,4	7	8,9
CFCH	4	44,4	5	21,7	5	6,3
CCS	-	-	8	34,8	28	35,4
CCMN	1	11,2	2	8,7	7	8,9
CCJE	-	-	2	8,7	2	2,5
Macaé	-	-	-	-	4	5,1
Caxias	-	-	-	-	6	7,6
Total	9	8,1	23	20,7	79	71,2

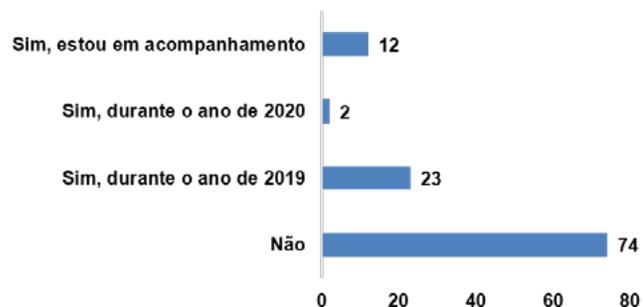
Legenda: CLA - Centro de Letras e Artes; CT - Centro de Tecnologia; CFCH - Centro de Filosofia e Ciências Humanas; CCS - Centro de Ciências da Saúde; CCMN - Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza; CCJE - Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas.

Fonte: Fernandes (2021).

Com relação à distribuição dos respondentes pelos centros acadêmicos, destacam-se: 36 do CCS (32,4%); 24 do CLA (21,6%) e 13 do CT (11,7%), já que grande parte dos cursos pertencentes a esses centros funcionam nas instalações do *campus* Cidade Universitária/Fundão, sendo esse o local que concentra a maior oferta de vagas pelo programa. Sinaliza-se ainda que 79 (71,2%) do total de respondentes frequentam cursos integrais, situação já esperada pelo quantitativo de cursos ofertados pela UFRJ nesse formato.

Procura por atendimento psicológico

Gráfico 5 - Distribuição dos discentes beneficiados por procura de atendimento psicológico



Fonte: Fernandes (2021).

Quando perguntados sobre a procura de atendimento psicológico desde que ingressaram na UFRJ, 74 (66,7%) respondentes disseram que não procuraram esse serviço. Em contrapartida, 37 (33,3%) respondentes sinalizaram ter procurado em algum momento o serviço de atendimento psicológico, estando 12 (10,8%) desses respondentes em acompanhamento no momento da pesquisa.

Dificuldades que interferiram significativamente na sua vida e/ou no seu contexto acadêmico

Tabela 5 - Distribuição dos discentes beneficiados pelas dificuldades que interferiram significativamente na sua vida e/ou no seu contexto acadêmico

Dificuldades	Quantitativo
Não tive dificuldades	7
Adaptação a novas situações (cidade, moradia, distância da família, outras)	34
Relacionamento familiar	34

Dificuldades	Quantitativo
Relacionamento social/Interpessoal	40
Relações amorosas/Conjugais	18
Situação de violência física	1
Situação de violência sexual	2
Situação de violência psicológica	11
Situação de violência moral	6
Situação de violência patrimonial	1
Conflito de valores/Conflitos religiosos	2
Discriminações e preconceitos	8
Dificuldades de acesso a materiais e meios de estudo (livros, computador, etc)	23
Dificuldades financeiras	57
Dificuldade de aprendizado	26
Falta de disciplina/Hábito de estudo	41
Carga horária excessiva de trabalho	14
Carga excessiva de trabalhos estudantis	46
Relação professor(a) – estudante	24
Tempo de deslocamento para a universidade	47
Problemas de saúde	22
Problemas emocionais	62
Maternidade ou paternidade	4
Outras	1

Fonte: Fernandes (2021).

Dentre as dificuldades apresentadas como possibilidade de resposta, percebeu-se que problemas emocionais (62), dificuldades financeiras (57) e tempo de deslocamento para a universidade (47) impactaram significativamente a vida e/ou o contexto acadêmico desse público. Por outro lado, apenas 7 (6,3%) do total de respondentes apontaram não ter enfrentado qualquer tipo de dificuldade desde que ingressaram na UFRJ até o segundo semestre de 2019.

Dificuldades emocionais que interferiram na sua vida acadêmica

Tabela 6 - Distribuição dos discentes beneficiados pelas dificuldades emocionais que interferiram na sua vida acadêmica

Dificuldades Emocionais	Quantitativo
Nenhuma	14
Ansiedade	77
Tristeza persistente	43
Timidez excessiva	22
Medo/Pânico	21
Insônia ou alterações significativas de sono	52
Sensação de desamparo, desespero ou desesperança	51
Sensação de desatenção, desorientação ou confusão mental	34
Problemas alimentares (grandes alterações de peso ou apetite; anorexia; etc)	27
Desânimo, falta de vontade de fazer as coisas	64
Sentimento de solidão	38
Ideia de morte	19
Pensamento suicida	23
Outras	-

Fonte: Fernandes (2021).

Quanto às dificuldades emocionais que interferiram na vida acadêmica dos Discentes Beneficiados, considera-se relevante que, do total de respondentes, 77 (69,4%) sinalizaram ansiedade, 64 (57,6%) apontaram desânimo ou falta de vontade de fazer as coisas e 52 (46,8%) indicaram problemas de insônia ou alterações significativas de sono. Ademais, as respostas referentes à ideia de morte (19) e ao pensamento suicida (23) que, respectivamente, refletem 17,1% e 20,7% desses respondentes, são igualmente impactantes. Por outro lado, 14 (12,6%) não tiveram qualquer dificuldade emocional no período de referência.

Pensamento em abandonar o curso

Tabela 7 - Distribuição dos discentes beneficiados por pensamento em abandonar o curso

Já pensou em algum momento abandonar seu curso?	Quantitativo
Não	40
Sim, por dificuldade de conciliar trabalho e estudo	8
Sim, pelo campo profissional	17
Sim, por dificuldades financeiras	30
Sim, por dificuldades de relacionamento no curso	12
Sim, pelo nível de exigência (carga de trabalho acadêmico)	18
Sim por problemas de saúde (física/mental)	24
Sim, por problemas familiares	11
Sim, por incompatibilidade com o curso	16
Sim, por insatisfação com a qualidade do curso	4
Sim, por assédio, bullying, perseguição, discriminação ou preconceito	4
Sim, por outras razões	17

Fonte: Fernandes (2021).

Apesar de 40 (36%) dos respondentes não apresentarem pensamentos sobre abandono de seu curso, deve-se atentar para as três principais razões que levaram os demais pensarem nessa possibilidade. Dificuldades financeiras (30), problemas de saúde física e mental (24) e nível de exigência nos trabalhos acadêmicos (18) foram razões apontadas por pensamentos de abandono. Pode-se, talvez, correlacionar tais razões com as dificuldades apresentadas nas Tabelas 5 e 6.

Realização de trancamento geral de matrícula

Tabela 8 - Distribuição dos discentes beneficiados por realização de trancamento geral de matrícula

Já fez trancamento geral de matrícula?	Quantitativo
Não	104
Sim, por insatisfação com o curso	1
Sim, por impedimento de saúde	1
Sim, por motivo de trabalho	-
Sim, por impedimento financeiro	1
Sim, por licença maternidade	-
Sim, por dificuldade de aprender os conteúdos das disciplinas	1
Sim, por risco de ser jubilado	-
Sim, por outro motivo	3

Fonte: Fernandes (2021).

Demonstra-se aqui que apesar das dificuldades enfrentadas e os pensamentos em abandonar seus cursos, a maioria dos respondentes (93,7%) nunca realizou trancamento geral de matrícula. No entanto, não se pode afirmar que possíveis trancamentos e/ou desistências de disciplinas nos respectivos cursos possam acontecer e, igualmente, interferir na retenção desses discentes.

DISCENTES MONITORES

O questionário para os Discentes Monitores foi enviado em forma de convite para todos aqueles que participaram efetivamente na condução das aulas do Programa no período deste estudo. Desse total, 12 responderam ao instrumento, o que pode ser considerado como uma alta taxa de retorno. Cabe ressaltar que no período de aplicação desse questionário, cinco dos 12 Discentes Monitores respondentes continuavam vinculados ao programa. Do total de respondentes, 10 são naturais do Rio de Janeiro, um é natural do Espírito Santo enquanto outro é oriundo do estado de Santa Catarina.

Faixa etária e sexo

Quanto a distribuição dos Discentes Monitores por faixa etária e sexo os resultados mostraram que todas as respondentes do sexo feminino estão na faixa de idade entre 25 e 30 anos. Já os respondentes do sexo masculino encontram-se distribuído em quatro das cinco faixas. No entanto, a maioria dos discentes, com sete ocorrências, é representada pelo grupo mais jovem entre os participantes do estudo, de 18 a 30 anos, tendo ainda um discente com mais de 50 anos.

Cor da pele ou raça

Os resultados referentes à distribuição dos Discentes Monitores por cor da pele ou raça mostram que, do total de 12 respondentes, sete se declararam brancos, três pretos e dois pardos. Sendo, portanto, a presença de discentes autodeclarados pretos, pardos e indígenas menor nesse grupo, com cinco ocorrências. Essa situação se apresenta inversa quando comparada com o grupo de Discentes Beneficiados.

Renda familiar bruta

Gráfico 6 - Distribuição dos discentes monitores por renda familiar bruta



Fonte: Fernandes (2021).

Nesse grupo de Discentes Monitores, destaca-se que 50% dos respondentes estão entre as faixas de renda familiar de 0,5 e 1,5 salário-mínimo, situação já mencionada com relação ao que está previsto no Decreto PNAES (Brasil, 2010). Considera-se então que metade dos Discentes Monitores reúne as condições necessárias para ser enquadrado no perfil estabelecido para atendimento pelo programa do Governo Federal.

Forma de ingresso

Gráfico 7 - Distribuição dos discentes monitores pela forma de ingresso



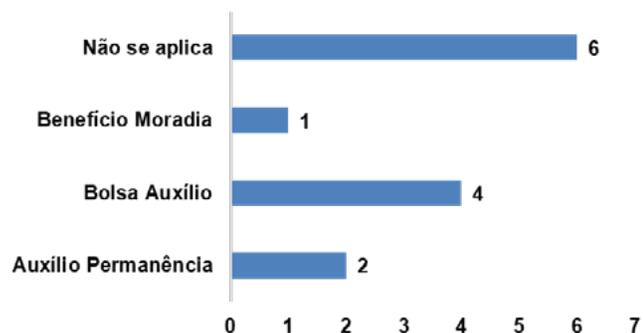
Fonte: Fernandes (2021).

Com relação às possíveis formas de ingresso nas IFES, nota-se um equilíbrio entre os Discentes Monitores, tendo em vista que metade ingressou por ampla concorrência e a outra metade pelas modalidades existentes e em acordo com as previsões legais na regulamentação das ações afirmativas. Neste grupo, não há a presença de discentes com deficiência conforme observado no grupo de Discentes Beneficiados, apesar de já existir a reserva legal de vagas nos processos seletivos de bolsas para esse tipo de monitoria.

Auxílio financeiro recebido

Atualmente, as bolsas de monitoria do Programa avaliado e de outros programas e projetos desenvolvidos pela Pró-Reitoria de Políticas Estudantis são pagas por meio de recursos próprios da UFRJ e não de recursos destinados exclusivamente para a área assistência estudantil. Tal situação sugere fragilidades na sua continuidade, pois fica dependente das decisões tomadas por parte de cada gestão em destinar recursos para além da ação específica mencionada.

**Gráfico 8 - Distribuição dos discentes monitores
por tipo de auxílio financeiro recebido**



Fonte: Fernandes (2021).

Ressalta-se aqui a necessidade de lançar luz para o grupo discente que atua enquanto monitores no Programa Esporte e Lazer sob a perspectiva desses muitas das vezes reunirem os requisitos necessários para percepção de auxílios financeiros advindos dos recursos da dotação orçamentária Programa PNAES (Brasil, 2010).

Curso e campus

Quanto à distribuição dos Discentes Monitores por curso e *campus*, os resultados mostram que sete discentes são oriundos do curso de Educação Física, todos pertencentes ao *campus* Cidade Universitária/Fundão. Os demais respondentes estão distribuídos da seguinte forma: *campus* Macaé, com um discente de Enfermagem e uma discente da Engenharia de Produção; *campus* Cidade Universitária/Fundão, com uma discente de Educação Artística e um de Engenharia Nuclear; e Unidade Isolada, com um discente da Música.

Pode-se dizer que em programas de atividades físicas, esportivas e de lazer é muito frequente que os atores que desenvolvem tais atividades como professores e/ou monitores pertençam à área de Educação Física, situação verificada pela presença de sete

monitores que cursam o referido curso do total de nove que desenvolvem suas atividades acadêmicas no *campus* Cidade Universitária/Fundão. As disciplinas do curso Educação Física são oferecidas majoritariamente nesse *campus*.

Salienta-se a presença de um discente monitor da Escola de Música/UFRJ, sendo essa uma unidade acadêmica isolada e que não faz parte de nenhum dos *campi* da instituição. Verifica-se, por outro lado, a representação de outros cursos com seus conhecimentos próprios ou ainda com notório saber em determinadas áreas de conhecimento que não possuem relação direta com o seu curso. A título de exemplo, o discente monitor do curso de Enfermagem administrou a atividade de Judô por ser graduado nessa arte marcial e a discente monitora do curso de Engenharia de Produção que ofereceu as atividades de Forró e Zouk por já possuir uma formação nessa área.

Sendo assim, a expansão do Programa Esporte e Lazer para os outros *campi* da UFRJ só foi possível pelo diálogo aproximado da equipe coordenadora e os servidores parceiros com o corpo discente nesses locais, buscando aproveitar as habilidades, vivências e experiências daqueles que manifestaram a vontade e o interesse em participar do Programa enquanto monitores.

Centro acadêmico e turno

Tabela 9 - Distribuição dos discentes monitores por centro acadêmico e turno

Turno	Centros Acadêmicos								Total
	CLA	CT	CFCH	CCS	CCMN	CCJE	Macaé	Caxias	
Integral	2	1	-	4	-	-	2	-	9
Noturno	-	-	-	3	-	-	-	-	3

Legenda: CLA - Centro de Letras e Artes; CT - Centro de Tecnologia; CFCH - Centro de Filosofia e Ciências Humanas; CCS - Centro de Ciências da Saúde; CCMN - Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza; CCJE - Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas.

Fonte: Fernandes (2021).

Conforme visto na distribuição dos Discentes Monitores por curso e campus, a concentração desse grupo no curso de Educação Física é retratada aqui no Centro de Ciências de Saúde, por ser esse o centro no qual o curso mencionado está vinculado. Observa-se ainda que em números relativos, os discentes em cursos integrais nesse grupo alcançam a expressiva parcela de 75%, número aproximado em relação aos respondentes analisados no grupo de Discentes Beneficiados, o que ratifica a grande quantidade de cursos integrais ofertados pela UFRJ.

Procura por atendimento psicológico

Em relação à procura dos Discentes Monitores por atendimento psicológico, constatou-se duas respostas em que se recorreu a esse serviço de saúde, um discente no ano de 2019 e um outro que continua em acompanhamento. Dez discentes declararam não terem necessidade desse tipo de acompanhamento.

No grupo analisado anteriormente, essa tendência já tinha sido demonstrada quando a maioria daqueles respondentes afirmaram que não procuraram por atendimento psicológico. É necessário relativizar minimamente esse quantitativo de respostas negativas em ambos os grupos, tendo em vista as respostas obtidas nesses mesmos grupos a respeito das diferentes dificuldades enfrentadas no decorrer de sua vida e trajetória acadêmica. Deve-se ainda considerar que o atendimento psicológico na rede pública no Estado do Rio de Janeiro é de difícil acesso e na rede particular tem um custo elevado, o que pode explicar essa ausência na procura por atendimento dessa natureza.

*Dificuldades que interferiram significativamente
na sua vida e/ou no seu contexto acadêmico*

Tabela 10 - Distribuição dos discentes monitores pelas dificuldades que interferiram significativamente na sua vida e/ou no seu contexto acadêmico

Dificuldades	Quantitativo
Não tive dificuldades	-
Adaptação a novas situações (cidade, moradia, distância da família, outras)	5
Relacionamento familiar	-
Relacionamento social/Interpessoal	1
Relações amorosas/Conjugais	1
Situação de violência física	-
Situação de violência sexual	-
Situação de violência psicológica	1
Situação de violência moral	1
Situação de violência patrimonial	-
Conflito de valores/Conflitos religiosos	-
Discriminações e preconceitos	2
Dificuldades de acesso a materiais e meios de estudo (livros, computador, etc)	-
Dificuldades financeiras	6
Dificuldade de aprendizado	-
Falta de disciplina/Hábito de estudo	-
Carga horária excessiva de trabalho	1
Carga excessiva de trabalhos acadêmicos	7

Dificuldades	Quantitativo
Relação professor(a) - estudante	3
Tempo de deslocamento para a universidade	8
Problemas de saúde	1
Problemas emocionais	6
Maternidade ou paternidade	2
Outras	1

Fonte: Fernandes (2021).

Dentre as possibilidades de resposta, destaca-se as ocorrências para o tempo de deslocamento para a universidade (8), a carga excessiva de trabalhos estudantis (7), os problemas emocionais (6) e as dificuldades financeiras (6), como as dificuldades que mais impactaram a vida e/ou o contexto acadêmico dos Discentes Monitores. Todos os respondentes desse grupo sinalizaram ter tido alguma dificuldade. Um discente monitor, de curso no período noturno, sinalizou a dificuldade em participar de grupos de estudo, projetos de iniciação científica e de extensão pela não oferta dessas atividades no horário em que estuda.

Dificuldades emocionais que interferiram na sua vida acadêmica

Tabela 11 - Distribuição dos discentes monitores pelas dificuldades emocionais que interferiram na sua vida acadêmica

Dificuldades Emocionais	Quantitativo
Nenhuma	1
Ansiedade	9
Tristeza persistente	4
Timidez excessiva	1

Dificuldades Emocionais	Quantitativo
Medo/Pânico	-
Insônia ou alterações significativas de sono	6
Sensação de desamparo, desespero ou desesperança	5
Sensação de desatenção, desorientação ou confusão mental	4
Problemas alimentares (grandes alterações de peso ou apetite; anorexia; etc)	1
Desânimo, falta de vontade de fazer as coisas	6
Sentimento de solidão	2
Ideia de morte	1
Pensamento suicida	3
Outras	-

Fonte: Fernandes (2021).

No tocante às dificuldades emocionais que interferiram na vida acadêmica dos 12 Discentes Monitores no período do estudo, nove respondentes sinalizaram ansiedade, seis apontaram desânimo ou falta de vontade de fazer as coisas e outros seis indicaram problemas de insônia ou alterações significativas de sono. É relevante destacar que tais dificuldades emocionais foram igualmente sinalizadas nas respostas analisadas do grupo de Discentes Beneficiados, constatando-se, desse modo, a existência de similaridades relacionadas a esses aspectos nos dois grupos pertencentes ao corpo discente da UFRJ. Apenas um respondente relatou não ter apresentado qualquer dificuldade.

*Pensamento em abandonar o curso***Tabela 12 - Distribuição dos discentes monitores
por pensamento em abandonar o curso**

Já pensou em algum momento abandonar seu curso?	Quantitativo
Não	2
Sim, por dificuldade de conciliar trabalho e estudo	1
Sim, pelo campo profissional	5
Sim, por dificuldades financeiras	5
Sim, por dificuldades de relacionamento no curso	1
Sim, pelo nível de exigência (carga de trabalho acadêmico)	3
Sim por problemas de saúde (física/mental)	1
Sim, por problemas familiares	-
Sim, por incompatibilidade com o curso	3
Sim, por insatisfação com a qualidade do curso	3
Sim, por assédio, bullying, perseguição, discriminação ou preconceito	2
Sim, por outras razões	3

Fonte: Fernandes (2021).

Na questão que versava sobre o pensamento em abandonar o seu curso, dois dos respondentes afirmaram nunca terem pensado sobre essa possibilidade. Todavia, entre aqueles que responderam positivamente, as razões apresentadas foram bem diversas. Com cinco respostas cada, apareceram dificuldades financeiras e o campo profissional escolhido. Em seguida, nível de exigência nos trabalhos acadêmicos, incompatibilidade com o curso, insatisfação com a qualidade do curso e outras razões foram sinalizadas três vezes cada.

Trancamento geral de matrícula

Tabela 13 - Distribuição dos discentes monitores por realização de trancamento geral de matrícula

Já fez trancamento geral de matrícula?	Quantitativo
Não	12
Sim, por insatisfação com o curso	-
Sim, por impedimento de saúde	-
Sim, por motivo de trabalho	-
Sim, por impedimento financeiro	-
Sim, por licença maternidade	-
Sim, por dificuldade de aprender os conteúdos das disciplinas	-
Sim, por risco de ser jubilado	-
Sim, por outro motivo	-

Fonte: Fernandes (2021).

A totalidade dos Discentes Monitores respondeu que nunca realizou trancamento geral de matrícula, situação bem parecida quando comparada com os 93,7% dos Discentes Beneficiados que também sinalizaram pela não realização de trancamento geral de matrícula até o momento de resposta aos questionários propostos.

Local de atuação

Nas respostas obtidas para esta questão foi possibilitado informar se um mesmo Discente Monitor participou em mais de um local de atuação no Programa Esporte e Lazer. A Tabela 14 apresenta os resultados obtidos.

Tabela 14 - Distribuição dos discentes monitores por local de atuação

Local	Quantidade
Cidade Universitária/Fundão	8
Praia Vermelha	3
Instituto de Filosofia e Ciências Sociais	2
Macaé	2
Duque de Caxias	1

Fonte: Fernandes (2021).

Parte dos discentes monitores atuavam em mais de um local de realização das atividades do programa, especialmente no *campus* Cidade Universitária/Fundão que contava com aulas acontecendo na Escola de Educação Física e Desportos, na Faculdade de Letras, no Centro de Ciências Matemática e da Natureza, na Prefeitura Universitária e na Residência Estudantil. Outros desenvolviam suas aulas em diferentes *campi*, como por exemplo, um discente que atuava na Cidade Universitária/Fundão e na Praia Vermelha. Entretanto, aqueles que desenvolviam suas aulas nos *campi* Macaé (2) e Duque de Caxias (1) ficavam restritos apenas a esses locais.

Cabe destacar que neste trabalho procurou-se um aprofundamento no entendimento das especificidades no grupo de Discentes Monitores. Assim, buscando complementar o estudo, foram realizadas quatro perguntas acerca da experiência deles em participar do Programa Esporte e Lazer desempenhando as atividades de monitoria:

1. Na primeira delas, sobre a atuação por parte dos Discentes Monitores no Programa como primeira experiência formal desenvolvendo atividades para o público, do total de respondentes, oito afirmaram que a participação no Programa Esporte e Lazer não foi a primeira experiência formal no

desenvolvimento de atividades dessa natureza para o público. Em contrapartida, quatro apontaram a participação no Programa como primeira experiência formal na atuação com o público. Talvez a participação para esse segundo grupo de respondentes possa contribuir em alguma medida para a sua formação profissional.

2. Na questão que abordava sobre o reconhecimento da atuação desses monitores nas atividades do Programa como possibilidade de estágio curricular, todos os sete respondentes do curso de Educação Física apontaram que sim. Tal fato se deve a uma parceria estabelecida com a Coordenação de Estágio da Escola de Educação Física e Desportos da UFRJ que, a partir do final do ano de 2018, passou a reconhecer o Programa Esporte e Lazer como campo de estágio para os discentes do curso Bacharelado em Educação Física. Para os demais discentes de outras áreas, não existe essa relação com seus respectivos cursos. Porém, alguns desses cursos reconhecem o Programa como atividades complementares, oportunizando o cumprimento por parte dos discentes de uma carga horária definida para tal finalidade em acordo com as orientações de cada unidade acadêmica.
3. Na questão que procurava identificar se a participação no Programa se constituiu como oportunidade de colocar em prática os conhecimentos teóricos de seus cursos, do total de respondentes, 10 consideraram a participação nas atividades desenvolvidas do Programa Esporte e Lazer ser uma oportunidade de colocar em prática os conhecimentos teóricos de seus respectivos cursos. Pode-se pensar mais uma vez na possível contribuição dessa participação na formação profissional desses Discentes Monitores.

4. Por fim, quando perguntados se a participação no Programa contribuiu como experiência para sua formação profissional, todos os respondentes assinalaram de maneira positiva, o que reforça a premissa do Programa Esporte e Lazer estar auxiliando na formação profissional desse grupo de Discentes Monitores a partir das diferentes experiências vivenciadas a frente das turmas ofertadas a cada edição.

RESULTADOS DO QUESTIONÁRIO DOS DISCENTES BENEFICIADOS

Resultados referentes à Dimensão Favorecimento do acesso às atividades físicas, esportivas e de lazer

A dimensão Favorecimento do acesso às atividades físicas, esportivas e de lazer possui cinco Indicadores que estão expressos na Tabela 15, com resultados que demonstram os números obtidos para os quatro primeiros Indicadores desta Dimensão. Ressalta-se que o primeiro deles, Prática de atividades físicas, esportivas e de lazer fora da Universidade tem seus resultados aqui expostos e comentados, porém, não foram contabilizados para o resultado geral da dimensão, possuindo, no entanto, relevância para o processo de avaliação do objetivo do estudo. Já o Indicador Dificuldades para praticar atividades físicas, esportivas e de lazer possui critério peculiar em relação aos demais desta dimensão, conforme estabelecido na metodologia do estudo.

Tabela 15 - Distribuição das respostas dos discentes beneficiados na Dimensão Favorecimento do acesso às atividades físicas, esportivas e de lazer

Indicadores	Sim Frequentemente		Sim Raramente		Não	
	Qtde	%	Qtde	%	Qtde	%
	Prática de atividades físicas, esportivas e de lazer fora da Universidade	27	24,3	29	26,1	55
Oferta gratuita de atividades físicas, esportivas e de lazer	93	83,8	12	10,8	6	5,4
Oferta de atividades físicas, esportivas e de lazer nos espaços da Universidade e durante a rotina acadêmica	90	81,1	14	12,6	7	6,3
Realização, nos momentos de lazer, de atividades físicas e/ou esportivas	32	28,8	42	37,9	37	33,3

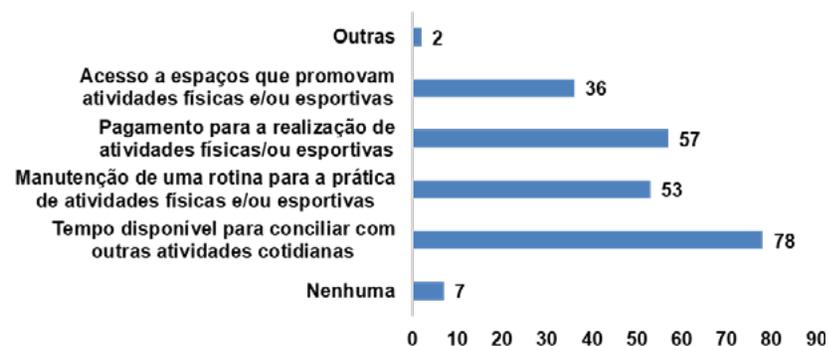
Fonte: Fernandes (2021).

Os resultados evidenciaram que o padrão “Atende” foi contemplado para os Indicadores Oferta gratuita de atividades físicas, esportivas e de lazer com 93 ocorrências de respostas positivas (83,8%) e Oferta de atividades físicas, esportivas e de lazer nos espaços da Universidade e durante a rotina acadêmica com 90 ocorrências de respostas positivas (81,1%). Ou seja, considerando o total de Discentes Beneficiados que sinalizaram como opção de resposta “Sim, frequentemente”. Demonstrou-se que a oferta gratuita das atividades do Programa Esporte e Lazer e nos espaços da própria UFRJ favorecem o acesso a atividades dessa natureza.

O Indicador Realização, nos momentos de lazer, de atividades físicas e/ou esportivas apresentou o padrão “Parcialmente atende”, considerando que 33 respostas, praticamente 1/3 dos respondentes, apontaram que não realizavam atividades físicas e/ou esportivas durante os seus momentos de lazer no segundo semestre de 2019.

Quanto ao Indicador Dificuldades para praticar atividades físicas, esportivas e de lazer, observa-se no Gráfico 9 uma dispersão entre as respostas que caracterizavam as principais dificuldades.

Gráfico 9 - Distribuição das respostas dos discentes beneficiados quanto às dificuldades para praticar atividades físicas, esportivas e de lazer



Fonte: Fernandes (2021).

Considerando o critério estabelecido para o Indicador mencionado, o Gráfico 9 demonstra o padrão "Atende", tendo em vista que apenas 7 (6,3%) dos Discentes Beneficiados responderam não possuir qualquer dificuldade para a realização de atividades físicas, esportivas e de lazer. Por outro lado, 104 (93,7%) responderam possuir alguma dificuldade, destacando-se as seguintes respostas: (i) tempo disponível para conciliar com outras atividades cotidianas; (ii) pagamento para a realização de atividades físicas/ou esportivas; (iii) manutenção de uma rotina para a prática de atividades dessa natureza.

Tais respostas relacionadas às dificuldades parecem corroborar com os demais Indicadores dessa dimensão, principalmente aqueles que evidenciaram a importância de atividades ofertadas de forma gratuita e no próprio contexto universitário, tendo em vista o possível aproveitamento de espaços existentes entre as diferentes atividades acadêmicas realizadas cotidianamente pelo corpo

discente da UFRJ. Vale mencionar uma observação realizada por um dos respondentes na questão aberta do referido questionário que tinha por objetivo coletar Críticas e Sugestões: “Foi muito importante para mim. Conheci um esporte de elite, que jamais teria tido a oportunidade por ser pobre e periférico. Sinto muita falta inclusive de jogar Tênis” (Respondente 15).

Por fim, vale dizer que 55 respondentes (49,6%) sinalizaram “Não” como resposta para o indicador Prática de atividades físicas, esportivas e de lazer fora da Universidade durante o período estudado. Em outras palavras, quase metade dos Discentes Beneficiados participantes realizavam esse tipo de atividade somente no Programa Esporte e Lazer, situação que pode ser explicada pela grande parte de cursos no formato integral e, talvez, pela dificuldade sinalizada por muitos desses quanto ao tempo de deslocamento para a universidade destacada na Tabela 5 quando da caracterização dos Discentes Beneficiados.

Pode-se notar que para cálculo geral de atendimento à dimensão Favorecimento do acesso às atividades físicas, esportivas e de lazer, do total de quatro indicadores utilizados a partir dos critérios estabelecidos, três apresentaram como resultado o padrão “Atende”, enquanto um apresentou o padrão “Parcialmente atende”. Portanto, a dimensão Favorecimento do acesso às atividades físicas, esportivas e de lazer, quanto ao seu nível de atendimento, é classificada como **Atendida**.

Resultados referentes à Dimensão Atendimento das demandas discentes

A dimensão Atendimento das demandas discentes tem seus oito Indicadores apresentados, com seus respectivos resultados, na Tabela 16. Destaca-se que o primeiro deles, Divulgação do programa, teve seus resultados expressos e comentados, buscando entender como o corpo discente da UFRJ toma conhecimento das informações acerca do Programa Esporte e Lazer. Apesar do mesmo não

ter sido incluído no cálculo do resultado geral desta Dimensão, considerando os critérios estabelecidos, os dados obtidos em relação a ele são relevantes, no sentido de se conhecer uma possível precariedade existente nos canais de comunicação da Pró-Reitoria de Políticas Estudantis.

Tabela 16 - Distribuição das respostas dos discentes beneficiados na Dimensão Atendimento das demandas discentes

Indicadores	Sim Plenamente		Sim Parcialmente		Não	
	Qtde	%	Qtde	%	Qtde	%
	Adequação das atividades quanto aos dias	70	63,1	39	35,1	2
Adequação das atividades quanto aos horários	69	62,2	39	35,1	3	2,7
Adequação das atividades quanto aos locais	84	75,7	22	19,8	5	4,5
Diversidade das atividades ofertadas	83	74,8	23	20,7	5	4,5
Adequação de equipamentos/ materiais utilizados	80	72,1	24	21,6	7	6,3
Suficiência de equipamentos/ materiais utilizados	75	67,6	29	26,1	7	6,3
Satisfação em relação aos professores e/ou monitores por parte dos discentes beneficiados	97	87,4	8	7,2	6	5,4
Atendimentos das expectativas com relação à atividade frequentada	87	78,4	17	15,3	7	6,3

Fonte: Fernandes (2021).

Os resultados demonstram a prevalência da resposta “Sim, plenamente” para todos os Indicadores, com percentuais que variam entre 62,2% e 87,4%. Com relação às respostas “Não”, chama a atenção os baixos percentuais apresentados. Nesta Dimensão,

Atendimento das demandas discentes, o padrão “Atende” se apresenta em todos os Indicadores, podendo-se inferir que o funcionamento do Programa Esporte e Lazer no período do estudo é avaliado de forma positiva pelos seus beneficiados, no que diz respeito aos dias, horários e locais das atividades ofertadas; equipamentos/materiais utilizados; professores e/ou monitores das diferentes turmas; e atendimento das expectativas de seus frequentadores.

Gráfico 10 - Distribuição das respostas dos discentes beneficiados quanto à divulgação do programa



Fonte: Fernandes (2021).

Destaca-se que 59 respondentes (53,2%) conheceram o Programa Esporte e Lazer por intermédio de e-mail enviado pelo SIGA; 36 (32,4%) por indicação de amigos; e 32 (28,8%) por meio do site da Pró-Reitoria de Políticas Estudantis, considerando que os participantes poderiam escolher mais de uma opção como resposta para esse Indicador.

Considerou-se relevante destacar alguns comentários realizados na questão aberta para Críticas e Sugestões, como por exemplo: “Acho o programa excelente, mas poderia ser mais bem divulgado em redes sociais” (Respondente 2) e “As atividades são maravilhosas e precisam de mais divulgação” (Respondente 53),

relacionadas à divulgação do programa. Neste ponto, duas considerações são importantes, pois, a primeira diz respeito à criação recente de um Setor de Comunicação na estrutura da Pró-Reitoria de Políticas Estudantis que vem, gradativamente, alimentando as redes sociais Facebook e Instagram; e a segunda se refere à mudança de layout, ainda em construção, do site institucional da Pró-Reitoria, no sentido de facilitar a busca por informações desejadas por parte do público interessado.

Considerando ainda outras críticas e sugestões apresentadas, têm-se: “Os horários disponíveis para atividade física deveriam se estender até o horário noturno” (Respondente 9), quanto aos horários das atividades ofertadas; ou ainda: “Poderia ter atividades como Tai Chi Chuan” (Respondente 20) e “Poderia haver mais modalidades de lutas, como Muay Thai” (Respondente 66), no tocante à diversidade de atividades ofertadas. Por fim, quanto aos locais de funcionamento, chama a atenção o relato da Respondente 27: “Minha maior crítica é na questão da segurança do *campus* quando eu fazia Pilates, quando vinha para casa no entorno da residência estudantil tudo era muito escuro e ninguém ficava por ali no ponto patrulhando”.

Deve-se olhar atentamente para todas as sinalizações pontuadas pelos respondentes com o intuito de descortinar suas percepções a respeito do funcionamento do Programa Esporte e Lazer. Por outro lado, pode-se afirmar, quanto ao nível de atendimento, que a Dimensão Atendimento das demandas discentes é classificada como **Atendida**.

Resultados referentes à Dimensão Contribuição para o bem-estar e/ou para a qualidade de vida

Esta Dimensão foi composta por cinco Indicadores expostos na Tabela 17. Observa-se que os resultados obtidos contribuem para a análise dos Indicadores quanto às contribuições do Programa para o bem-estar e/ou para a qualidade de vida dos Discentes Beneficiados.

Tabela 17 - Distribuição das respostas dos discentes beneficiados na Dimensão Contribuição para o bem-estar e/ou para a qualidade de vida

Indicadores	Sim Positivamente, de forma plena		Sim Positivamente, de forma parcial		Sim Negativamente		Não	
	Qtde	%	Qtde	%	Qtde	%	Qtde	%
	Mudanças percebidas de ordem física	26	23,4	62	55,9	1	0,9	22
Mudanças percebidas de ordem psicológica	41	36,9	58	52,3	1	0,9	11	9,9
Mudanças percebidas de ordem afetiva ou emocional	28	25,2	56	50,5	1	0,9	26	23,4
Interferência no bem-estar e/ou na qualidade de vida	45	40,5	57	51,4	-	-	9	8,1

Fonte: Fernandes (2021).

Quanto à Dimensão Contribuição para o bem-estar e/ou para a qualidade de vida, nos três primeiros Indicadores houve uma concentração de respostas “Sim. Positivamente, de forma parcial”. Assim sendo, Mudanças percebidas de ordem física, com 62 respostas (55,9%); Mudanças percebidas de ordem psicológica com 58 respostas (52,3%); e Mudanças percebidas de ordem afetiva ou emocional com 56 respostas (50,5%) revelaram o padrão “Parcialmente atende”.

Pode-se considerar relevantes esses resultados para os indicadores supracitados, tendo em vista a marca da subjetividade quando se trata de questões tão complexas quanto possíveis benefícios provocados pela prática de atividades físicas, esportivas e de lazer nas diferentes dimensões do ser humano (física, psicológica e afetiva ou emocional).

Se forem considerados os resultados somados, por exemplo, no quantitativo de respostas “Sim. Positivamente, de forma plena” e “Sim. Positivamente, de forma parcial” para o indicador Mudanças percebidas de ordem afetiva ou emocional, totaliza-se 84 respostas positivas (75,7%). Ao se confrontar tais resultados com a principal dificuldade “Problemas Emocionais” apresentada na Tabela 5 quanto à interferência na vida e/ou no contexto acadêmico, pode-se inferir que a participação por parte dos Discentes Beneficiados em atividades físicas, esportivas e de lazer no período do estudo contribuíram significativamente nesse aspecto.

Igualmente, o indicador Interferência no bem-estar e/ou na qualidade de vida dos Discentes Beneficiados apresentou o padrão “Atende”, demonstrando que 91,9% dos respondentes consideraram que as atividades do Programa Esporte e Lazer colaboraram positivamente de forma plena ou parcial para o bem-estar e/ou para a qualidade de vida.

No que diz respeito ao Indicador Motivação na escolha da atividade, os dados obtidos encontram-se expressos no Gráfico 11.

Gráfico 11 - Distribuição das respostas dos discentes beneficiados quanto à motivação na escolha da atividade



Fonte: Fernandes (2021).

É interessante pontuar que, quanto ao referido Indicador, 84 (75,7%) escolheram a atividade frequentada no segundo semestre de 2019 por "Interesse/Afinidade", 62 (55,9%) por "Diversão/Lazer", enquanto 47 (42,3%) escolheram para "Melhorar a autoestima". Existia a possibilidade de escolher mais de uma opção dentre aquelas apresentadas como respostas. Percebeu-se que a procura pelas atividades do Programa Esporte e Lazer ocorreu predominantemente pela vontade própria de participar em determinada prática ofertada aliada à diversão/lazer, o que pode sugerir a busca pelo prazer em atividades liberatórias, ou seja, não obrigatórias.

Para cálculo geral de atendimento à Dimensão Contribuição para o bem-estar e/ou para a qualidade vida, observa-se que três Indicadores apresentaram o padrão "Parcialmente Atende" e um Indicador apresentou o padrão "Atende" de acordo com os critérios estabelecidos para a avaliação. Assim, a classificação da Dimensão Contribuição para o bem-estar e/ou para a qualidade vida é **Parcialmente Atendida.**

Resultados referentes à Dimensão Resultado para a permanência estudantil

A última Dimensão avaliada, Resultado para a permanência estudantil, apresenta sete Indicadores: cujos resultados encontram-se expressos na Tabela 18.

Tabela 18 - Distribuição das respostas dos discentes beneficiados na Dimensão Resultado para a permanência estudantil

Indicadores	Sim Plenamente		Sim Parcialmente		Não	
	Qtde	%	Qtde	%	Qtde	%
	Favorecimento da convivência com a comunidade acadêmica	51	46	49	44,1	11
Aumento da frequência nas aulas do curso	39	35,1	22	19,8	50	45,1
Cumprimento das tarefas da rotina acadêmica	27	24,3	40	36,1	44	39,6
Melhora do coeficiente de rendimento	23	20,7	30	27	58	52,3
Aprovação das disciplinas cursadas	29	26,1	26	23,4	56	50,5
Favorecimento para o avanço nos níveis de estudo	23	20,7	35	31,5	53	47,8
Contribuição para permanência na Universidade	46	41,5	38	34,2	27	24,3

Fonte: Fernandes (2021).

Os resultados demonstram a maior diversidade nos padrões concebidos para o nível de atendimento da Dimensão Resultado para a permanência estudantil. Do total de sete Indicadores, quatro (Aumento da frequência nas aulas do curso; Melhora do coeficiente de rendimento; Aprovação nas disciplinas cursadas; e Favorecimento para o avanço nos níveis de estudo) apresentaram padrão “Não Atende”, um (Cumprimento das tarefas acadêmicas) apresentou padrão “Parcialmente Atende”, e outros dois (Favorecimento da convivência com a comunidade acadêmica e Contribuição para a permanência na Universidade) apresentaram padrão “Atende”.

Nota-se que aqueles Indicadores correlacionados às atividades acadêmicas nos diferentes cursos representados pelos respondentes demonstraram entre eles os padrões “Não Atende”

e “Parcialmente Atende”, podendo inferir a pouca interferência da participação nas atividades do Programa Esporte e Lazer com o desempenho acadêmico dos discentes respondentes.

Buscou-se aqui mensurar qual a parcela de contribuição das atividades ofertadas pelo Programa Esporte e Lazer na permanência dos Discentes Beneficiados. De forma a exemplificar, se somarmos as respostas “Sim, plenamente” e “Sim, parcialmente” dos Indicadores Aumento da frequência nas aulas do curso e Cumprimento das tarefas da rotina acadêmica, têm-se, respectivamente, 61 (54,9%) e 67 (60,4%). Ou seja, mais da metade dos respondentes consideraram que a participação no Programa Esporte e Lazer durante o segundo semestre de 2019 possibilitou resultados positivos nos dois aspectos mencionados. Ademais, quando se volta para os resultados do Indicador Contribuição para permanência estudantil, tem-se que 75,5% do total de respondentes consideraram que a participação no Programa contribuiu em alguma medida para a permanência na Universidade, sendo 41,4% de forma plena e 34,2% de forma parcial.

Para ilustrar tal situação, recorreu-se a duas falas de Discentes Beneficiados na questão aberta referente a críticas e sugestões:

Gostaria de parabenizar a todos os envolvidos na manutenção do programa! Fez uma enorme diferença na minha vida e no meu dia a dia participar da Yoga, os monitores foram excelentes e a turma também era incrível, alunos de diversos cursos. (Respondente 54).

Continuem a oferecer esporte como forma de auxílio estudantil. O esporte tem um poder de nos deixar mais saudáveis tanto física quanto emocionalmente. O esporte tem me ajudado a ter melhor rendimento no meu curso. Continuem a oferecer. (Respondente 74).

Quanto ao nível de atendimento, a Dimensão Resultado para a permanência estudantil é classificada como Não Atendida em função dos critérios estabelecidos neste estudo. Por último, o Quadro 8 sintetiza os resultados das quatro Dimensões consideradas no questionário destinado aos Discentes Beneficiados.

Quadro 8 - Síntese dos resultados no Questionário 1

Dimensão	Pontuação	Resultado
Favorecimento do acesso às atividades físicas, esportivas e de lazer	11	Atendida
Atendimento das demandas discentes	24	Atendida
Contribuição para o bem-estar e/ou para a qualidade de vida	9	Parcialmente Atendida
Resultado para a permanência estudantil	12	Não atendida

Fonte: Fernandes (2021).

RESULTADOS DO QUESTIONÁRIO DOS DISCENTES MONITORES

A análise dos dados obtidos no Questionário 2 foi realizada seguindo as mesmas quatro Dimensões anteriores (Favorecimento do acesso às atividades físicas, esportivas e de lazer; Atendimento das demandas discentes; Contribuição para o bem-estar e/ou para a qualidade de vida; e Resultado para a permanência estudantil), sendo escolhidos em cada Dimensão alguns dos Indicadores já demonstrados, respeitando as possibilidades de respostas dos Discentes Monitores. Cabe ressaltar que considerando o total de respondentes, os dados estão, somente, apresentados em números absolutos.

Resultados referentes à Dimensão Favorecimento do acesso às atividades físicas, esportivas e de lazer

Tabela 19 - Distribuição das respostas dos discentes monitores na Dimensão Favorecimento do acesso às atividades físicas, esportivas e de lazer

Indicadores	S	EP	N	NA
Oferta gratuita de atividades físicas, esportivas e de lazer	12	-	-	-

Indicadores	S	EP	N	NA
Oferta de atividades físicas, esportivas e de lazer nos espaços da Universidade e durante a rotina acadêmica	12	-	-	-
Realização, nos momentos de lazer, de atividades físicas e/ou esportivas	6	5	1	-

Legenda: S - Sim; EP - Em parte; N - Não; NA - Não se aplica.

Fonte: Fernandes (2021).

Por meio dos resultados obtidos, demonstrou-se o padrão “Atende” com a totalidade dos Discentes Monitores concordando que a oferta das atividades do Programa Esporte e Lazer favorecem a participação do corpo discente da UFRJ, considerando a sua gratuidade, mas também a sua oferta nos diferentes espaços da própria instituição. A título de exemplo, o Monitor 12 relatou em campo próprio para observações no presente questionário: “Muitos participantes do PEL tinham como única atividade física/esportiva a desenvolvida no programa, por dificuldades financeiras e/ou de conciliação com horário de aulas”.

No que diz respeito ao Indicador Realização, nos momentos de lazer, de atividades físicas e/ou esportivas, observou-se o padrão Parcialmente Atende, existindo aqui um equilíbrio entre as respostas Sim e Em parte, totalizando 11 do total de 12 monitores respondentes.

Logo, analisando a percepção dos monitores quanto ao nível de atendimento da Dimensão Favorecimento do acesso às atividades físicas, esportivas e de lazer, a mesma é classificada como Atendida.

Resultados referentes à Dimensão Atendimento das demandas discentes

Tabela 20 - Distribuição das respostas dos discentes monitores na Dimensão Atendimento das demandas discentes

Indicadores	S	EP	N	NA
Adequação das atividades quanto aos dias	8	4	-	-
Adequação das atividades quanto aos horários	5	7	-	-
Adequação das atividades quanto aos locais	5	7	-	-
Diversidade das atividades ofertadas	11	1	-	-
Adequação de equipamentos/materiais utilizados	7	4	1	-
Suficiência de equipamentos/materiais utilizados	6	5	1	-
Atendimentos das expectativas com relação à atividade frequentada	9	3	-	-

Legenda: S - Sim; EP - Em parte; N - Não; NA - Não se aplica.

Fonte: Fernandes (2021).

Na análise dos sete Indicadores desta Dimensão, observou-se a alternância entre os padrões Atende e Parcialmente Atende, com a presença de três para o primeiro e quatro para o segundo padrão.

Os Indicadores Adequação das atividades quanto aos horários e Adequação das atividades quantos aos locais tiveram distribuição iguais de respostas, transitando entre Sim (5) e Em parte (7), o que fez com que tais Indicadores apresentassem o padrão "Parcialmente Atende". Seguindo a mesma linha, os Indicadores Adequação de equipamentos/materiais utilizados e Suficiência de equipamentos/materiais utilizados demonstraram tendência de respostas aproximadas e revelaram também o padrão Parcialmente Atende.

Em relação aos Indicadores Adequação das atividades quanto aos dias, Diversidade das atividades ofertadas e Atendimento das

expectativas com relação à atividade frequentada, todos indicaram o padrão Atende, com destaque para o Indicador Diversidade das atividades ofertadas que recebeu quase a totalidade de respostas Sim.

No sentido de complementar as análises quantitativas dos respectivos Indicadores nesta Dimensão, procurou-se trazer a fala descrita no campo observações da Monitora 6 que atuou no *campus* Cidade Universitária/Fundão no período do estudo:

Alguns estudantes relataram que certos horários e dias das aulas ofertadas pelo PEL não eram compatíveis com seus horários. Assim como a logística de descolamento para determinado local das aulas não os favoreciam. Infelizmente, alguns acabam ficando de fora por esses motivos.

Sendo assim, considera-se quanto ao nível de atendimento, que a Dimensão Atendimento das demandas discentes é classificada como Parcialmente Atendida.

Resultados referentes à Dimensão Contribuição para o bem-estar e/ou para a qualidade de vida

A Dimensão Contribuição para o bem-estar e/ou para a qualidade de vida tem seus resultados apresentados na Tabela 21. Salienta-se aqui que tais percepções por parte dos Discentes Monitores em relação aos Discentes Beneficiados que praticaram as atividades ofertadas no período estudado possuem certo grau de subjetividade, a partir de relatos durante as aulas das diferentes turmas existentes.

Tabela 21 - Distribuição das respostas dos discentes monitores na Dimensão Contribuição para o bem-estar e/ou para a qualidade de vida

Indicadores	S	EP	N	NA
Mudanças percebidas de ordem física	9	2	-	1
Mudanças percebidas de ordem psicológica	10	2	-	-

Indicadores	S	EP	N	NA
Mudanças percebidas de ordem afetiva ou emocional	11	1	-	-
Interferência no bem-estar e/ou na qualidade de vida	12	-	-	-

Legenda: S - Sim; EP - Em parte; N - Não; NA - Não se aplica.

Fonte: Fernandes (2021).

Os resultados obtidos e analisados em todos os quatro Indicadores presentes nesta Dimensão revelaram o padrão Atende, mesmo desconsiderando no primeiro Indicador, Mudanças percebidas de ordem física, uma resposta Não se aplica. Provavelmente, a presença dessa resposta tenha ocorrido por parte de algum monitor que atue em outras atividades, como Música ou Xadrez, que normalmente não possuem grandes exigências físicas por parte dos participantes.

As contribuições realizadas por meio de relatos no campo aberto do questionário possibilitam ampliar a análise da Dimensão Contribuição para o bem-estar e/ou para a qualidade de vida: "A interação social durante as aulas sempre resulta em mudanças positivas" (Monitora 6) e "Entendo que algumas questões psicológicas, afetivas e emocionais dos discentes se manifestam de uma forma muito diferente entre os mesmos [...]. Como a relação monitor-aluno ali estabelecida promove certa proximidade, por se tratar de ambos os interlocutores estarem inseridos em contextos similares no ambiente acadêmico, isso se torna mais fácil" (Monitor 3).

Pode-se afirmar que para cálculo geral quanto ao nível de atendimento, a Dimensão Contribuição para o bem-estar e/ou para a qualidade de vida é classificada como Atendida.

Resultados referentes à Dimensão Resultado para a permanência estudantil

Na Dimensão Resultado para a permanência estudantil, foi considerado três Indicadores, cujos resultados estão expostos na Tabela 22. Da mesma forma que na Dimensão anterior, o grau de subjetividade está presente a partir das impressões por parte dos Discentes Monitores em relação aos Discentes Beneficiados durante as aulas das turmas representadas.

Tabela 22 - Distribuição das respostas dos discentes monitores na Dimensão Resultado para a permanência estudantil

Indicadores	S	EP	N	NA
Favorecimento da convivência com a comunidade acadêmica	10	2	-	-
Cumprimento das tarefas da rotina acadêmica	8	4	-	-
Contribuição para permanência na Universidade	8	4	-	-

Legenda: S - Sim; EP - Em parte; N - Não; NA - Não se aplica.

Fonte: Fernandes (2021).

Todos os três Indicadores da Dimensão Resultado para a permanência estudantil manifestaram o padrão “Atende” na visão dos Discentes Monitores. Os Indicadores Cumprimento das tarefas da rotina acadêmica e Contribuição para a permanência na Universidade tiveram a mesma distribuição de respostas entre as opções Sim (8) e Em parte (4).

As observações explicitadas pelos respondentes ilustram os resultados obtidos, conforme segue: “Muitos discentes com dificuldades de socialização encontraram por meio do esporte uma ferramenta para socializar, construindo vínculo com os demais participantes” (Monitor 2) e “O programa sem dúvidas desenvolve um papel importantíssimo na permanência dos estudantes na UFRJ,

entretanto, outros fatores, como por exemplo, a questão financeira, pode interferir nesse ponto” (Monitora 6).

Revela-se de extrema importância lançar luz ao relato da Monitora 6 quando aponta os diferentes fatores que podem interferir na permanência do corpo discente como um todo no ambiente universitário, sendo necessária uma política institucional que olhe de forma ampliada para as diversas dimensões do que se constitui ser discente de nível superior em uma instituição pública federal.

Considerando os critérios estabelecidos para cálculo geral quanto ao nível de atendimento, a Dimensão Resultado para a permanência estudantil é classificada como Atendida.

Finalizando a apresentação dos resultados referentes às análises do questionário destinado aos Discentes Monitores, os mesmos são expressos por meio do Quadro 9.

Quadro 9 - Síntese dos resultados no Questionário 2

Dimensão	Pontuação	Resultado
Favorecimento do acesso às atividades físicas, esportivas e de lazer	8	Atendida
Atendimento das demandas discentes	17	Parcialmente Atendida
Contribuição para o bem-estar e/ou para a qualidade de vida	12	Atendida
Resultado para a permanência estudantil	9	Atendida

Fonte: Fernandes (2021).

RESULTADO DOS QUESTIONÁRIOS APLICADOS

O resultado dos questionários aplicados aos Discentes Beneficiados e Discentes Monitores foi obtido pela fórmula criada e apresentada na Seção 3 -Caminhos Metodológicos, em especial

na parte que trata dos critérios avaliativos estabelecidos para o presente estudo. Vale reforçar a adoção da média ponderada com a atribuição de pesos diferenciados, ou seja, para o Questionário 1, peso 2; e para o Questionário 2, peso 1. A Tabela 23 apresenta o resultado final de cada uma das quatro Dimensões.

Tabela 23 - Resultado Final das dimensões do estudo avaliativo

Dimensão	Nota Final	Resultado Final
Favorecimento do acesso às atividades físicas, esportivas e de lazer	3,00	Atendida
Atendimento das demandas discentes	2,66	Atendida
Contribuição para o bem-estar e/ou para a qualidade de vida	2,33	Atendida
Resultado para a permanência estudantil	1,66	Parcialmente Atendida

Fonte: Fernandes (2021).

Observa-se que à luz do corpo discente participante do Programa Esporte e Lazer (Beneficiados e Monitores), as três primeiras Dimensões definidas neste estudo foram avaliadas como Atendida e a última Dimensão avaliada como Parcialmente Atendida, o que pode sugerir um alto valor do Programa para esses dois grupos participantes.

ANÁLISE DAS ENTREVISTAS

Como parte do processo de considerar informações classificadas como relevantes para o estudo avaliativo em questão, esta seção apresenta os resultados, e suas respectivas análises, das entrevistas realizadas com três servidores parceiros que atuaram na implementação do Programa Esporte e Lazer em seus diferentes locais de funcionamento durante o segundo semestre de 2019 (Quadro 10).

Aqui, ressalta-se a finalidade de aprofundar e complementar as questões de interesse acerca do objeto de estudo a partir de outros olhares e perspectivas.

Quadro 10 - Características dos servidores parceiros entrevistados

Servidor	Formação	Cargo	Campus
S1	Serviço Social	Assistente Social	Duque de Caxias
S2	Letras	Docente	Cidade Universitária/ Fundão
S3	Educação Física	Técnico em Assuntos Educacionais	Macaé

Fonte: Fernandes (2021).

Observa-se a representatividade de três dos cinco locais que o Programa funcionava. A servidora S1 atuava há seis anos na instituição e desenvolvia suas atividades laborais na Coordenação de Desenvolvimento Educacional e Suporte Acadêmico no *campus* Duque de Caxias. A servidora S2 é docente há, aproximadamente, 15 anos na Faculdade de Letras, localizada no *campus* Cidade Universitária/Fundão. Por último, o servidor S3 já se encontrava há oito anos na UFRJ, atuando como Técnico em Assuntos Educacionais no Núcleo Macaé da Pró-Reitoria de Políticas Estudantis.

No tocante às análises das entrevistas, considerou-se importante entender, neste primeiro momento, as diferentes motivações por parte dos três entrevistados em implementar as atividades do Programa Esporte e Lazer, já que são eles os principais articuladores para a utilização dos espaços, dias e horários nos diferentes locais de funcionamento. Foi pontuado na fala da S1 que “Isso partiu dos estudantes, que me procuraram e solicitaram que fosse implementado o programa em Duque de Caxias, para eles terem mesmo acesso à prática esportiva”.

Para S2, a sua participação na Direção Adjunta de Apoio Acadêmico e Assistência Estudantil e na Comissão de Orientação e Acompanhamento Acadêmico da Faculdade de Letras, permitiu que ela estivesse mais próxima às demandas estudantis e percebesse o gigantesco desafio por conta do quadro de mais de 4.000 estudantes, já que há algum tempo a referida unidade acadêmica absorveu outros cursos da instituição em suas instalações. Em seu relato, S2 afirma:

Tem a ver com uma questão de saúde, na verdade com uma concepção de saúde [...]. É um conceito de saúde que tem a ver com bem-estar, né... que tem a ver com o cuidado prévio, com o acolhimento, então um sentido amplo de saúde. [...] Eu entendi que era muito importante a gente promover no espaço da Faculdade de Letras atividades que pudessem contribuir para esse bem-estar, esse acolhimento, para o nosso corpo discente. [...] Que a gente pudesse oferecer uma forma de, de acolhimento como eu falei. Eu acho que essa palavra é muito importante, porque os alunos e as alunas passam muito tempo ali na Universidade, alguns ficam o dia inteiro por causa da grade [...].

O entrevistado S3 comentou que já atuava no Setor de Assistência Estudantil durante seis anos realizando atividades burocráticas pertinentes ao cargo. Porém, no ano de 2018, ele fez uma transição, por meio de concurso, para o cargo Técnico em Assuntos Educacionais, de nível superior, o que possibilitou a ele pensar na implementação de projetos ou programas para a comunidade acadêmica. Com sua formação em Educação Física, houve uma aproximação com a proposta do Programa Esporte e Lazer que culminou no interesse em desenvolver suas atividades no *campus* Macaé. S3 relatou a importância de programas dessa natureza para o corpo discente local:

70% dos nossos estudantes, eles não são da região. E aí, quando a gente coloca que não são da região, eles são oriundos de cidades que estão a mais de 100 quilômetros

de distância de Macaé, né? Precisam estabelecer laços com a cidade, e... quando vem uma proposta de programa com esporte e lazer, ela auxilia [...]. Então, eu acredito que contribua bastante para a melhoria da qualidade de vida, para o estabelecimento de novos vínculos, né, entre eles, e para que não fique restrito apenas a questão dos espaços de sala de aula.

Ainda sobre a implementação do Programa nesses locais, percebeu-se na fala dos entrevistados algumas dificuldades enfrentadas, como por exemplo, a situação do *campus* Duque de Caxias retratada na seguinte fala: "A maior dificuldade de implementação do programa, foi essa questão do espaço. [...] Tem duas questões aí... primeiro é ter o espaço e segundo é ter o apoio para que o espaço seja cedido, o apoio local da direção do *campus* para que o espaço seja cedido. [...] A questão do espaço era uma briga interna. E, foi muito difícil a gente conseguir, a gente mudou de espaço por várias vezes [...]" (S1). A mesma servidora afirma ainda:

Falta ainda um reconhecimento da Universidade como um todo da assistência estudantil também como necessária, porque se a gente não tiver um aluno é... sadio, com saúde mental, um aluno sendo atendido integralmente na sua saúde física e na sua saúde mental dentro da Universidade, a gente não vai ter alunos que ocupem esse espaço tal [...]. A gente acabou usando um auditório que qualquer outra atividade a gente tinha que cancelar a aula.

As questões sobre a utilização de espaços para o desenvolvimento do Programa foram igualmente reforçadas pelo entrevistado S3, quando expõe: "As dificuldades foram a questão dos espaços físicos [...] temos poucos espaços verdes, áreas verdes cobertas disponíveis, para você poder desenvolver as atividades sem ter o impacto ambiental externo, sem ter a questão do sol, da chuva, né?". Soma-se outra característica peculiar do *campus* Macaé, quando S3 salienta que:

O *campus* de Macaé, ele compartilha o espaço com outras duas Universidades. E esse espaço físico, ele... como não são desenvolvidas atividades somente para a UFRJ, outra instituição de ensino acaba desenvolvendo suas atividades de ensino nessas salas de aula. E aí por uma questão de prevalência, que foi estabelecida pela Diretoria da Prefeitura Universitária né, do complexo universitário... a questão de prevalência da ordem para a utilização dos espaços das salas de aula é para, é para... o ensino, né? Então, a questão das atividades de lazer acaba ficando em último lugar no ranking das prioridades. [...] E aí, por diversas vezes, nossas atividades precisaram ser canceladas porque a gente tinha que respeitar uma ordem superior.

Nota-se a urgência na criação e/ou adaptação de espaços que favoreçam à prática de atividades físicas, esportivas e de lazer nos *campi* representados, Duque de Caxias e Macaé, respectivamente. As grades horárias em regime integral dos cursos ofertados nesses *campi* parecem ser outro fator complicador que ganha expressividade no relato: “Temos um fator também, que a maioria dos nossos cursos são em regime integral. [...] Nossas atividades têm... elas têm quase que essa obrigatoriedade de acontecerem após às 17 horas. E aí, é... temos essas dificuldades, questão de local para fazer, horário [...]” (S3).

Ao pensar no futuro, quando perguntados sobre potencialidades ainda a serem exploradas com relação à implementação do Programa Esporte e Lazer nos respectivos locais, S1 demonstra que diante dos desafios impostos pela pandemia de Covid-19, sua percepção é que existirá maior facilidade para a implementação do Programa quando do retorno às atividades presenciais por uma mudança de visão de seus pares acerca dessas atividades. Afinal, diz ela: “A saúde mental é muito importante para o estudante, né?” Corroborando com este pensamento acerca da saúde mental, S2 pontuou:

Essas atividades têm uma recepção muito positiva, e ai... eu tô pensando também na questão da saúde mental, porque ansiedade, depressão, é... uma queixa assim

muito frequente no nosso, nosso espaço universitário e eu acredito que depois da pandemia... isso possa aumentar, né? [...] De repente, aumentar a quantidade de horários, assim... dessas atividades, talvez o Yoga e o Pilates, porque eu acho que são muito atraentes, né? Primeiro pela atividade em si, pelos benefícios da atividade em si.

A mesma entrevistada complementou ainda, destacando:

E, em segundo lugar, porque são atividades assim... muito acessíveis em termos de... não precisa de equipamentos para você fazer, não precisa de um conhecimento prévio. [...] Então assim, é para todo mundo, né, é para todo mundo! E, por fim, eu diria que... essas atividades, de uma maneira geral, são atividades caras se você for procurar.

Percebe-se que as contribuições advindas da análise das entrevistas auxiliam na reflexão do Programa Esporte e Lazer como um todo, inclusive considerando as consequências e possíveis implicações causadas por esse período longo de atividades remotas no contexto das IES em todo o país. Salienta-se também a gratuidade do referido programa, principalmente pelo fato de algumas das atividades ofertadas terem um custo considerado elevado.

Com relação aos pontos fortes do Programa Esporte e Lazer no período do estudo, salienta-se as opiniões por parte de S2 e S3, respectivamente, na Faculdade de Letras e no *campus* Macaé:

O fato de termos essas atividades no prédio da Letras, a gente tem mais um elemento de acessibilidade, porque ainda que a gente tenha atividades oferecidas no Fundão. [...] A gente tá falando de um espaço que é muito grande, que é muito amplo e às vezes o aluno tem um tempinho entre uma aula e outra que daria para fazer se fosse no próprio prédio, e que não daria para fazer se ele tivesse que se deslocar para uma outra unidade dentro da Cidade Universitária. Então, é... eu acho que essa questão de, da... oferta no próprio espaço onde você desenvolve as suas atividades acadêmicas, isso é um grande benefício, um grande chamariz [...].

Os estudantes que participaram conosco... seja do Judô, da Dança, ou da Yoga, enfim... que foram as atividades que nós tivemos no ano de 2019, eles relataram que tiveram a melhoria da qualidade de vida. [...] A melhoria na qualidade de seus estudos, é... o estabelecimento de novos vínculos porque a gente conseguia misturar estudantes, por exemplo, do curso de Engenharia com o curso de Medicina e com Enfermagem, Nutrição, então havia essa... ampliação dos vínculos, que não ficava restrito aos seus cursos de origem.

Reforça-se ainda nos depoimentos dos mesmos entrevistados, o seguinte:

Se eu pudesse sugerir, o que a gente sempre sugere quando estamos falando de projetos, programas, né... que tivessem mais bolsas, que a gente pudesse receber mais monitores, né? Que a gente pudesse ter maiores valores de bolsas... mas isso são questões mais complexas, né? Mas isso, é... poderia potencializar os projetos, os programas... mais bolsas possibilitaria ter mais agentes nesse programa e atender mais pessoas, né? (S2)

Os estudantes que eram assistidos pelo Serviço Social e pelo Serviço de Psicologia, a gente entendia que esses estudantes eram... estudantes prioritários, que precisavam resgatar a sua autoestima, precisavam estar inseridos e, por vezes, reinseridos na Universidade. Alguns estudantes que, por vezes, eles estavam abandonando a Universidade, estavam abalados psicologicamente, moralmente com a sua trajetória acadêmica e que a partir de sua inserção no Programa Esporte e Lazer, eles conseguiram melhorar a sua autoestima, e... voltar para a parte acadêmica... E, a gente teve assim... muitas, muitas histórias felizes, né? De estudantes que, por vezes, nos agradeceram e relataram de maneira emocionada o quão positivo foi a sua participação e a sua satisfação com o programa. (S3).

Por outro lado, com relação aos pontos fracos, a fala de S3 reforça a questão do espaço físico, mas também ressalta a deficiência de materiais:

As dificuldades que nós tivemos foi a questão do espaço físico e de alguns materiais... que a gente precisou se adequar da nossa maneira, porque não tínhamos kimonos para desenvolver as atividades de Judô, tatame nós tínhamos poucas peças de tatame, que foram cedidas pela Decult. [...] Com relação à Dança, o que a gente precisava da Dança era o espaço físico, que foi uma dificuldade encontrar um espaço adequado que não sofresse as interferências externas, né? A questão do som, que tivesse uma boa acústica e que, no mesmo modo, a gente viesse desenvolver as atividades de Dança e não prejudicasse outras atividades, porque como foi mencionado, essas atividades precisavam ser desenvolvidas dentro de salas de aula, né... então não poderia ter um som muito alto porque ao lado estava acontecendo aula.

Ainda sobre pontos fracos, S1 sugeriu um acompanhamento mais estruturado a partir da inclusão de outras áreas de conhecimento para atuar de forma integrada, como por exemplo, o acompanhamento nutricional. O relato a seguir ilustra tal sugestão: "Para o PEL, eu também sugeriria isso, que colocasse outras áreas também, na questão desse suporte ao estudante, não só o exercício físico, mas também esse... essa melhora na vida como um todo, na saúde como um todo, né?"

Procurou-se compreender, a partir da percepção dos entrevistados, a existência ou não da relação entre a participação nas atividades do Programa Esporte e Lazer e o desempenho dos Discentes Beneficiados, obtendo-se as seguintes apreciações:

Os relatos com relação às provas, de ter melhores condições, porque assim estar numa semana super atribulada, atordoada com as provas e você parar para fazer atividade física [...]. Isso era muito importante para as alunas, né, o bem-estar que a atividade física proporcionava para elas

era muito importante. [...] Eu lembro que a fala das alunas era assim... eu tô em semana de prova, eu tenho que fazer o Pilates. Então assim... elas viam como a questão do alívio do estresse, como uma questão de trabalhar a saúde mental, a questão emocional, de um suporte emocional para fazer as provas. (S1).

Tive depoimentos muito espontâneos de alguns alunos que vinham fazendo essas práticas e que falaram é... dos benefícios! Não necessariamente um benefício no rendimento acadêmico, mas, se traz um benefício para a saúde, e isso que foi relatado, de um bem-estar... Naturalmente, a gente vai ver o reflexo disso na esfera... em várias esferas da vida, né? [...] Entendo é... que essa aluna e que esse aluno beneficiado por essas práticas, né, que ele possa ter um desempenho acadêmico melhor [...]. Uma vida mais feliz, mais tranquila, porque a gente está falando de bem-estar. (S2).

Nessa mesma direção, acrescenta-se o relato do entrevistado S3 por relativizar essa relação, com a perspectiva da colaboração de outras áreas que podem atuar e contribuir para uma assistência estudantil mais holística:

É claro que pensando no todo enquanto órgão da assistência estudantil, a gente precisa trabalhar conjuntamente com outros setores, com outros atores, né? Então, a parte de esporte e lazer precisa conversar diretamente com o Serviço Social e com o Serviço de Psicologia, para saber quais são as demandas urgentes e quais são os públicos prioritários. [...] Mantendo o sigilo... as psicólogas colocam alguns estudantes que possuem certa vulnerabilidade e que correm o risco de evadir da Universidade e que também possam ter problemas mais graves de saúde e que a sugestão, ou uma das sugestões, seria inseri-los dentro do Programa Esporte e Lazer, para que eles possam tentar melhorar a sua qualidade de vida. [...] Temos muitos casos positivos de estudantes que participaram do Programa Esporte e Lazer e que melhoraram significativamente a sua qualidade de vida, que nos relataram que tiveram a melhoria do seu rendimento

acadêmico também, e que, paralelamente, conseguiram estabelecer novos vínculos dentro do programa. (S3).

Observa-se que a participação no Programa Esporte e Lazer contribui consideravelmente para o bem-estar e para a qualidade de vida de seus participantes. Ao considerar que esses dois aspectos subjetivos possam interferir positivamente ou negativamente no andamento de outras dimensões da vida humana, pode-se inferir que a possível relação existente entre a participação nas atividades e o desempenho acadêmico ocorre de forma indireta.

Por último, perguntou-se aos entrevistados sobre a concordância do Programa Esporte e Lazer contribuir para a permanência do discente na UFRJ, de forma que eles pudessem justificar suas respostas. Assim sendo, S1 exemplificou uma situação em particular: “Eu concordo sim! [...] A gente conseguiu que uma aluna com a prática do Pilates aliada ao atendimento psicológico, ela tivesse um melhor desempenho acadêmico [...]”.

Seguindo nessa perspectiva, S3 destacou: “Com certeza ele contribui e muito para a permanência dos estudantes”. E ainda trouxe reflexões importantes sobre como pensar o ambiente universitário para o século XXI:

Uma Universidade que pensa o estudante como um todo, o estudante que não fique restrito ao espaço da sala de aula, mas um estudante que possui uma trajetória de vida e que carrega consigo ao longo de sua vida marcas... que vem para uma Universidade, mas possui identidades que foram construídas ao longo do tempo. Ele vai para a Universidade estabelecer novos vínculos, e... o Programa Esporte e Lazer, ele contribui sim para a permanência na Universidade, contribui para a melhoria da qualidade de vida, contribui para estabelecimento de novos vínculos, e... acredito que isso seja um modelo que deve ser expandido para todos os demais *campi* da nossa Universidade e compartilhado com outras Universidades [...].

Ressalta-se, de forma a complementar, alguns trechos na resposta da entrevistada S2:

Eu acho que é um excelente programa quando a gente fala de permanência estudantil porque as dificuldades que afetam a vida do nosso corpo discente, elas são de muitas naturezas. [...] Essas atividades, elas propiciam sim a possibilidade desses alunos, de certa maneira, encontrar dentro do espaço universitário uma alternativa, um caminho, né, para poder melhorar essas questões, né? [...] Essas práticas promovem, elas contribuem para que esses alunos desejem continuar nesses espaços, é... entendam o espaço universitário como seu espaço universitário, se entendam pertencendo àquele espaço. [...] Muitos quando chegam na Universidade não têm uma sensação de pertencimento, né? Então, é... eu acredito sim que essa prática, a prática proposta, as atividades propostas, é... são práticas importantes, né, para ampliar uma concepção de Universidade, para mostrar que a Universidade, ela está para além de estar numa sala de aula, recebendo um conteúdo formal, né? Que essa vivência universitária, ela pode ser mais ampla [...].

As atividades ofertadas pelo Programa Esporte e Lazer durante o segundo semestre de 2019, na ótica dos entrevistados, possuem um apelo simbólico ora mencionado por Dutra e Santos (2017) e Zago (2006) em seus respectivos estudos, quando dialogam sobre a necessidade de ser pensar a permanência estudantil para além das questões materiais ou dos programas de repasse financeiro. Em seu relato, a entrevista S2 consegue ilustrar tal posicionamento:

Eu sinto muito essa ideia de acolhimento, que é uma ideia que tá em tudo isso que a gente conversou, né? Na questão da saúde, do bem-estar, eu acho que é isso. Eu acho que é um programa que abraça as pessoas. [...] Acho que esse programa é isso, um abraço quentinho de acolhimento para o nosso corpo discente.

O conteúdo das entrevistas realizadas e analisadas nesta seção corrobora com os resultados obtidos nos questionários apli-

cados acerca da avaliação do Programa Esporte e Lazer como um dos elementos que constituem a Política de Assistência Estudantil da UFRJ por parte de seus participantes. Ademais, urge a necessidade de se aprofundar as discussões e reflexões a respeito de uma visão ampliada sobre assistência estudantil que considere antes de tudo uma permanência qualificada por parte do corpo discente universitário na UFRJ e, porventura, nas diferentes IFES do nosso país.

9

CONSIDERAÇÕES FINAIS DO ESTUDO

Recorreu-se às questões avaliativas propostas como delimitadoras deste estudo, com o intuito de verificar suas respostas após a análise dos dados coletados pelos instrumentos empregados. Aferiu-se que das quatro Dimensões elencadas, três (Favorecimento do acesso às atividades físicas, esportivas e de lazer; Atendimento das demandas discentes e Contribuição para o bem-estar e/ou para a qualidade de vida) apresentaram condições de atendimento. Entretanto, a Dimensão Resultado para a permanência estudantil foi classificada como tendo condições parciais de atendimento, de forma a revelar que existem outros elementos que devem ser considerados e que contribuem para a permanência estudantil do corpo discente na UFRJ.

Na primeira questão avaliativa: Em que medida o Programa Esporte e Lazer favorece o acesso às atividades físicas, esportivas e de lazer?, averiguou-se o atendimento da Dimensão Favorecimento do acesso às atividades físicas, esportivas e de lazer. A oferta gratuita das atividades pelo Programa nos diversos espaços da instituição se constitui como fator favorecedor para este acesso. Para além disso, observa-se que apesar do esporte e, por desdobramento, as atividades físicas se constituírem como direito social que deve ser assegurado e garantido em nosso ordenamento jurídico, além de defendido em outros documentos internacionais, como aquele publicado pela UNESCO, fatores como tempo disponível, pagamento e manutenção de uma rotina para a realização de atividades dessa natureza foram sinalizados como dificuldades para usufruir desse direito.

Em resposta à segunda questão avaliativa: Até que ponto o Programa Esporte e Lazer atende as demandas dos discentes da UFRJ?, verificou-se que tanto a Dimensão Atendimento das demandas discentes quanto a Dimensão Contribuição para o bem-estar e/ou para a qualidade de vida demonstraram seu atendimento. Quanto à primeira, observou-se aspectos relacionados ao funcionamento do Programa (dias, horários, locais, equipamentos/materiais, professores e/ou monitores). Enquanto isso, na segunda Dimensão

voltou-se para as subjetividades e particularidades referentes às possíveis contribuições da participação pelo corpo discente nas atividades ofertadas.

Vale mencionar que dentre os objetivos previstos na normatização do Programa Esporte e Lazer, consta “disseminar a prática da atividade física, do esporte e do lazer, voltada para a melhoria da saúde e da qualidade de vida” (Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2019b), o que parece estar sendo cumprido, mesmo levando em conta a subjetividade e a multiplicidade de significados do que pode ser considerado bem-estar e/ou qualidade de vida. As percepções trazidas na fala dos entrevistados neste estudo corroboram significativamente para responder essa questão avaliativa no que diz respeito à Dimensão Contribuição para o bem-estar e/ou para a qualidade de vida.

Em relação à terceira e última questão avaliativa: “Em que medida, a partir de seus resultados, o Programa Esporte e Lazer contribui para a permanência dos discentes da UFRJ”, pode-se aferir o atendimento parcial da Dimensão Resultado para a permanência estudantil. Ressalta-se aqui o objetivo do estudo que foi avaliar o Programa Esporte e Lazer como um dos elementos que integram a política institucional no campo da assistência estudantil, na qual são apresentados pelo menos dez programas em diferentes áreas estratégicas (Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2019a) que visam contribuir para a permanência do corpo discente da UFRJ.

Sendo assim, cumpre relativizar que o Programa Esporte e Lazer pode ser encarado como uma dessas estratégias e não a única. Dentre os resultados apresentados nesta Dimensão a partir dos sete Indicadores escolhidos, aqueles que se destacaram positivamente foram: Favorecimento da convivência com a comunidade acadêmica e Contribuição para a permanência na Universidade. Assim sendo, é interessante retomar os objetivos do Programa em seu documento normatizador, quando na segunda parte é apontado

o estímulo à promoção de aspectos positivos de socialização, na tentativa de se contribuir para a ampliação das condições de permanência e êxito acadêmico do corpo discente (Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2019b).

Durante a análise das respostas nos questionários e nas entrevistas realizadas, percebeu-se a presença de fatores ligados aos aspectos de socialização, como por exemplo, o estabelecimento de novos vínculos e o sentimento de pertencimento, sendo esses elementos simbólicos que podem interferir na permanência estudantil qualificada no contexto universitário.

RECOMENDAÇÕES

A avaliação, em conformidade com a pesquisa, pode ser encarada como um processo que recorre à investigação sistemática. À luz de outros autores consagrados no campo da avaliação, Penna Firme (2010) afirma que todo processo avaliativo termina com recomendações. Tais recomendações visam contribuir para a solução de um ou mais problemas relacionados ao objeto de estudo avaliado, de forma a contribuir nos processos de tomada de decisões inteligentes a ele relacionados.

Pode-se, ainda, verificar a sua utilidade social, no sentido de agregar maior significado com a descoberta do valor a partir dos resultados encontrados. Posto isto, o Programa Esporte e Lazer como elemento da política institucional de assistência estudantil reflete os resultados e, conseqüentemente, as recomendações pertinentes ao período considerado neste estudo e ao contexto da UFRJ.

Considerando a escolha da abordagem avaliativa centrada nos participantes e se valendo dos resultados expressos na pluralidade dos atores que compuseram o processo avaliativo em questão,

bem como das experiências vivenciadas por este autor durante o estudo avaliativo, recomenda-se:

1. Ampliar a oferta de turmas nos horários entre o final da tarde e o início da noite, de forma a favorecer a participação do corpo discente, tendo em vista a parcela significativa de cursos ofertados de forma integral pela instituição nos diferentes locais de funcionamento do Programa. Nesse ponto, destaca-se dois aspectos relevantes na justificativa desta recomendação:
 - a. O desafio enfrentado pela equipe coordenadora do Programa em adequar essa demanda com as possibilidades existentes em cada espaço por meio de articulações permanentes com os servidores parceiros ou com os responsáveis por tais espaços.
 - b. As particularidades de cada espaço, conforme explicitado por um servidor entrevistado pertencente ao *campus* Macaé que relatou a quase obrigatoriedade de as atividades ofertadas nesse local acontecer após às 17 horas.
2. Criar e/ou adequar espaços favoráveis que reúnam as condições necessárias para o desenvolvimento das atividades ofertadas pelo Programa nos atuais locais de funcionamento, de forma a não concorrer com outras atividades desenvolvidas no contexto universitário, situação também pontuada pelos servidores entrevistados nos *campi* Duque de Caxias e Macaé. A interlocução dos gestores da Pró-Reitoria de Políticas Estudantis com os responsáveis desses espaços pode amadurecer a ideia de uso e manutenção compartilhada, beneficiando as atividades do referido Programa bem como tantas outras atividades desenvolvidas pelas outras estruturas da mesma Pró-Reitoria e que carecem igualmente de espaços.

3. Difundir as atividades do Programa para outras unidades isoladas da UFRJ que não se constituem enquanto *campus*, entendendo a dificuldade de participação no Programa pelo corpo discente dessas unidades. Pode-se também citar unidades existentes no próprio *campus* Cidade Universitária/ Fundão onde, devido a sua extensão territorial, há dificuldade no deslocamento entre os prédios.
4. Estimular a maior diversidade de atividades ofertadas, incluindo no rol do Programa outros conteúdos da própria Educação Física, como os apontamentos já realizados por alguns dos Discentes Beneficiados (Tai Chi Chuan e Muay Thai). Considera-se aqui também a inserção de atividades físicas e/ou esportivas classificadas como elitizadas, como por exemplo: o Tênis de Quadra, a Natação, o Pilates e o Yoga. O Programa possui potencialidades para contribuir substancialmente para que os grupos sociais participantes tenham as primeiras experiências em atividades dessa natureza na perspectiva do lazer.
5. Instituir no Programa práticas ligadas a outros possíveis interesses que permeiam o campo do lazer, além dos conteúdos físicos/esportivos, como:
 - a. Artísticos: Teatro e Música.
 - b. Intelectuais: Jogos de Tabuleiro e Leitura.
 - c. Trabalhos manuais: Artesanato e Gastronomia.
 - d. Turísticos: Passeios e Visitas Guiadas.
 - e. Sociais: Confraternizações.
6. Investir em um processo organizado para se dar publicidade ao Programa, pois como ficou constatado, sua divulgação foi um fator que mereceu atenção especial, principalmente quando se relacionou as considerações dos participantes

quanto à comunicação por meio das redes sociais (Facebook e Instagram). Nesse ponto, destaca-se a importância da recente estruturação do Setor de Comunicação da Pró-Reitoria de Políticas Estudantis, inclusive com a retomada de publicações na página já existente da rede social Facebook bem como a adequação de tais publicações para o perfil criado na rede social Instagram. Cabe destacar que os coordenadores do Programa se encontram desenvolvendo um sistema que gerencie todos os processos do Programa Esporte e Lazer, em conjunto com a Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC/UFRJ).

7. Fortalecer os laços do Programa com outros programas, projetos e iniciativas dentro da própria UFRJ que dialoguem com a atenção integral do corpo discente, suscitando possibilidades de melhorias mútuas. Nesse aspecto, relata-se o pensamento de uma das servidoras entrevistadas quando apontou a possibilidade de outras áreas atuarem em conjunto com as atividades ofertadas pelo Programa. Já existe uma parceria em curso com o Laboratório de Avaliação Nutricional (LANUTRI), vinculado ao Instituto de Nutrição Josué de Castro (INJC/UFRJ) que busca atender demandas específicas de cada uma das instâncias envolvidas. Ou seja, discentes que são atendidos pelo LANUTRI e que possuam indicação para a realização de atividades físicas, esportivas e de lazer por parte de sua equipe técnica são encaminhados para o Programa Esporte e Lazer. Por outro lado, discentes que frequentam as atividades do Programa e que possuam necessidade de avaliação nutricional são direcionados para acompanhamento no referido laboratório. Outras parcerias podem e devem ser pensadas na tentativa de se buscar um acompanhamento holístico do corpo discente atendido.

8. Definir uma dotação orçamentária específica do montante recebido pela UFRJ, referente aos recursos destinados à assistência estudantil, para utilização no Programa. Entendendo que dentre as áreas estratégicas elencadas no próprio Decreto PNAES (Brasil, 2010), tem-se o Esporte. Assim, entende-se como razoável a definição de recursos para a manutenção de suas atividades. A aquisição de diferentes equipamentos/materiais para serem utilizados em suas atividades assim como a manutenção do que já existe, é de suma importância, pois são itens que se desgastam com o tempo de uso.
9. Estabelecer um programa de bolsas que utilize recursos da assistência estudantil aos moldes do Programa de Ações Laterais em Assistência Estudantil (PALAES). Atualmente, o PALAES é custeado com recursos próprios da UFRJ, ou seja, não são utilizados recursos da assistência estudantil para sua manutenção. No entanto, tanto os monitores do Programa Esporte e Lazer como aqueles de outros programas desenvolvidos pelas demais estruturas da Pró-Reitoria de Políticas Estudantis são selecionados e pagos por meio do PALAES. Isto posto, observa-se com preocupação a continuidade das atividades desses programas custeados pelo PALAES, já que não são recursos destinados especificamente para ações de assistência e permanência estudantil, o que demonstra uma sensível dependência por parte da tomada de decisão de cada gestão. A questão do quadro de monitores poderia compor a dotação orçamentária sugerida no tópico anterior, sendo justificado pela seleção de estudantes com o perfil definido pelo Decreto PNAES (Brasil, 2010) e por outros critérios estabelecidos por documentos normativos da própria Pró-Reitoria, existindo a previsão legal quando o referido Decreto aponta “cabera à instituição federal de ensino superior definir os critérios e a metodologia de seleção dos alunos de graduação a serem beneficiados” (Brasil, 2010, art. 3º, § 2º).

Ressalta-se ainda que neste estudo, procurou-se comparar os perfis socioeconômicos desses dois grupos que pertencem ao corpo discente da UFRJ, não identificando diferenças significativas em ambos, o que pode auxiliar no embasamento para a construção dessa proposta.

10. Fortalecer o convênio com a Coordenação de Estágio da Escola de Educação Física e Desportos, no sentido de ampliar a divulgação e oportunizar ao corpo discente do curso Bacharelado em Educação Física a realização de seu estágio obrigatório. Essa iniciativa pensada no final do ano de 2018 dialoga com a preocupação em relação à descontinuidade das atividades do Programa apontada anteriormente. Por outro lado, busca-se contribuir para a formação profissional dos discentes do referido curso desta unidade acadêmica, favorecendo o cumprimento desse importante componente da grade curricular. Ao mesmo tempo em que se pode potencializar o Programa Esporte e Lazer com a presença desses estagiários sob a supervisão dos coordenadores do Programa que possuem a formação na área da Educação Física. Pode-se pensar também na articulação de acordos de cooperação técnica ou até mesmo convênios com IES que ofereçam o curso de Educação Física, no intuito de receber discentes dessas outras instituições para a realização de estágio obrigatório no Programa, pensando especialmente nas dificuldades relatadas naqueles *campi* que não ofertam o curso em questão.
11. Avaliar a possibilidade de se instituir desdobramentos ou subprojetos do Programa Esporte e Lazer para o atendimento de ações de extensão. Tal fato cumpriria com a indicação de implementação do PNAES “de forma articulada com as atividades de ensino, pesquisa e extensão” (Brasil, 2010, art. 3º). A ideia de se pensar pelo viés da extensão neste primeiro momento leva em consideração a relevância social do

Programa avaliado no tocante ao favorecimento do acesso às atividades físicas, esportivas e de lazer para toda comunidade acadêmica da UFRJ e outros grupos que a circunscrevem.

12. Criar uma Comissão Temática de Esporte, Cultura e Lazer no âmbito do Fórum de Políticas Estudantis da Pró-Reitoria de Políticas Estudantis, estabelecido pela Portaria nº 6302, de 27 de junho de 2019. Apesar de ainda não estar em funcionamento por motivos de força maior, este fórum representa um significativo avanço enquanto instância consultiva na proposição e implementação de políticas institucionais na seara da assistência estudantil, com representação paritária entre as categorias de docentes, técnicos administrativos em educação e discentes, constituindo em espaço democrático que tem como um de seus objetivos “assessorar permanentemente a Pró-Reitoria de Políticas Estudantis” (Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2019g, art. 2º). Para o desenvolvimento de projetos e programas que visam à permanência estudantil qualificada, são necessários o diálogo aproximado e a escuta ativa de toda comunidade acadêmica, entendendo que tais atores são igualmente importantes para a garantia do direito à educação de nível superior aos diferentes grupos sociais que compõem às IFES e, neste caso específico, a UFRJ. As ações de assistência estudantil devem colaborar para o direito ao acesso e à permanência, pensando nas múltiplas dimensões humanas imbricadas e, conseqüentemente, nas diferentes necessidades que perpassam à trajetória acadêmica do corpo discente da UFRJ. Assim, urge o desafio de construir e reconstruir a política institucional de assistência estudantil por meio dos programas e projetos que a integram, procurando sempre dar voz a todos que participam da rede de relações que constituem o contexto universitário apresentado.

Espera-se, por último, que o processo avaliativo delineado para o estudo ora apresentado, guardadas às suas especificidades, possa impulsionar outros estudos avaliativos acerca de programas, projetos e ações integrantes da Política de Assistência Estudantil na UFRJ.

MÉRITO DO ESTUDO

Ovidio Orlando Filho

Elaine Maria de Andrade Senra

O livro *Programa Esporte e Lazer da UFRJ: avaliação de uma política de assistência estudantil* teve sua origem em uma dissertação do Mestrado Profissional em Avaliação da Faculdade Cesgranrio. Esse estudo investigou, de forma minuciosa, a relevância do Programa Esporte e Lazer da UFRJ no contexto da assistência estudantil e sua influência na permanência dos alunos na universidade.

Dada a importância das políticas de ações afirmativas e das mudanças no perfil dos estudantes ao longo dos anos, o principal objetivo deste estudo foi o estabelecimento de indicadores que pudessem avaliar a eficácia do programa, considerando a permanência estudantil de maneira abrangente. Diante das diretrizes do Ministério da Educação (MEC) para priorizar benefícios essenciais à permanência, como alimentação, transporte e moradia, o texto levanta a questão fundamental: todos os estudantes têm as mesmas necessidades de permanência no Ensino Superior?

O Programa Esporte e Lazer da UFRJ é abordado como um elemento crucial na qualidade de vida e no bem-estar dos estudantes, bem como na promoção da socialização no ambiente universitário. Além disso, o texto destaca a importância da educação como um direito social no Brasil, conforme previsto na Constituição, que enfatiza a igualdade de acesso e permanência na escola. O governo brasileiro implementou diversas políticas e programas para ampliar o acesso ao ensino superior, incluindo o Programa REUNI e o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES).

A Lei de Cotas é discutida como uma medida destinada a promover a inclusão de estudantes de grupos menos favorecidos, o que resultou em mudanças significativas no perfil dos estudantes universitários. O texto também destaca o papel do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis na formulação de políticas de assistência estudantil e na necessidade de políticas de permanência no ensino superior para atender às necessidades dos estudantes.

O livro explora detalhadamente o Programa Esporte e Lazer da UFRJ, examinando sua evolução ao longo do tempo e sua contribuição para a vida dos estudantes. Ele enfatiza a importância de analisar o acesso, evasão e permanência no Ensino Superior sob diferentes perspectivas e destaca o papel do esporte como uma contribuição sociocultural relevante.

O estudo avaliativo apresentado segue uma abordagem metodológica rigorosa, incluindo uma análise exploratória do campo, observação sistemática e participativa, revisão da literatura e entrevistas semiestruturadas. Os resultados são apresentados de maneira detalhada, fornecendo uma visão abrangente das experiências dos estudantes beneficiados e dos monitores do Programa Esporte e Lazer da UFRJ.

As recomendações deste estudo oferecem considerações valiosas para aprimorar o Programa fortalecendo a Política de Assistência Estudantil da UFRJ: ampliar a oferta de turmas, diversificar as atividades, fortalecer parcerias, criar bolsas para monitores e estabelecer uma dotação orçamentária específica, demonstrando um compromisso real com o bem-estar e a permanência dos estudantes na universidade. Além disso, a sugestão de criar uma Comissão Temática de Esporte, Cultura e Lazer no âmbito do Fórum de Políticas Estudantis da universidade demonstra uma abordagem colaborativa e multidisciplinar para lidar com as questões relacionadas ao Programa.

Dessa forma, este estudo avaliativo é de extrema relevância, não apenas para a comunidade acadêmica da UFRJ, mas também para todo o sistema de ensino superior no Brasil.

Uma análise abrangente das dimensões do programa, incluindo o acesso às atividades esportivas e de lazer, o atendimento às demandas dos estudantes, a contribuição para o bem-estar e qualidade de vida, e o impacto na permanência estudantil, fornece uma visão completa do programa. É notável que a maioria das dimensões tenha alcançado um bom nível de atendimento, evidenciando o impacto positivo do programa na vida dos beneficiados.

Não obstante, a dimensão relacionada ao resultado para a permanência estudantil merece atenção, já que recebeu um atendimento apenas parcial. Isso sugere que outros fatores também influenciam a permanência dos estudantes na universidade, destacando a complexidade do problema da evasão no ensino superior e a necessidade de abordagens multifacetadas para abordá-lo.

Através do acesso às atividades físicas, esportivas e culturais, os estudantes beneficiados relatam mudanças positivas em aspectos emocionais e psicológicos de suas vidas. Isso é particularmente relevante em um contexto acadêmico, onde o estresse e a pressão podem ser intensos. Além disso, o estudo revela que o Programa tem sido eficaz em atender às demandas dos estudantes, oferecendo atividades em horários e locais convenientes. Isso mostra a importância de ouvir e envolver os estudantes na concepção e execução de programas de assistência estudantil, garantindo que suas necessidades sejam atendidas de maneira eficaz.

Em resumo, este estudo avaliativo sobre o Programa Esporte e Lazer da UFRJ contribui para a compreensão mais ampla das complexas questões relacionadas à permanência no ensino superior e oferece um roteiro claro para aprimoramentos futuros. A UFRJ e outras instituições de ensino podem se beneficiar muito com os resultados e recomendações deste estudo para promover o sucesso de seus estudantes.

ANÁLISE DO ESTUDO AVALIATIVO PROGRAMA ESPORTE E LAZER DA UFRJ

O texto é claro e ressalta a importância de avaliar a eficácia de programas de assistência estudantil, especialmente em um contexto de políticas de ações afirmativas e mudanças no perfil dos estudantes universitários. Considera fundamental a compreensão das necessidades e demandas dos alunos para criar programas que atendam à diversidade dos estudantes, garantindo a igualdade de oportunidades no acesso e na permanência no ensino superior.

O mérito desse estudo reside principalmente em sua abordagem abrangente e metodologicamente sólida. Ele combina dados quantitativos e qualitativos, obtidos de Discentes Beneficiados e Monitores do Programa, proporcionando uma visão holística das experiências dos estudantes e do impacto do programa. Além disso, a inclusão de informações demográficas fornecidas sobre os participantes ajuda a entender as diferentes realidades enfrentadas por eles.

O texto justifica a importância de avaliar esse programa dada a evolução das políticas de assistência estudantil na universidade, sendo relevante e atual por afetar diretamente a vida dos estudantes. Os objetivos propostos são diretamente pertinentes a essa situação. Apresenta claramente três questões avaliativas que estão diretamente relacionadas aos objetivos do estudo. As questões buscam avaliar o impacto do Programa Esporte e Lazer em aspectos como acesso às atividades, atendimento às demandas dos discentes e contribuição para a permanência dos estudantes no meio acadêmico.

Apresenta de forma clara o objeto de análise, que é o Programa Esporte e Lazer na UFRJ. Descreve sua evolução ao longo dos anos, as atividades oferecidas e os desafios enfrentados. A linguagem é acessível, tornando o conteúdo compreensível para o leitor. Descreve o contexto em que o objeto de investigação está inserido:

o programa, suas origens, objetivos e como ele se expandiu ao longo do tempo. Também menciona a criação de outras estruturas relacionadas, como a Divisão de Esporte, Cultura e Lazer, para gerenciamento do Programa. Além disso, contextualiza o Programa dentro da UFRJ, mencionando o número de estudantes e a distribuição territorial da universidade.

Assim, fornece uma apresentação abrangente do objeto, cobrindo sua história, expansão, mudanças conceituais e a inclusão de atividades culturais e de lazer. Também menciona os desafios enfrentados, como a falta de instalações adequadas para algumas atividades e a necessidade de realizar sorteios para preencher as vagas disponíveis.

Apresenta uma abordagem avaliativa centrada nos participantes, o que é adequado para o contexto do estudo. Isso significa que a avaliação leva em consideração a perspectiva e as experiências dos participantes do Programa Esporte e Lazer da UFRJ. A escolha dessa abordagem é explicada de forma clara, e o autor reconhece tanto suas vantagens, como o envolvimento das partes interessadas, quanto suas limitações, como a subjetividade. A explicação sobre a escolha da abordagem é informativa e relevante para o entendimento do processo avaliativo. As dimensões e categorias do estudo estão relacionadas à Política de Assistência Estudantil da UFRJ, com foco na visão dos participantes do Programa Esporte e Lazer.

As dimensões e os resultados são apresentados de maneira organizada, tornando fácil a compreensão das conclusões alcançadas. Demonstra uma clara coerência entre os resultados apresentados e as questões avaliativas propostas. As respostas às questões são fundamentadas nos resultados obtidos na avaliação do programa, tornando a análise lógica e consistente.

Os resultados apresentados têm relevância para a área de estudo, pois fornecem considerações importantes sobre a eficácia do Programa Esporte e Lazer em uma instituição acadêmica, especialmente em relação ao favorecimento do acesso, atendimento das

demandas dos discentes e contribuição para o bem-estar e qualidade de vida dos estudantes. Essas informações são importantes para melhorar e adaptar o Programa, bem como para a política de assistência estudantil. No entanto, o estudo também destaca áreas em que o programa pode ser aprimorado. A dimensão relacionada ao resultado para a permanência estudantil indica que, embora o programa tenha impacto na permanência dos estudantes, outros fatores também influenciam significativamente essa questão. Isso levanta a necessidade de uma abordagem mais ampla e integrada para apoiar a permanência dos estudantes, incluindo ações que vão além das atividades esportivas e de lazer.

As conclusões são pertinentes ao objetivo do estudo, que era avaliar o Programa Esporte e Lazer como parte da política de assistência estudantil. As perguntas identificam áreas em que o programa atende às expectativas e outras onde há margem para melhorias, destacando a importância de considerar a perspectiva dos discentes.

Uma das conclusões mais importantes do estudo é que o Programa Esporte e Lazer da UFRJ desempenha um papel significativo no favorecimento do acesso às atividades físicas e no aumento do bem-estar e qualidade de vida dos estudantes. Isso demonstra a importância de programas extracurriculares que vão além do ensino tradicional, contribuindo para o desenvolvimento pessoal e emocional dos alunos. Além disso, a necessidade de uma dotação orçamentária específica para o programa e a criação de um programa de bolsas para monitores são recomendações importantes para garantir a sustentabilidade e a continuidade do programa.

Em um contexto mais amplo, este estudo destaca a importância da assistência estudantil e da promoção da igualdade de oportunidades no ensino superior no Brasil. A implementação de programas como o Programa Esporte e Lazer da UFRJ é fundamental para atender às necessidades direcionadas dos estudantes e contribuir para sua permanência e sucesso acadêmico.

MÉRITO DO ESTUDO AVALIATIVO DE ACORDO COM OS CRITÉRIOS DE DAVIDSON (2005)

Para Davidson (2005), são cinco os critérios que devem ser observados em uma avaliação: Validade; Utilidade; Conduta; Credibilidade e Custos, de forma a se aferir se ela possui ou não a qualidade devida. A saber:

1. Validade: as recomendações de uma avaliação devem ter validade. Caso existam na avaliação, essas recomendações devem ser bem fundamentadas e deve haver o reconhecimento pelos atores presentes em seu contexto que elas irão funcionar se forem implementadas.
2. Utilidade: Como afirmou Yarbrough, Shulha, Hopson e Caruthers (2011), a utilidade de uma avaliação é medida pelo nível de satisfação das necessidades dos interessados naquilo que foi avaliado. Ou seja, uma avaliação necessita ser útil para aqueles que a contrataram e/ou que nela têm interesse.
3. Conduta: No caso específico de uma meta-avaliação, o avaliador deve estar atento em observar se o processo avaliativo foi conduzido respeitando-se padrões legais, éticos, profissionais e de adequação cultural, não se admitindo a existência de qualquer impedimento em relação à condução da avaliação.
4. Credibilidade: Davidson (2005) divide esse critério em três princípios que devem ser observados em relação à avaliação. Neles, o avaliador deve: ▪ possuir familiaridade com o contexto da avaliação; ▪ ser independente, ter imparcialidade, ou seja, não possuir conflito de interesse em relação ao contexto da avaliação; possuir especialidade em avaliação e no objeto que avalia ou está sob investigação.

5. Custos: A realização de uma avaliação impõe uma série de responsabilidades ao avaliador, sendo uma das mais importantes o controle, devidamente registrado, de seus custos. Entre os parâmetros que devem ser observados nesse aspecto referem-se à prestação de contas, a relevância das despesas, ao pagamento dos avaliadores, etc. Considerando que todos os procedimentos que acontecem no contexto da avaliação devem ser conduzidos com a máxima eficiência, a relação custo-benefício deve ser equilibrada e motivo da máxima atenção.

Considerando quatro critérios propostos por Davidson (2005), no estudo avaliativo “Programa Esporte e Lazer da UFRJ”:

Validade: O texto demonstra validade ao apresentar resultados de uma pesquisa detalhada que incluiu a coleta de dados de Discentes Beneficiados e Discentes Monitores, bem como análise das dimensões do programa. A validade é reforçada pelo uso de métodos mistos, como questionários e entrevistas, para obter informações quantitativas e qualitativas. Além disso, a pesquisa abrange diversas dimensões do programa, incluindo acesso, atendimento de demandas, impacto no bem-estar e qualidade de vida, resultados na permanência estudantil, bem como recomendações consistentes visando o aprimoramento do Programa em questão.

Utilidade: O texto fornece recomendações claras para melhorar o Programa, tornando-o mais acessível e abrangente para os estudantes. Essas recomendações são úteis para aprimorar a assistência estudantil na UFRJ, promovendo a permanência dos alunos e melhorando sua qualidade de vida. A pesquisa tem utilidade tanto para a universidade quanto para outras instituições que desejam aprimorar programas de assistência estudantil.

Conduta: O texto segue práticas éticas na condução da pesquisa, incluindo o fornecimento de aprovação ética e o uso de termos de consentimento adequados. Além disso, os resultados

são apresentados de forma transparente e confiável, destacando possíveis limitações, como a interrupção causada pela pandemia de COVID-19. A conduta ética é evidente ao considerar a diversidade de interesses e pontos de vista dos participantes e ao respeito de sua privacidade.

Credibilidade: O texto possui credibilidade, pois apresenta dados detalhados sobre a investigação realizada, incluindo informações demográficas dos participantes, resultados das dimensões avaliadas e as recomendações específicas para melhorias. Além disso, a pesquisa é baseada em métodos rigorosos, incluindo a validação dos instrumentos de coleta de dados e a triangulação de métodos para obter uma representação completa do objeto de estudo.

Em resumo, o estudo avaliativo do Programa Esporte e Lazer da UFRJ destaca a importância da assistência estudantil e da permanência dos estudantes no ensino superior. Ele fornece uma visão abrangente das necessidades dos alunos e oferece recomendações que podem contribuir significativamente para a promoção da igualdade de oportunidades no acesso e na permanência na universidade, bem como para o bem-estar dos estudantes. É um exemplo de como a pesquisa acadêmica pode orientar a formulação de políticas e práticas que beneficiam a comunidade estudantil e fortalecem a qualidade da educação superior no Brasil.

EXPERIÊNCIA DO AUTOR

Leandro da Silva Fernandes

Sendo graduado em Educação Física e tendo atuado em áreas afins, como a aplicação de testes de aptidão física (TAF) para as Polícias Civil (PCERJ) e Militar (PMERJ), a Secretaria de Administração Penitenciária (SEAP/RJ), a Companhia Municipal de Limpeza Urbana (COMLURB); a avaliação física em academias e em atletas de modalidades esportivas diversas; mas também a elaboração e aplicação de avaliação nas escolas das Prefeituras Municipais de Vassouras e Araruama, sempre tive uma curiosidade e aproximação aos processos avaliativos em minha área de formação.

Durante minha trajetória profissional nas esferas públicas e privadas, pude vivenciar grandes desafios em diferentes oportunidades. Atualmente, sou servidor na Universidade Federal do Rio de Janeiro, desenvolvendo minhas atribuições no cargo Técnico Desportivo. Desde que ingressei nessa instituição federal de ensino, estive alocado em estruturas que tratam das políticas de assistência estudantil e que buscam a permanência qualificada dos estudantes no ensino superior. Participei de grupos de trabalho que contribuíram para a criação de uma nova estrutura administrativa na UFRJ, a Pró-Reitoria de Políticas Estudantis, e, posteriormente, da elaboração e regulamentação da Política Institucional de Assistência Estudantil.

Assim, pude igualmente colaborar para a criação do Programa Esporte e Lazer, sendo esse um dos dez programas institucionais que fazem parte da referida política de assistência estudantil. Seu objetivo é ofertar a prática de atividades físicas, esportivas e de lazer aos estudantes de graduação e pós-graduação, oportunizando aos mesmos o acesso às atividades dessa natureza e procurando contribuir para a melhoria de sua qualidade de vida e para o desenvolvimento de aspectos de socialização e pertencimento.

Após sua criação e normatização, o passo adiante era consolidar e revelar suas possíveis contribuições para a permanência qualificada dos estudantes participantes de suas atividades na UFRJ.

Para isso, a busca pela formação ofertada pela Faculdade Cesgranrio no Curso de Mestrado Profissional em Avaliação. Após as disciplinas e o contato com o corpo docente do curso em questão, aprendi e apreendi conhecimentos sobre a cultura avaliativa, bem como o compartilhamento de experiências nessa área. Fui amadurecendo e burilando as ideias do processo avaliativo a ser desenvolvido no objeto escolhido, o Programa Esporte e Lazer. Um trabalho de parceria, a quatro mãos, com muitas idas e vindas, porém com o compromisso de realizar o melhor, entregando o produto (dissertação) para a instituição formadora e prestando o retorno do investimento pessoal, profissional e institucional realizado.

Após a experiência como avaliador durante a conclusão da dissertação, fui convidado para participar do Núcleo de Avaliação e Acompanhamento da Política de Assistência Estudantil, instância criada no âmbito da Pró-Reitoria de Políticas Estudantis, com o objetivo de desenvolver instrumentos de avaliação e acompanhamento da mencionada política na UFRJ. Novos desafios e aprendizados no sentido de poder estar contribuindo para a concepção de uma cultura avaliativa em minha instituição. Por fim, a satisfação de ver a dissertação produzindo frutos por meio do esforço de muitas mãos e tornando-se um livro da série Estudos Avaliativos Multidisciplinares publicado pela conceituada Faculdade Cesgranrio.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE DIRIGENTES DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DO ENSINO SUPERIOR. Plano Nacional de Assistência Estudantil. Brasília, DF, 2007. Disponível em: http://www.andifes.org.br/wp-content/files_flutter/Biblioteca_071_Plano_Nacional_de_Assistencia_Estudantil_da_Andifes_completo.pdf. Acesso em: 13 ago. 2019.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE DIRIGENTES DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DO ENSINO SUPERIOR. V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das IFES. Brasília, DF, 2019. Disponível em: <http://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2019/05/V-Pesquisa-do-Perfil-Socioeconomo%CC%82mico-dos-Estudantes-de-Graduac%CC%A7a%CC%83o-das-U.pdf>. Acesso em: 5 jul. 2019.

ATKINSON, P.; HAMMERSLEY, M. Ethnography and participant observation. *In*: DENZIN, N.; LINCOLN, Y. *Handbook of qualitative research*. Thousand Oaks, CA: Sage, 1994.

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2016.

BOURDIEU, Pierre. A miséria do mundo. Tradução de Mateus S. Soares. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

BOURDIEU, Pierre. Ofício de Sociólogo. Petrópolis: Vozes, 2004.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988. Presidência da República, Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 10 out. 2020.

BRASIL. Decreto-Lei nº 3.617/1941. Estabelece as bases de organização dos desportos universitários. Presidência da República, Brasília, DF, 15 set. 1941. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/De13617.htm. Acesso em: 05 out. 2020.

BRASIL. Lei nº 9.394/1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Presidência da República, Brasília, DF, 20 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 19 out. 2020.

BRASIL. Lei nº 10.861/2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES e dá outras providências. Presidência da República, Brasília, DF, 14 abr. 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/10.861.htm. Acesso em: 03 nov. 2020.

BRASIL. Lei nº 11.340/2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Presidência da República, Brasília, DF, 07 ago. 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm. Acesso em: 06 fev. 2021.

BRASIL. Decreto nº 6.096/2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI. Presidência da República, Brasília, DF, 24 abr. 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6096.htm. Acesso em: 15 out. 2020.

BRASIL. Decreto nº 7.234/2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Presidência da República, Brasília, DF, 19 jul. 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm. Acesso em: 18 out. 2020.

BRASIL. Diretrizes do Programa Segundo Tempo. Ministério do Esporte, Brasília, DF, 2011. Disponível em: <http://portal.esporte.gov.br/arquivos/snee/segundoTempo/DiretrizesdoProgramaSegundoTempo.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2021.

BRASIL. Lei nº 12.711/2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Presidência da República, Brasília, DF, 29 ago. 2012a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm. Acesso em: 19 out. 2020.

BRASIL. Resolução nº 466 de 12 de dezembro de 2012. Brasília/DF: Ministério da Saúde, 2012b. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>. Acesso em: 04 de fev. 2021.

BRASIL. Lei nº 12.582/2013. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE. Presidência da República, Brasília, DF, 05 ago. 2013. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm. Acesso em: 02 nov. 2020..

BRASIL. Lei nº 13.005/2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE. Presidência da República, Brasília, DF, 25 jun. 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 10 nov. 2020.

BRASIL. Lei nº 13.409/2016. Altera a Lei nº 12.711/2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior nas instituições federais de ensino. Presidência da República, Brasília, DF, 28 dez. 2016a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Lei/L13409.htm. Acesso em: 03 nov. 2020.

BRASIL. Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016. Brasília/DF: Ministério da Saúde, 2016b. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2016/res0510_07_04_2016.html. Acesso em: 04 de fev. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Ofício Circular nº 16/2019, de 22 de agosto de 2019. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil: inconformidades, orientações, boas práticas de gestão, controles, otimização e eficiência do gasto. Disponível em: <https://abmes.org.br/documentos/detalhe/650/oficio-circular-n-16-2018-cgpol-dippes-sesu-sesu-mec>. Acesso em: 01 dez. 2020.

BRITO, Ângela Xavier de; LEONARDOS, Ana Cristina. A identidade das pesquisas qualitativas: construção de um quadro analítico. *Cadernos de Pesquisa*, n. 113, p. 7-38, jul. 2001.

CAGIGAL, José Maria. Cultura intelectual e cultura física. Buenos Aires: Kapelusz, 1979.

CASTELLANI FILHO, Lino. Educação física, esporte e lazer: reflexões nada aleatórias. Campinas: Autores Associados, 2013.

CHIANCA, Thomaz; MARINO, Eduardo; SCHIESARI, Laura. Desenvolvendo a cultura de avaliação da sociedade civil. São Paulo: Global, 2001.

CLAYES, Urbain. A evolução do conceito de desporto e o fenómeno da participação. Lisboa: Direção Geral dos Desportos, Ministério da Educação e Cultura, 1984.

COLOGNESE, Silvio Antonio; MELO, José Luiz Bica. A técnica de entrevista na pesquisa social. *Cadernos de Sociologia*, [S. l.], v. 9, p. 143-159, 1998.

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DO DESPORTO UNIVERSITÁRIO. Estatuto da Confederação Brasileira do Desporto Universitário - CBDU, 2020. Disponível em: <https://www.cbdu.org.br/wp-content/uploads/2017/05/Estatuto-2020.pdf>. Acesso em: 29 jan. 2021.

CRESWELL, John W. *Investigação qualitativa e projeto de pesquisa: escolhendo entre cinco abordagens*. Porto Alegre: Ed. Penso, 2014.

DAOLIO, Jocimar. *Educação física e o conceito de cultura*. Campinas: Autores Associados, 2004.

DEMO, Pedro. *Mitologias da Avaliação: de como ignorar, em vez de enfrentar os problemas*. Campinas: Autores Associados, 2010.

DIEM, Carl. *História de los Deportes*. Barcelona: Luís de Coralt, 1966.

DUTRA, Natália Gomes dos Reis; SANTOS, Maria de Fátima de Souza. Assistência Estudantil sob múltiplos olhares: a disputa de concepções. *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, v. 25, n. 94, p. 148-181, jan./mar. 2017.

FERNANDES, Leandro da Silva. *Programa esporte e lazer como política de assistência estudantil da Universidade Federal do Rio de Janeiro: um estudo avaliativo*. 2021. 165 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Avaliação, Faculdade Cesgranrio). Rio de Janeiro: Facesg, 2021. Disponível em: https://mestrado.cesgranrio.org.br/pdf/dissertacoes2020/Dissertacao%20Leandro%20da%20Silva%20Fernandes_VERSAO%20FINAL%2007%20JUNHO.pdf. Acesso em: 06 de ago. 2023.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

GAIOSO, Nátalicia Pacheco de Lacerda. *O fenômeno da evasão escolar na educação superior no Brasil*. 95 f. 2005. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2005.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1989.

GHIRALDELLI JUNIOR, Paulo. *Educação física progressista*. São Paulo: Loyola, 2003.

GIL, Telma Fernandes Barrionuevo. Os desafios de consolidar uma política estudantil analisados a partir da experiência da UFRJ. In: FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE ASSUNTOS COMUNITÁRIOS E ESTUDANTIS. Revista Comemorativa 25 anos: histórias, memórias e múltiplos olhares. Uberlândia: UFU, PROEX: 2012, p. 160-166.

GOLDENBERG, Mirian. A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2004.

HERINGER, Rosana Rodrigues. Um balanço de 10 anos de políticas de ação afirmativa no Brasil. *TOMO: Revista do Programa de Pós-Graduação e Pesquisa em Sociologia (PPGS), Universidade Federal do Sergipe (UFS)*, n. 24, p. 17-35, jan./jun. 2014.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de metodologia científica. São Paulo: Atlas, 2001.

LIMA, Teotônio. Alcance educativo da competição. Coleção Desporto e Sociedade. Lisboa: Direcção Geral dos Desportos, 1987.

MAGALHÃES, Rosélia Pinheiro de. Desigualdade, pobreza e educação superiores no Brasil. In: FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE ASSUNTOS COMUNITÁRIOS E ESTUDANTIS. Revista Comemorativa 25 anos: histórias, memórias e múltiplos olhares. Uberlândia: UFU, PROEX: 2012, p. 88-97.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. Lazer e educação. Campinas: Papyrus, 2004.

MARTINS, Gilberto de Andrade. Sobre confiabilidade e validade. Revista Brasileira de Gestão e Negócios, São Paulo, v. 8, n. 20, jan./abr. 2006.

MAY, Tim. Pesquisa social: questões, métodos e processos. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; ASSIS, Simone Gonçalves de; SOUZA, Edinilsa Ramos de (Org.). Avaliação por triangulação de métodos: abordagem de programas sociais. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005.

OLIVEIRA, Vitor Marinho. O que é educação física. São Paulo: Brasiliense, 1987.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). Carta Internacional da Educação Física e do Esporte da UNESCO. Rio de Janeiro: MPRJ, 1978. Disponível em: http://www.mprj.mp.br/documents/20184/1330730/1978_cartainternacionaldeeducacaofisicaeesporte.pdf. Acesso em: 1 maio 2020.

ORLANDO FILHO, Ovidio. *Gestão Escolar e Avaliação: O caso de uma rede pública de escolas brasileiras*. Beau Bessin: Novas Edições Acadêmicas, 2018.

PAIVA JÚNIOR, Fernando Gomes de; SOUZA LEÃO, André Luiz Maranhão de; MELLO, Sérgio Carvalho Benício de. Validade e confiabilidade na pesquisa qualitativa em administração. *Revista de Ciências da Administração*, São Paulo, v. 13, n. 31, set./dez. 2011.

PEIL, Luciana Marins Nogueira; CAVALCANTI, Luiz Felipe; PESTANA, Sidney Botelho; VASCONCELOS, Regina Balbi; MATTOS, Bruno; FERNANDES, Leandro. O Esporte Educacional na UFRJ. *Anais do Seminário UFRJ FAZ 100 ANOS: história, desenvolvimento e democracia*. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, v. 3, p. 166-172, 2018.

PENNA FIRME, Thereza. Avaliação e Pesquisa. In: SILVA, Ângela Carrancho da (Org.). *Avaliação e Pesquisa: conceitos e reflexões*. Rio de Janeiro: Multifoco, 2010.

PRÓ-REITORIA DE PESSOAL. Edital nº 70, de 31 de março de 2014. Disponível em: https://concursos.pr4.ufrj.br/images/stories/_concursos_PR4/edital-70-2014/27-convocacao/Edital%2070%20-%20Convocaes%20atualizadas%20-%2017.03.17.pdf. Acesso em: 20 jan. 2021.

PRÓ-REITORIA DE PESSOAL. Edital nº 390, de 21 de outubro de 2014. Disponível em: https://concursos.pr4.ufrj.br/images/stories/_concursos_PR4/edital-390-2014/34-convocacao/cargos-grupo-1/107%20-%20Tecnico%20Desportivo%20-%20Politica%20de%20Assistencia%20Estudantil.pdf. Acesso em: 20 jan. 2021.

PRÓ REITORIA DE POLÍTICAS ESTUDANTIS. UFRJ. Equipe da Divisão de Esporte, Cultura e Lazer, 2020. Disponível em: <https://politicasesudantis.ufrj.br/index.php/equipe/equipe-da-divisao-de-esporte-cultura-e-lazer-decult>. Acesso em: 10 jan. 2021.

QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Luc Van. *Manual de investigação em ciências sociais*. Lisboa: Gradiva, 2005.

SANTOS BAGGI, Cristiane Aparecida dos; LOPES, Doraci Alves. Evasão e avaliação institucional no Ensino Superior: uma discussão bibliográfica. *Avaliação* (Campinas) [online], v. 16, n. 2, p. 355-374, jul. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/aval/v16n2/a07v16n2.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2020.

SERVA, Maurício; JÚNIOR, Pedro Jaime. Observação participante e pesquisa em administração: uma postura antropológica. *Revista de Administração de Empresas*. São Paulo, v. 35, n. 3, p. 64-79, maio/jun. 1995.

SCRIVEN, Michael. Avaliação: um guia de conceitos. Rio de Janeiro/São Paulo: Ed. Paz e Terra, 2018.

SEIDL, Eliane Maria Fleury; ZANNON, Célia Maria Lana da Costa. Qualidade de vida e saúde: aspectos conceituais e metodológicos. Caderno de Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 20, n. 2, p. 580-588, mar./abr. 2004.

THIOLLENT, Michel J. M. Crítica metodológica, investigação social e enquete operária. São Paulo: Ed. Polis, 1987.

TUBINO. Dimensões sociais do esporte. São Paulo: Cortez, 2011.

TUBINO. O que é esporte. São Paulo: Brasiliense, 1999.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. Missão. Rio de Janeiro, RJ. 2006. Disponível em: <https://ufrj.br/missao>. Acesso em 25 out. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. Conselho de Ensino de Graduação. Resolução nº 01, de 27 de fevereiro de 2008. Normas de Concessão e Renovação de Auxílio ao Estudante. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008. Disponível em: https://graduacao.ufrj.br/images/_PR-1/CEG/Resolucoes/2000-2009/RESCEG-2008_01.pdf. Acesso em 01 dez. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. Superintendência Geral de Políticas Estudantis - SuperEst. *Relatório de Gestão 2012*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2012. Disponível em: https://politicasesudantis.ufrj.br/images/Relat%C3%83%C2%B3rio_condensado-2.pdf. Acesso em 19 nov. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. Superintendência Geral de Políticas Estudantis - SuperEst. *Relatório de Gestão 2013*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2013. Disponível em: https://politicasesudantis.ufrj.br/images/RELAT%C3%93RIO_DE_GEST%C3%83O_2013.pdf. Acesso em 23 nov. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. Superintendência Geral de Políticas Estudantis - SuperEst. *Relatório de Gestão 2014*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2014. Disponível em: https://politicasesudantis.ufrj.br/images/AREA_DE_TRABALHO/Relat%C3%B3rio_de_Gest%C3%A3o_2014.pdf. Acesso em 26 nov. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. Superintendência Geral de Políticas Estudantis - SuperEst. *Relatório de Gestão 2015*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2015. Disponível em: http://politicasestudantis.ufrj.br/images/Relatorio_de_Gestao_-_2015.pdf. Acesso em: 28 nov. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. Superintendência Geral de Políticas Estudantis - SuperEst. *Relatório de Gestão - Exercício 2016*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2017. Disponível em: http://politicasestudantis.ufrj.br/images/Relatorio_de_Gestao_2016_-_Final.pdf. Acesso em 28 nov. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. UFRJ cria Pró-Reitoria de Políticas Estudantis. Rio de Janeiro, RJ. 2018a. Disponível em: <https://ufrj.br/noticia/2018/03/09/ufrj-cria-pro-reitoria-de-politicas-estudantis>. Acesso em: 29 dez. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. Programa Esporte e Lazer está com inscrições abertas. Rio de Janeiro, RJ, 2018b. Disponível em: <https://ufrj.br/noticia/2018/04/06/programa-esporte-e-lazer-esta-com-inscricoes-abertas>. Acesso em: 10 dez. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. Programa Esporte e Lazer - Edital de Seleção 2018.2. Rio de Janeiro: UFRJ, 2018c. Disponível em: http://politicasestudantis.ufrj.br/images/Editais/Edital_PEL_2018-2_Atualizado.pdf. Acesso em: 28 nov. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. Conselho Universitário. Resolução nº 02, de 14 de fevereiro de 2019. Regulamenta a Política de Assistência Estudantil da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: UFRJ, 2019a. Disponível em: http://www.consuni.ufrj.br/images/Resolucoes/Resolucao_n_02_de_2019.pdf. Acesso em: 16 nov. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. Portaria nº 6296, de 27 de junho de 2019. Dispõe sobre o Programa Esporte e Lazer, da Pró-Reitoria de Políticas Estudantis da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: UFRJ, 2019b. Disponível em: <http://siarq.ufrj.br/images/bufrj/2019/26-2019-extraordinario.pdf>. Acesso em: 18 dez. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. Estatuto UFRJ. 2019c. Disponível em: <https://ufrj.br/estatuto-da-ufrj>. Acesso em: 28 out. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. Os verdadeiros números da UFRJ. Rio de Janeiro: UFRJ, 2019d. Disponível em: <https://ufrj.br/noticia/2019/12/03/os-verdadeiros-numeros-da-ufrj>. Acesso em: 01 de nov. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. Relatório de Atividades Desenvolvidas Gestão 2015 - 2019. Rio de Janeiro: UFRJ, 2019e. Disponível em: https://politicasestudantis.ufrj.br/images/Relatorio_de_Atividades_PR-7_-_Gestao_2015-2019.pdf. Acesso em 26 nov. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. Programa Esporte e Lazer - Edital de Seleção nº 511, de 08 de agosto de 2019. Rio de Janeiro: UFRJ, 2019f. Disponível em: <http://siarq.ufrj.br/images/bufrj/2019/32-2019-extraordinrio.pdf>. Acesso em: 28 dez. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. Portaria nº 6302, de 27 de junho de 2019. Estabelece as Normas Mínimas de Funcionamento do Fórum de Políticas Estudantis da Pró-Reitoria de Políticas Estudantis Rio de Janeiro: UFRJ, 2019g. Disponível em: <http://siarq.ufrj.br/images/bufrj/2019/26-2019-extraordinrio.pdf>. Acesso em: 18 dez. 2020.

VELHO, Gilberto. Individualismo e cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1981.

VILARINHO, Lúcia Regina Goulart. Validade e confiabilidade em estudos avaliativos: uma revisão teórica. In: ELLIOT, Ligia Gomes, VILARINHO, Lúcia Regina Goulart (Org.). *Construção e validação de instrumentos de avaliação: da teoria à exemplificação prática*. São Paulo: Pimenta Cultural, 2018.

WORTHEN, Blaine R.; SANDERS, James L.; FITZPATRICK, Jody R. Avaliação de Programas: concepções e práticas. São Paulo: Ed. Gente, 2004.

ZAGO, Nadir. Do acesso à permanência no Ensino Superior: percurso de estudantes universitários de camadas populares. *Rev. Bras. Educ.* [online], v. 11, n. 32, p. 226-237, mai./ago. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v11n32/a03v11n32.pdf>. Acesso em: 11 fev. 2020.

SOBRE OS AUTORES E A AUTORA

Leandro da Silva Fernandes

Mestre em Avaliação (2021), Mestrado Profissional em Avaliação, Faculdade Cesgranrio. Especialização Gestão em Administração Pública, Universidade Federal Fluminense (2016) e Educação Física Escolar, Centro Universitário Augusto Motta (2008). Graduação em Educação Física - Licenciatura e Bacharelado, Centro Universitário Augusto Motta (2006). Graduação em Segurança Pública, Universidade Federal Fluminense (2019). Técnico Desportivo na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Membro do Núcleo de Avaliação e Acompanhamento da Política de Permanência e Assistência Estudantil da UFRJ (2020-2021). Membro da Comissão de Esportes da UFRJ. Experiência no desenvolvimento de projetos e programas nas áreas: atividade física, esporte, cultura e lazer.

E-mail: lsfernandes82@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0115336134684986>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0553-9465>

Ovidio Orlando Filho

PhD em Ciências da Educação pela Universidade do Minho, em Portugal; Mestre em Administração e Desenvolvimento Empresarial pela Universidade Estácio de Sá; Especializado em Análise de Sistemas e Processamento de Dados pelo Centro de Instrução Almirante Newton Braga - CIAMB; especializado em Organização e Métodos pelo Centro de Instrução Almirante Newton Braga - CIAMB; aperfeiçoamento em Eletrônica pelo Centro de Instrução Almirante Wandenkolk - CIAW; Graduado em Engenharia Op. Eletrônica pelo Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca - CEFET-RJ. É Oficial Superior de carreira do Quadro Técnico da Marinha de Guerra, atualmente Reformado, tendo exercido várias funções e ocupado cargos no Brasil e no exterior, se destacando o de Observador Militar das Nações Unidas (ONU) na Guerra Civil da República Popular de Angola. É Membro do Conselho Editorial e Parecerista ad hoc da Revista ENSAIO: Avaliação e Políticas Públicas em Educação da Fundação Cesgranrio e Diretor Adjunto, Membro do Conselho Editorial, Parecerista ad hoc e Analista de Escopo da Revistas da Revista "Meta: Avaliação" da Faculdade Cesgranrio. Possui experiência nas áreas de Avaliação Institucional de Gestão Escolar, tendo sido membro da Equipe Central do Subprojeto de avaliação Externa da Gestão Escolar do Programa Nova Escola do Estado do Rio de Janeiro. Atuou em projetos especiais das áreas educacionais e sociais. Foi Coordenador Administrativo do Projeto Inovadores de Cursos do Ministério da Educação. Exerceu as funções de coordenador de Logística de Aplicação em diversas avaliações nacionais como: do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes - ENADE; do Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM; do Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos - ENCCEJA, entre outros.

Ocupa, atualmente, o cargo de Professor Adjunto do Mestrado Profissional em Avaliação da Faculdade Cesgranrio, sendo Docente nas disciplinas "Políticas Pública em Avaliação", "Meta-Avaliação" e "Avaliação do Desempenho Profissional". É docente, também do Curso Superior de Tecnologia em Gestão da Avaliação e do Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos, ministrando a disciplina "Avaliação de Desempenho".

E-mail: ovidiofilho@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3060612372199508>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6147-0506>

Elaine Maria de Andrade Senra

Possui doutorado em História das Ciências e das Técnicas e Epistemologia (HCTE), pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, (2009); Pós-doutorado no Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e das Técnicas e Epistemologia (HCTE/UFRJ) (2013). Especialização em Ensino de Física pela Universidade Federal Fluminense - UFF, (2004). Licenciatura em Matemática pela FEAP (2000). Atua principalmente nas Áreas de História das Ciências e das Técnicas, Epistemologia e Ensino de Física. Atuou como Professora Colaboradora no Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e das Técnicas e Epistemologia - HCTE, da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ (2013-2016). Foi Professora Titular no Centro Universitário Serra dos Órgãos, UNIFESO, Teresópolis, (1995 ? 2021), atuando na Educação Básica e nos cursos de graduação em Pedagogia, Farmácia, Licenciatura em Matemática, Engenharias de Produção, Ambiental e Civil. Foi coordenadora do Curso de Licenciatura em Matemática, UNIFESO, Teresópolis, RJ (2008-2013), Diretora do Centro de Ciências e Tecnologia? CCT, UNIFESO, Teresópolis, RJ (2010-2018), Diretora de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão, UNIFESO, Teresópolis, RJ (2018-2021). Atualmente é Professora Adjunta na Faculdade Cesgranrio atuando no curso de Mestrado em Avaliação e nos cursos de Pedagogia e Sistemas de Informação.

E-mail: elainemariapandrade@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7378038316408019>

Orcid: <https://orcid.org/0009-0003-4072-1486>

ÍNDICE REMISSIVO

A

ação 23, 33, 36, 37, 61, 72, 114, 182

Assistência 18, 19, 20, 22, 25, 28, 29, 30, 31, 66, 75, 146,
155, 163, 166, 167, 168, 171, 176, 177, 178, 179,
180, 181, 185, 187

atividade física 35, 76, 79, 131, 138, 151, 158, 187

avaliação 13, 14, 15, 16, 18, 19, 26, 33, 46, 62, 63, 64, 65, 66, 67,
80, 82, 83, 93, 94, 97, 125, 134, 155, 159, 162, 167,
171, 173, 174, 176, 177, 180, 183, 186, 187

C

Conceito 38

critérios 13, 30, 57, 61, 63, 65, 71, 73, 83, 87, 92, 128, 129, 134,
136, 143, 144, 163, 173, 174

cultura 26, 38, 41, 44, 55, 56, 59, 177, 180, 181, 183, 186, 187

D

Dança 150, 151

desafios 64, 148, 170, 171, 176, 177, 182

direito social 22, 157, 167

diversidade 15, 35, 60, 71, 131, 135, 161, 170, 175

E

Educação 19, 22, 23, 26, 35, 36, 37, 38, 39, 45, 53, 55, 56, 57,
58, 101, 115, 116, 117, 123, 124, 145, 146, 161, 164,
167, 176, 179, 180, 181, 182, 187, 188

Educação Física 35, 36, 37, 38, 39, 45, 53, 55, 56, 57, 58, 115,
116, 117, 123, 124, 145, 146, 161, 164, 176, 182, 187

educação superior 19, 22, 23, 25, 66, 175, 181

ensino 21, 22, 23, 24, 25, 26, 28, 30, 32, 53, 71, 72, 85, 101,
102, 105, 148, 163, 164, 167, 168, 169, 170, 172,
175, 176, 179, 180

ensino superior 21, 163, 167, 168, 169, 170, 172, 175, 176

Esporte 18, 20, 31, 32, 33, 40, 44, 45, 46, 54, 55, 56, 57, 58, 59,
60, 65, 66, 67, 69, 70, 72, 74, 75, 76, 77, 78, 81,

82, 83, 84, 86, 87, 97, 99, 103, 105, 115, 116, 122,
123, 124, 125, 126, 128, 130, 131, 133, 134, 136, 138,
144, 145, 146, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155,
157, 158, 159, 162, 163, 164, 165, 167, 168, 169, 170,
171, 172, 174, 175, 176, 177, 179, 182, 183, 185, 186

estudantes 18, 20, 23, 24, 26, 28, 29, 30, 54, 58, 140, 142, 145,
146, 150, 152, 153, 163, 167, 168, 169, 170, 171, 172,
174, 175, 176, 177, 186

estudos 13, 14, 15, 23, 32, 33, 38, 41, 46, 51, 59, 64, 69, 79,
150, 154, 166, 186

G

graduação 22, 24, 25, 28, 30, 48, 53, 57, 71, 72, 105,
164, 176, 184, 188

I

inclusão 14, 23, 26, 31, 56, 59, 102, 151, 168, 170, 171

inclusão social 23, 26, 31, 56

L

Lazer 18, 20, 31, 32, 33, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 65, 66, 67, 69,
70, 72, 74, 75, 76, 77, 78, 81, 82, 83, 84, 86, 87, 97,
99, 103, 105, 115, 116, 122, 123, 124, 125, 126, 128,
130, 131, 133, 134, 136, 138, 144, 145, 146, 148, 149,
150, 151, 152, 153, 154, 155, 157, 158, 159, 162, 163,
164, 165, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 174, 175, 176,
177, 182, 183, 185, 186

M

mestrado 83, 181

metodologia 125, 163, 182

P

política 19, 28, 29, 30, 31, 32, 43, 59, 84, 143, 158, 159, 165, 167,
172, 176, 177, 181, 182

Prática 76, 88, 125, 126, 128

Q

qualidade de vida 20, 31, 45, 54, 55, 58, 77, 79, 85, 88, 91, 93,
94, 95, 96, 131, 132, 133, 137, 140, 141, 143, 144,
147, 150, 152, 153, 157, 158, 167, 169, 172, 174, 176

R

responsabilidade 22, 26, 48, 49, 54, 69, 85

S

saúde 18, 26, 29, 35, 36, 37, 41, 45, 46, 58, 61, 64, 97, 108,
110, 111, 117, 119, 121, 122, 146, 147, 148, 151,
152, 154, 158, 184

saúde física 18, 111, 147

saúde mental 147, 148, 152

socialização 18, 20, 46, 142, 159, 167, 176

ESTUDOS
AVALIATIVOS
MULTIDISCIPLINARES

ORGANIZADORAS

Ligia Gomes Elliot
Nilma Gonçalves Cavalcante

www.pimentacultural.com

Programa Esporte e Lazer da UFRJ

AVALIAÇÃO DE UMA POLÍTICA
DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

FUNDAÇÃO
 **cesgranrio**

FACULDADE
 **cesgranrio**

 **pimenta
cultural**